



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS DE SOBRAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TÁSSYA BRUNA GALVÃO ARAÚJO

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM ARTE: CARTOGRAFANDO POÉTICAS DE
RE-EXISTÊNCIA NO GRUPO DE CRIANÇAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA

EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

SOBRAL

2023

TÁSSYA BRUNA GALVÃO ARAÚJO

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM ARTE: CARTOGRAFANDO POÉTICAS DE RE-
EXISTÊNCIA NO GRUPO DE CRIANÇAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará-Campus Sobral, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa.

SOBRAL

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A692p Araújo, Tássya Bruna Galvão.
PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM ARTE: CARTOGRAFANDO POÉTICAS DE RE-
EXISTÊNCIA NO GRUPO DE CRIANÇAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA / Tássya Bruna Galvão
Araújo. – 2023.
106 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Programa de Pós-Graduação
Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, Sobral, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa..

1. Política pública de assistência social. 2. Infância. 3. Cartografia. 4. Processos de subjetivação em arte.
5. Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. I. Título.

CDD 302.5

TÁSSYA BRUNA GALVÃO ARAÚJO

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM ARTE: CARTOGRAFANDO POÉTICAS DE RE-
EXISTÊNCIA NO GRUPO DE CRIANÇAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará-Campus Sobral, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Érica Atem Gonçalves de Araújo Costa (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Rita Helena Sousa Ferreira Gomes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDpar)

RESUMO

Em meio ao contexto da interseccionalidade de opressões estruturais de classe, gênero e raça que constituem a sociedade brasileira e que se expressam nas demandas da política de Assistência Social, apostamos numa política com abertura para a partilha de experiências no campo dos afetos, das sensibilidades, dos devires. Pensamos na arte enquanto estética, poética de re-existência que problematiza uma realidade instaurada, colocando-se diante dela como modos de recriação. De que modo a vida se afirma e se reafirma e se reinventa diante das adversidades sociais? Que territórios de infâncias se produzem na arte dos encontros coletivos, na convivência enquanto espaço de si no mundo, na relação com a Assistência Social? Assim, esta pesquisa tem o objetivo geral de cartografar processos de subjetivação em arte no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV com crianças. Os sujeitos da pesquisa são crianças com idade entre 6 e 9 anos, que participam do referido serviço que é ofertado pelos Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS. Com os seguintes objetivos específicos: a) Mapear modos de fazer e sentir nas práticas do Serviço de Convivência (o que acontece, como acontece) b) Analisar territórios das infâncias em sua relação com a Política de Assistência Social c) Problematizar políticas de vulnerabilização, a partir das construções coletivas e poéticas de re-existência com crianças. Como caminho metodológico nos inspiramos na pesquisa qualitativa cartográfica, definida como pesquisa-intervenção na processualidade de acompanhar processos de subjetivação, os movimentos e forças que atravessam os modos de existências. Contamos com a elaboração de diários de campo, e propusemos momentos de oficinas, a partir do dispositivo poético da arte enquanto experimentações de sensibilidades e produções coletivas. A Esquizoanálise e a Análise Institucional são movimentos teóricos que nos inspiraram na produção das análises. Experienciamos a potência desses encontros no que diz respeito à produção de modos criativos de fazer política pública de Assistência Social em sua relação com as infâncias. É na possibilidade da invenção da condição de experiência do devir-criança que o Serviço de Convivência se faz devir-arte. Desterritorializa-se da fixidez das máquinas produtoras de enrijecimento e abre-se para a composição de territórios que potencializam encontros alegres e inventivos. O SCFV mostra-se um território potente para o que os encontros entre os diversos agentes da convivência instituída podem produzir no plano da diferença.

Palavras-chave: política pública de assistência social; processos de subjetivação em arte; cartografia; infâncias; serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

ABSTRACT

Amid the context of the intersectionality of structural oppressions of class, gender and race that constitute Brazilian society and that are expressed in the demands of Social Assistance policy, we bet on a policy with openness to sharing experiences in the field of affections, sensibilities, of becomings. We think of art as aesthetics, poetics of re-existence that problematizes an established reality, placing itself before it as modes of recreation. How does life affirm and reaffirm itself and reinvent itself in the face of social adversity? What territories of childhood are produced in the art of collective meetings, in coexistence as a space of self in the world, in the relationship with Social Assistance? Thus, this research has the general objective of mapping processes of subjectivation in art in the Coexistence and Strengthening of Bonds Service-SCFV with children. The research subjects are children aged between 6 and 9 years old, who participate in the aforementioned service that is offered by the Social Assistance Reference Centers, the CRAS. With the following specific objectives: a) Map ways of doing and feeling in the practices of the Coexistence Service (what happens, how it happens) b) Analyze childhood territories in their relationship with the Social Assistance Policy c) Problematize vulnerability policies, based on collective and poetic constructions of re-existence with children. As a methodological path, we were inspired by qualitative cartographic research, defined as intervention research in the process of monitoring subjectivation processes, the movements and forces that cross the modes of existence. We relied on the preparation of field diaries, and we proposed workshop moments, based on the poetic device of art as experiments on sensibilities and collective productions. Schizoanalysis and Institutional Analysis are theoretical movements that inspired us in the production of analyses. We experienced the power of these meetings with regard to the production of creative ways of implementing public Social Assistance policy in its relationship with children. It is in the possibility of inventing the condition of experience of becoming-child that the Coexistence Service becomes becoming-art. It deterritorializes itself from the fixity of machines that produce rigidity and opens up to the composition of territories that enhance joyful and inventive encounters. The SCFV proves to be a powerful territory for what encounters between the different agents of established coexistence can produce on the level of difference.

Keywords: Public Social Assistance Policy; Subjectivation processes in art; Cartography; Childhoods; Coexistence and Bond Strengthening Service.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Passeio no loteamento.....	34
Figura 2 - Oficina-dia da Castanhola	37
Figura 3 - Crianças colorindo convivência.....	37
Figura 4 -Tronco da Castanhola enfeitada.....	38
Figura 5 - Mesa dos guardados.....	40
Figura 6 - Cadeira de balanço.....	40
Figura 7 - Oficina Tenda do Conto.....	41
Figura 8 - Oficina de pintura	42
Figura 9 - Mãos à obra	42
Figura 10 - Pinturas produzidas	43
Figura 11 - Casa e mãe	43
Figura 12 - Oficina Mural de afetos.....	45
Figura 13 - Produção coletiva com fotografias.....	45
Figura 14 - Mural produzido.....	46
Figura 15 - Flores que ganhei das crianças.....	65
Figura 16 - O pé de Castanhola do CRAS.....	79
Figura 17- Pintura que ganhei de presente.....	81
Figura 18 - Cacto e Arco-Íris.....	90
Figura 19 - Flor num mar de cores.....	91

LISTA DE SIGLAS

CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NIS	Número de Inscrição Social
NOB	Norma Operacional Básica
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SISC	Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFC	Universidade Federal do Ceará
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1 CONSTITUIR CORPO-PESQUISADORA E TRABALHADORA NO CRAS, DIANTE DAS DUREZAS SOCIAIS	10
2 COM ARTE SERIA POSSÍVEL? PROBLEMATIZANDO LINHAS DURAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA	14
3 REVOLVENDO CHÃO PISADO	18
3.1 Política pública, Assistência Social e Convivência em análise.....	18
3.2 Infâncias e políticas de vulnerabilização	21
3.3 Processos de subjetivação em arte e algumas apostas em COMviver como espaço de criação.....	27
4 CASTANHOLA, CADEIRA DE BALANÇO, TINTAS E PINCÉIS: PISTAS CARTOGRÁFICAS COM AS CRIANÇAS.....	31
4.1 Oficinas com crianças - Procedimentos de produção e análise dos achados.....	34
5 NAS ESCUTAS E TRAMAS DA CONVIVÊNCIA COM CRIANÇAS.....	50
5.1 Durezas e suavidades: entrelaços entre infâncias e Assistência Social.....	50
5.2 Entre o instituído e o instituinte: movimentos de devir-criança numa convivência brincante.....	73
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	103
APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO	105
APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM.....	106

1 CONSTITUIR CORPO-PESQUISADORA E TRABALHADORA NO CRAS, DIANTE DAS DUREZAS SOCIAIS

Como trabalhadora social, psicóloga inserida há cerca de seis anos no contexto da política pública de Assistência Social, sou atravessada, afetada cotidianamente por imagens de dureza, por sofrimentos que emergem em cenários de abandonos e exclusões sociais. Questões como: racismo, violências de gênero, pobreza, insegurança alimentar e fome. Violências que dizem de nossa história de exploração racista, patriarcal e colonial que reproduz tantas violências cotidianas na vida das pessoas que são usuárias dos serviços públicos socioassistenciais. Existe todo um imbricamento, uma interseccionalidade entre os marcadores sociais de classe, raça e gênero na reprodução do modelo de exploração colonial (Akotirene, 2019).

Nesses seis anos de travessias no trabalho social, faço-me questionamentos acerca do que pode essa política de Assistência Social; existem transformações possíveis no tocante às precarizações de modos de vida, no contexto complexo do sistema capitalista produtor de desigualdades? Como abrir brechas numa estrutura dura? Como fazer outros possíveis, em meio a tanta opressão? Como reinventar a vida? Como resistir? Como re-existir? Esses questionamentos mobilizam-me em torno do desejo de pesquisa, na possibilidade de poder perguntar sobre os modos de operar dessa política pública, principalmente no trabalho com as crianças que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Um serviço que acontece a partir de grupos geracionais e intergeracionais, com a realização de atividades grupais mediadas por um profissional chamado Orientador Social. Os grupos têm como objetivos fortalecer vínculos, garantir o direito à participação social, o direito de ser e pertencer e ocupar espaços sociais e comunitários. (Brasil, 2016). Na dimensão do conviver, da experiência de estar e fazer junto, algo se mobiliza. As questões vividas no cotidiano dos territórios se fazem presentes nas relações e podem criar campos de problematização e reinvenção da vida (Torres, 2013). Esse serviço faz parte da Proteção Social Básica, que tem como equipamento organizador e executor os Centros de Referência de Assistência Social, os CRAS.

No contexto da pandemia da doença Covid-19 (entre 2020 e 2021, os anos mais intensos de infestação), a convivência, em sua forma presencial, foi afetada em decorrência das medidas sanitárias para prevenir a contaminação. Ainda assim, em meio a todo o contexto pandêmico e toda a precariedade enfrentada pelas políticas públicas, no Brasil, incluindo a Assistência Social, o SCFV buscou estratégias para manter a proximidade com as crianças e

adolescentes, através, por exemplo, da entrega em domicílio de materiais para atividades que pudessem ser feitas em casa, na convivência familiar. E pudessem, posteriormente, compartilhar em seus grupos.

Uma dessas atividades foi a proposta da criação dos “diários de quarentena”, por meio da qual as crianças puderam expressar suas afetações, sobre o que sentiam saudade (alguns apontaram saudade da Escola, do CRAS, dos amigos, de brincar na rua sem impedimentos) e sobre seus sonhos e desejos para o futuro. Foi uma experiência de escuta de seus territórios de vida. Puderam dizer de suas afetações em torno da pandemia. Puderam falar de si através da escrita e do desenho. É nesse campo que nos situamos quando nos propomos a “cartografar processos de subjetivação em arte no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com crianças”.

Num período de nossas vidas, o tempo pandêmico, em que tudo parecia mais incerto, inseguro, fomos tomados pelo medo, por afetos tristes impostos pela necessidade do isolamento, do afastamento do convívio cotidiano comum. As desigualdades se mostravam ainda mais exacerbadas, pois as pessoas usuárias dos serviços ou beneficiárias de programas sociais do governo não tinham as mesmas condições da classe média de manter o isolamento social; não possuíam os mesmos recursos socioeconômicos para enfrentar os desafios que chegavam. A fome batia à porta do CRAS todos os dias. E também nós trabalhadores estávamos cansados e sem saber o que fazer diante dos impactos psicossociais da pandemia.

No meio do cansaço, da tristeza, da desesperança que me acompanhavam naquele período, a poesia era o alimento que me levava a outros territórios, onde eu podia re-existir, onde eu conseguia enxergar boniteza onde só havia terror e mortes. A poesia que me acompanhava ao longo da vida, desde minha infância, quando era embalada pelo som da máquina de costura de minha mãe, quando brincava no quintal de meus avós maternos e prestava atenção ao movimento que o vento fazia com as árvores. No interior do Piauí, no meio de um contexto de pobreza socioeconômica e de violências físicas e psicológicas sofridas, minha infância não foi nenhum mar de rosas, mas a arte de me encantar com aquilo que eu não sabia, com os mistérios do universo, da chuva, das estrelas, da lua faziam de mim uma poeta. A partir desse fragmento de meu modo de existir, posso dizer de meu desejo de estar com as crianças, de criarmos momentos em que o campo dos afetos nos possibilitasse experiências potentes na inventividade cotidiana da vida.

Ao nos referirmos a processos de subjetivação queremos dizer, tomando por base a perspectiva de Foucault (2004), que o sujeito não é uma espécie de entidade ou um ser fixo e imutável, que conteria uma essência ou linearidade. A subjetividade, em vez de se tratar de uma

instância individual e interiorizada da psique humana, seria uma construção que se faz e refaz em dimensão coletiva, que é histórica, é social e é política. Portanto, está emaranhada em fluxos de discursos, de relações de saber e poder que se tecem na sociedade, nos diferentes tempos e espaços onde a vida caminha. De modo que todas essas relações reverberam nos nossos modos de existir no mundo.

Para Nascimento, Sarubbi e Souza (2009, p. 10) “homem e mundo relacionam-se permanentemente e neste processo ambos se transformam”. Há, portanto, uma relação dialógica entre o sujeito e sua realidade social. Uma relação política, no sentido de que nos constituímos nos meandros daquilo que trocamos com o mundo, daquilo que se singulariza em nós, a partir das vivências que vamos experienciando, nos contextos em que vivemos.

Pensamos com Deleuze e Guattari (2012, p. 99) quando colocam que “toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica”. A macropolítica estabelece formas de sobrecodificar a vida, definir como ela deve acontecer. Enquanto a micropolítica refere-se aos meandros invisíveis dos modos de funcionamento da vida, nos quais podem se operar opressões, como também movimentos de invenção, de fluxos de vida que escapam à sobrecodificação.

O campo das políticas públicas é um cenário constituído de relações que dizem do modo como nossa sociedade se organiza, o modo como as desigualdades são produzidas e perpetuadas ao longo do tempo. E o modo como o Estado se organiza para dar conta da contradição entre sua responsabilidade em garantir direitos sociais, de um lado, e sua articulação com os interesses do capital, de outro. (Barros; Pimentel, 2012; Guareschi; Lara; Adegas, 2010).

A Assistência Social tem seu caminho de construção como política pública atravessado pelo viés filantrópico, da caridade, da ajuda. Somente a partir da Constituição de 1988 e demais documentos formais que compõem os marcos legais dessa política que a Assistência Social ganha corpo no campo da Seguridade e Proteção Social, na perspectiva da garantia de direitos, com a formação de um Sistema Único de Assistência Social-SUAS, em 2005. Um sistema descentralizado, com participação dos três entes federados, e com gestão participativa da sociedade civil através dos Conselhos de Assistência Social (Cruz; Guareschi; Battistelli, 2019).

O SUAS se organiza, se operacionaliza em níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Proteção Básica é ofertada com centralidade nos CRAS. Diz respeito a um conjunto de ações, serviços, programas e benefícios que objetivam prevenir situações de vulnerabilidades e riscos sociais, “investindo no desenvolvimento de potencialidades, no fortalecimento de vínculos familiares/comunitários...tem como referência

as condições de vulnerabilidade social decorrentes de pobreza, privação e fragilização de vínculos afetivos, em territórios” (Brasil, 2010, p. 29). A Proteção Social Especial se divide em média e alta complexidade. É ofertada em situações de riscos pessoais e sociais instaurados, “decorrentes das variadas formas de violação de direitos humanos, tais como: abandono, maus-tratos, abuso sexual, situação de rua, prática de ato infracional, exploração do trabalho infantil e inúmeras outras” (Brasil, 2010, p. 31). A oferta desse nível de proteção ocorre em unidades de média complexidade como os Centro de Referência Especializado de Assistência Social, os CREAS; e em unidades de alta complexidade como são os Acolhimentos Institucionais.

2 COM ARTE SERIA POSSÍVEL? PROBLEMATIZANDO LINHAS DURAS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA

Falamos de subjetivação como arte de existência, que parte da problematização de como a vida se produz na adversidade e de que maneira ela vai tecendo e criando lugar não apenas para o que despotencializa, mas para a afirmação de sua possibilidade. Aquilo que se move para além das linhas duras do vivido ganha tons de resistência, de reinvenção da vida, de re-existência. É nesse sentido que apostamos numa política do sensível enquanto experiência inventiva de existências, como poética de vida (Didi-Huberman, 2016; Guattari, 2012; Rolnik, 2002; Silva, 2019).

Nessa perspectiva, na busca por entender como a arte se implica nesses processos de subjetivação, conversamos com os escritos de Félix-Silva (2015, 2016, 2021), que traz a arte, em seus estudos e trabalhos de pesquisa, como um dispositivo que nos atravessa enquanto estética da existência, de modo que ela estaria presente em nossas vidas como a imanência da Diferença, sobre a qual tratam os filósofos Deleuze e Guattari. Diferença como aquilo que encarna a contínua e inesgotável possibilidade do novo; que se coloca como contraponto diante de qualquer fixidez da realidade viva, assim como elucida Williams (2013) em sua obra sobre o Pós-Estruturalismo.

Os escritos de Félix-Silva compõem possibilidades no campo da experiência do sensível, das afetações que se inscrevem nos corpos quando em coletividade dão vazão à arte de existir na multiplicidade de modos de se viver. “A cada encontro nos desencontramos com nossos “eus” e nos (re)encontramos com as vozes de estrangeiros que habitam a pele que nos veste”, assim verbaliza Félix-Silva (2015, p. 83).

O autor fala de suas experimentações com arte no campo da Saúde Mental e também com a população em situação de rua. São encontros que mobilizam movimentos e rupturas com o que é posto de modo enrijecido no cenário de existir. Rupturas com saberes e práticas postos como verdades universais sobre o viver. Os corpos se afetam nesses encontros, falam-se, não apenas pela palavra convencional, mas por modos de dizer que ultrapassam a palavra e atingem a pele, tocam aquilo que está no campo do invisível, do não dito. É possível visualizar que esses encontros promovem a Diferença, de que tratamos acima. E a arte está na inventividade do que se cria nos encontros.

Partimos do entendimento de que arte e afetos estão imbricados, caminham juntos. Nesse sentido, o filósofo Espinosa (2011) se debruça em sua *Ética* a buscar aproximações sobre o que seriam afetos, afetações. Para ele, os afetos teriam relação com paixões alegres e paixões

tristes. Seriam as ideias dessas afecções que atingem os corpos, no sentido de aumentar ou reduzir sua potência de agir. Para Espinosa, as emoções são constitutivas da razão, e corpo e mente não se separam, ao contrário do que defendia o pensamento vigente até então de que haveria uma superioridade da mente em relação ao corpo e da razão sobre a emoção.

Nesse sentido, pensamos os afetos na dimensão dos encontros, daquilo que emerge no campo das relações que tecemos, ao longo da vida. Encontros que podem ser tristes e podem ser alegres. Os escritos de Deleuze (2013) e Guattari (2012) inspiram a pensar esse corpo e o que nele se inscreve nas linhas que se produzem nos territórios subjetivos de existências; a pensar de que modo somos afetados e que caminhos se produzem entre esses afetos, entre essas contínuas movimentações de fluxos entre vidas.

Segundo Sawaia (2014) a afetividade foi historicamente excluída do campo de produção de conhecimentos acadêmicos, com a justificativa de que causaria o distanciamento do modelo dito científico, ao trazer aspectos vistos como dicotômicos à lógica da ciência que tem como centralidade, ao longo do tempo, a razão. É partindo desse ponto que a autora produz saberes no campo da Psicologia e das Ciências Humanas colocando como ênfase em suas análises a dimensão da afetividade, hegemonicamente excluída das produções científicas.

Para a autora, que se debruça em estudos sobre a exclusão e desigualdades sociais, é imprescindível que se busque conhecer as realidades sociais a partir do campo dos afetos, a partir da ótica do sentir daqueles que as enfrentam em seus corpos, cotidianamente. “A tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e expressar seu desejo e afeto” (Sawaia, 1995).

A partir da perspectiva dos afetos, é necessário afirmar meu lugar de não neutralidade, ou seja, afirmar-me enquanto sujeito da pesquisa que tem desejos, medos, inseguranças e vulnerabilidades; que se localiza em raça, gênero e classe. Parto do lugar da experiência, do sentir o mundo, a partir das teias e das tramas sociais que me constituem coletivamente ao longo do tempo.

Sou constituída pela postura ética-estética-política que acredita num mundo melhor, mais justo e igualitário, ao passo que me encontro inserida no contexto de uma política pública que apresenta processos de trabalho duros, em condições precarizadas e limitadas. Sou atravessada cotidianamente por expressões do sofrimento que Sawaia (2014) nomeia de ético-político, que se dá num contexto macrossocial no qual impera uma estrutura que se sustenta a partir das desigualdades históricas produzidas pelo patriarcalismo, racismo, machismo e por todas as relações opressivas.

Ao trabalhar e pesquisar no âmbito das políticas públicas e de qualquer contexto social, considero a importância dos afetos e acredito numa política do sensível, em que a realidade pode ser problematizada a partir dos sentidos que produzimos sobre ela, a partir do que podemos produzir e inventar coletivamente quando partilhamos experiências. Como diz Didi-Huberman (2016, p. 38): “se não podemos fazer política afetiva apenas com sentimentos, tampouco podemos fazer boa política desqualificando nossas emoções”.

Na dinamicidade da vida social, as respostas não estão dadas. Existem pistas que nos geram mais perguntas. Em um modo de inspiração cartográfica de fazer pesquisa-intervenção, é preciso buscar essas pistas que nos aproximam de novas interrogações e de novas possibilidades de ver o mundo. E fazemos isso vivenciando, sentindo os espaços e as pessoas, em processos de relações, sentindo o que nossos corpos são capazes quando se reúnem coletivamente para pensar a vida (Passos; Kastrup, 2012).

Talvez, por meio de experiências que acionam o campo dos afetos, possamos sentir a potência que reside nos planos imanentes de criações, como nos inspira a pensar Guattari (2012), que podem surgir quando pensamos coletivamente uma realidade, pensamos coletivamente histórias de vida, marcadas pela lógica dura das opressões sociais, que desumanizam os sujeitos. E talvez, possamos pensar como criar coletivamente narrativas potentes, que desestabilizam o que está posto dentro da lógica que mantém as relações de poder desiguais e dominantes. Em Deleuze (1997, p. 62) “O problema coletivo, então, consiste em instaurar, encontrar ou reencontrar um máximo de conexões. Pois as conexões (e as disjunções) são precisamente a física das relações, o cosmos”.

O exercício de escrita mobilizou em mim tantas afetações. Como estou imersa no campo de pesquisa enquanto trabalhadora, as afetações parecem mais vívidas. A Assistência Social tornou-se um campo de problematizações, em que questiono, a partir de outros pesquisadores que investigam esse campo, como Cruz, Guareschi e Battistelli (2019), Lemos (2022) e Romagnole (2012, 2015), e também a partir de minhas vivências como profissional, a história e o processo de construção e efetivação e contradições dessa política pública na realidade da vida social.

No modo de produção capitalista, seria uma política criada para “apaziguar”, digamos assim, os efeitos das desigualdades estruturais, de modo a manter a ordem vigente, embora tenha todo um arsenal de documentos normativos afirmando seu papel na garantia de direitos e proteção social. Mas, nenhuma política pública trabalha sozinha. E, no âmago, nenhuma política pública, no contexto do sistema capitalista, incidiria na raiz da produção das desigualdades. Porque isso implicaria o fim do próprio sistema. E então o que fazer? Essa

política não deveria existir? Como podemos produzir micro-espços para a reinvenção de práticas nessa política? No caso dos serviços que são executados servem a que e a quem? Como as infâncias são agenciadas por essa política pública? O que se move para além das linhas duras do vivido ganha tons de resistência, de reinvenção da vida?

Então, seguimos por entre brechas, nos territórios de fronteira em busca de outras possibilidades em que a vida possa re-existir no meio de um cenário sócio-político tão duro. Temos apostado na potência de uma política do sensível. Por meio da qual os afetos ganham contornos políticos, como a Sawaia (2014) nos aponta. Apostamos na arte enquanto poética de re-existência. De que modo a vida se afirma e se reafirma e se reinventa diante da dureza e das adversidades da fome, da pobreza, do racismo, do machismo, das desigualdades? Que territórios existenciais são tecidos na arte dos encontros coletivos? Na convivência enquanto garantia do direito de ocupar e produzir espaços e dizer de si?

E, a partir dessas questões, esta pesquisa processualizou-se na intenção de cartografar processos de subjetivação em arte no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com crianças. Com os seguintes objetivos específicos:

- a) Mapear modos de fazer e sentir nas práticas do Serviço de Convivência (o que acontece, como acontece);
- b) Analisar territórios das infâncias em sua relação com a Política de Assistência Social;
- c) Problematizar políticas de vulnerabilização, a partir das construções coletivas e poéticas de re-existência com crianças.

3 REVOLVENDO CHÃO PISADO

3.1 Política pública, Assistência Social e Convivência em análise

Tecendo um apanhado histórico, a partir dos principais marcadores legais que compõem a trajetória de construção da Assistência Social, no Brasil, percebe-se um percurso que vai desde um viés filantrópico até se instituir no cenário brasileiro como uma política pública de garantia de direitos, não contributiva. Tem como marco primordial a Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, por meio da qual é definida como um dos pilares que compõe o Tripé da Seguridade Social, juntamente com as políticas de Saúde e Previdência Social. (Brasil, 1988). É na carta constitucional que a Assistência Social é definida como sendo dever do Estado.

No entanto, concordamos com os estudos críticos sobre o processo de construção das políticas públicas dentro de um contexto social, político e econômico estruturado pelo modo de produção capitalista, que segundo Mexko, Souza e Benelli (2022) tanto podem ser resultantes de lutas organizadas pelos trabalhadores, como também fazer parte das estratégias do Estado para a manutenção da ordem posta. Os autores acima se questionam a qual propósito servem as políticas públicas, tendo em vista o cenário de contradições sociais que atravessam a sua criação e seu desenvolvimento no cenário brasileiro.

Passados cinco anos após o marco constitucional, em seus artigos 203 e 204, a Assistência Social foi regulamentada quando promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, em 1993 (Lei nº 8.742/1993), definindo-a como política pública descentralizada e de gestão participativa, com a criação dos conselhos deliberativos nos três entes federados: união, estados e municípios, assim como, delimitando as responsabilidades de cada esfera de governo (Brasil,1993). Ou seja, a Assistência Social sairia da centralidade da esfera federal, de modo a contar com a participação da sociedade civil e do poder público nas três esferas de governo. Até então, na dimensão de lei.

Contudo, para que de fato essa política fosse instalada para além do papel, a LOAS (1993) estabelecia a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que assim definiria o funcionamento de um Sistema Único de Assistência Social, cuja criação e efetivação foi pensada em 2003, com a realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social. De modo que, em 2004, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apresenta o documento com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), (Brasil, 2004).

Mas a implantação do SUAS só veio, em 2006, com a Norma Operacional Básica-NOB SUAS, um documento que foi atualizado em 2012, onde se inscrevem um conjunto de princípios éticos e organizativos, diretrizes e as seguranças que devem ser afiançadas pelo

SUAS, além de um conjunto de normativas de como esse sistema deve funcionar em termos de gestão e financiamento (Brasil, 2012).

Observa-se que em todos os documentos produzidos no campo dessa política, a família recebe lugar de centralidade, de modo que é referida como espaço primário relacional de socialização e conceituada pela PNAS (2004) da seguinte forma: “conjunto de pessoas unidas, seja por laços consanguíneos, seja por laços afetivos e/ou de solidariedade”. Embora extrapole o conceito de família nuclear patriarcal, os documentos não ampliam as discussões sobre as diversas configurações familiares que se apresentam no contexto das relações contemporâneas. A matricialidade sociofamiliar refere-se ao trabalho junto às famílias na busca pelo fortalecimento de seu potencial protetivo e sua capacidade de enfrentamento diante das vulnerabilidades que podem gerar riscos sociais (Brasil, 2004).

Risco e vulnerabilidade, de acordo com Bronzo (2009) são conceitos relacionados e mutuamente imbricados com o conjunto de situações naturais ou sociais a que determinadas famílias, comunidades e territórios estão expostos de modo a lhes produzirem maiores fragilidades e limitações diante das dificuldades que a vida apresenta. Dessa forma, o desemprego, a baixa escolarização, a falta de acesso a bens e serviços, a pobreza, bem como, as dificuldades próprias aos ciclos geracionais da infância, adolescência e velhice são exemplos de situações que vulnerabilizam. Tais situações, sem o devido enfrentamento, podem se agravar e produzir riscos sociais, como violências, criminalização e exclusão social.

Assim, a proteção social corresponde ao enfrentamento organizado e sistematizado em forma de política social ao conjunto de fatores que impedem a emancipação humana dos sujeitos que se encontram vulnerabilizados, despojados de direitos, à margem ou excluídos de suas possibilidades, desejos e potencialidades de vida. Consiste em “ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (Brasil, 2004, p. 90).

Para se garantir a proteção social básica desde os territórios e suas famílias e comunidades, como definido nos marcos legais sistematizados foi criado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que se constitui como unidade estatal que integra uma rede de serviços socioassistenciais dentro do SUAS, operacionalizando serviços, programas, projetos e benefícios sociais, com foco nos territórios e suas diversas formas de organizações familiares, visando à garantia do acesso aos direitos fundamentais e ao fortalecimento de vínculos sociofamiliares (Brasil, 2009).

No tocante ao direito à convivência social e familiar, o CRAS oferta os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, grupos organizados por ciclos de vida ou ainda de modo intergeracional, desenvolvendo atividades que contribuam para o fortalecimento de vínculos, o fazer e pensar coletivos, a convivência social comunitária, a fim de fomentar a participação e o protagonismo social. O SCFV é complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), principal serviço executado pelo CRAS (Brasil, 2016).

Institucionalmente, conforme os marcos legais, acima mencionados, a Assistência Social teria o papel de garantir proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade social, garantindo que tenham acesso a programas, serviços e benefícios sociais, que venham a reduzir as desigualdades e gerar possibilidades de transformação social.

No entanto, o caminho histórico de desenvolvimento dessa política pública é atravessado por viés de relações políticas clientelistas que ainda persistem e impedem que se consolide como uma política pública social garantidora de direitos. Observamos o quanto o campo da proteção social no Brasil é frágil, e mergulhada numa lógica econômica dominante no país: o neoliberalismo, como apontam Mexko, Souza e Benelli (2022) ao fazerem apontamentos críticos acerca dessa política no contexto brasileiro.

A despeito do que está posto nos documentos oficiais, os autores acima fazem o tensionamento crítico ao questionarem se a Assistência Social deveria ser considerada uma política pública social, já que uma política pública é resultante de ações do Estado que incidem diretamente nas origens de problemáticas advindas da sociedade. No caso da Assistência Social deveria incidir sobre o próprio modo de produção econômico que produz desigualdades sociais. Mas, como o Estado se desenvolve dentro desse sistema que é o Modo de Produção Capitalista, ele lida com as contradições através da criação de políticas (de Estado) que apaziguam os problemas, de modo a garantir a manutenção da ordem vigente, ao estabelecer certo nível de controle sobre as questões enfrentadas (Mexko; Souza; Benelli, 2022).

Enquanto trabalhadora do SUAS deparo-me com essas contradições dentro da própria política, no sentido de que aquilo que é pensado a nível de documentos oficiais nem sempre se concretiza no plano da execução nos territórios. Cruz, Guareschi e Battistelli (2019) fazem importantes análises sobre a Psicologia e o campo da Assistência Social na contemporaneidade, ao discutirem o cenário governamental que se instalou no contexto político brasileiro desde o ano de 2016, quando houve um processo de ruptura democrática, com a ascensão de forças conservadoras e retrógradas de extrema-direita, que permaneceram no governo até o ano de 2022. Esse período de governo gerou impactos de retrocessos no campo das políticas públicas

sociais, com a aprovação de medidas retrógradas como a chamada PEC da morte: a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, instituída no governo de Michel Temer, que congela os gastos públicos na área social por um período de vinte anos, expressando-se, assim, numa política de governo marcadamente neoliberal, onde o Estado intervém o mínimo possível nos setores públicos sociais.

Quando pensamos em políticas públicas, nos remetemos ao papel, à posição do Estado em relação à vida em comum, no sentido de produzir ações que venham a promover acesso a bens e direitos, no âmbito coletivo (Barros; Pimentel, 2012; Guareschi; Lara; Adegas, 2010). Dessa forma, qual seria o sentido de uma política de convivência? Por que foi pensado um Serviço de Convivência, no contexto da Política Nacional de Assistência Social?

Em busca de respostas, podemos dialogar com Torres (2013), uma das pesquisadoras que contribuem para pensar a Convivência no âmbito da Política de Assistência Social, no Brasil. De acordo com a autora, é na convivência que são produzidas uma série de encontros, de espaços de relações diversas no campo social, onde as fragilidades e inseguranças são expostas, assim como também se visibiliza o que há de potente.

A convivência está nos mais diversos contextos, então qual seria a diferença quando se trata em pensá-la no campo da Assistência Social? De acordo com a NOB-SUAS (2012), a convivência é uma das seguranças afiançadas pelo SUAS, como direito ao reconhecimento, ao convívio, ao pertencimento. Entende-se que as pessoas precisam ter garantido seu direito a ocupar espaços coletivos, a compor territórios que dizem sobre sua existência, a criar e desenvolver vínculos de pertencimento. Dessa forma, a convivência é fator considerado protetivo para a Política de Assistência Social, tendo em vista que fortalece os lugares em comum e os lugares das diferenças e fortalece as redes de apoio comunitária.

Na Assistência Social, o conviver exerce uma potencialidade transformadora, no sentido de ser espaço de recriar a vida enquanto ela acontece, ali mesmo, no palco das interações, no lidar com a diversidade de formas de existir. O conviver está, nessa perspectiva, aberto ao sensível, ao que se abre na posição dos encontros que se fazem em meio às vivências, como aprendemos com as experimentações coletivas apresentadas por Vladimir Félix-Silva, em seus trabalhos no âmbito da Saúde Mental. São encontros geradores de outros possíveis.

3.2 Infâncias e políticas de vulnerabilização

Ao entrar em contato com crianças, sou afetada por um não-saber, por sua espontaneidade no modo de dizer e perguntar as coisas; por aquela sensação de que crescemos e nos tornamos adultos e, assim, perdemos parte do espanto no olhar. O modo de pensar das

crianças reaviva o novo que está presente no mundo, um pensar que desinquieta. Podemos dizer que as inquietações das crianças e suas experimentações do viver produzem novos modos de pensar. Kohan (2007) faz uma apresentação das crianças a partir do pensamento de Deleuze sobre o Devir: um devir-criança, um contraponto da temporalidade cronológica. Um devir-criança que se coloca no mundo como campo de experimentações descontínuas da vida. Para o autor, a infância seria um conceito relacionado a um sentido de experiência, que independe da idade.

De acordo com Andrade (2019), na perspectiva da Sociologia da Infância, os conceitos de criança e infância estão imbricados e dependem de como cada sociedade, em cada momento histórico as caracteriza. As crianças são seres sociais que produzem cultura, produzem sentido ao que fazem, e assim, devem ser ouvidas como sujeitos que têm fala própria; suas brincadeiras, suas ações dizem de um mundo simbólico que elas produzem.

Pesquisadores do campo da infância, como os que aqui estão sendo citados, enfatizam que persiste a predominância do olhar adultocêntrico nas concepções de infância. Como expressam Costa, Fernandes e Mesquita (2017) os espaços sociais são esquadrihados de maneira tal que é predeterminado o que é ou não adequado para as crianças, de acordo com a visão de uma infância inocente e frágil. O que cabe ou não; o que é permitido ou não às crianças são definidos por adultos. As autoras problematizam as relações que se constroem com a infância, de modo a pensá-la como algo de complexa definição. Elas discorrem sobre a importância de ouvirmos o que as crianças têm a dizer sobre si mesmas; como se dão suas relações com os espaços por onde circulam.

Como colocam Costa e Costa (2016) é preciso ouvir as crianças não numa perspectiva de que a elas precisam “dar voz”, porque isso implicaria em dizer que elas não têm; implicaria em dizer que as crianças seriam um “ainda não”, aquelas que ainda não falam, não pensam, não elaboram o mundo; numa visão negativa sobre a infância, com a ideia de incompletude, de ausência, como também problematiza Sarmiento (2005). Ouvir o que dizem as crianças sobre si mesmas é ouvir os entrelaçamentos nas relações delas com seus pares e também com os adultos; é entender que elas produzem saberes, que elas pensam; que são sujeitos que desenvolvem seu próprio modo de interpretar a vida, o mundo, de acordo com o contexto em que vivem.

É importante colocar que quando falamos em infâncias devemos usar o plural. Essa é uma perspectiva que se contrapõe a uma concepção ainda predominante em torno das crianças e das infâncias como uma etapa do desenvolvimento humano, de cunho biológico e de natureza universal, como se todas as crianças do mundo fossem iguais. Entretanto, autores como Castro (2002) e Pimentel e Araújo (2007) consideram que esse tipo de definição sobre infância a torna

um conceito a-histórico, romantizado, um dado eterno; quando se descarta a implicação do contexto social e as diferentes épocas da história em que vivem as crianças.

Em relação aos conhecimentos que temos sobre as crianças, os autores acima afirmam que é predominante no senso comum falas estigmatizantes que expressam a concepção que se tem em relação às crianças de que seriam seres incapazes, cujo pensamento e fala não podem ser validados por razão de imaturidade. Expressões como: “deixe de ser infantil, imaturo”, dentre tantas outras que os adultos utilizam em tom pejorativo.

Ao contextualizarmos as infâncias, podemos ter a dimensão das diferentes concepções e formas de relações que os adultos estabelecem com as crianças, nos diferentes tempos e lugares sociais e históricos. Na Antiguidade e Idade Média, por exemplo, não havia distinção, como há nos tempos atuais, entre crianças e adultos, de modo que aquelas eram caracterizadas como adultas, compartilhavam os espaços e comportamentos adultos. Com o surgimento do capitalismo, as crianças foram reconhecidas pela lógica da exploração do trabalho, vistas como mão-de-obra. No Brasil, desde a colonização, sobrepõe-se o poder dos adultos nas relações com as crianças (Pimentel; Araújo, 2007).

A vida das crianças: suas escolhas, suas opiniões, os espaços que podem ou não estar; o que podem ou não fazer; tudo é regido pelo mundo dos adultos. Castro (2008), ao discorrer sobre a subjetivação política de crianças e adolescentes, traz o tensionamento reflexivo de que apesar das definições jurídicas de sujeito de direitos, através do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (promulgado em 1990), é predominante que essa cidadania se exerce na prática pela visão de mundo adulta.

Dessa forma, concordamos com a autora de que é necessário descentralizar os modos hegemônicos em que as infâncias são pensadas e construídas socialmente. Pois o campo do direito traz definições importantes, mas que precisaria sua implicação com a realidade da vida das pessoas e com processos de transformações sociais. Dizer que são sujeitos de direitos não quer dizer que as crianças e adolescentes estejam de fato exercendo sua cidadania; não necessariamente produz movimentos emancipatórios (Vicentin; Takeiti, 2019).

O que sabemos sobre as infâncias? Será se o que sabemos provém daquilo que ouvimos e aprendemos com as crianças? Quais territórios as crianças ocupam em nós?

Lembro de estar com as crianças do Serviço de Convivência num passeio a uma floricultura da cidade (era uma atividade de lazer, no tempo das férias escolares). Olhávamos um tanque cheio de peixes, quando um menino que observava encantado me perguntou por que os peixes só ficavam ali na água, por que não viviam fora? Respondi a ele que os peixes não respiram fora da água e, por isso, se os tirássemos para fora, eles morreriam sem ar. Ele se

apiedou dos peixes e disse: “mas por que eles só podem respirar na água?” Não soube o que responder. Permanecemos mais um tempo ali, envolta do tanque, olhando para os peixes em sua vida aquática.

Trouxe essa lembrança recente de meu encontro com as crianças para dizer que nós adultos geralmente esquecemos da espontaneidade de indagar o mundo a partir de nossa curiosidade, com o que nos parece a banalidade das coisas simples da vida. E são elas as crianças que me fazem lembrar disso. Fazem-me lembrar que nem tudo tem resposta, mas, ainda assim, podemos perguntar, podemos filosofar e talvez poetizar a vida. Quem sabe possamos imaginar que peixes possam ter outras vidas, para além da realidade que lhes foi imposta a viver. Essa é uma das potências da poética que vejo nas crianças que encontro no CRAS: o encantamento com aquilo que nós adultos já naturalizamos. Quando estou com elas, sinto que retomo a sensibilidade que tinha por perdido. De olhar as coisas do início.

Kohan (2007) problematiza o conceito que temos de infância, tida, a princípio, como uma espécie de lugar idílico, em que se acredita na potencialidade do que as crianças podem vir a ser, e, portanto, a infância enquanto imagem de sonho e esperança de um futuro melhor para uma sociedade. Daí viria o interesse das políticas públicas em proteger e zelar por esse lugar de potencialidades. O autor discorre sobre o entendimento que é feito sobre a infância desde os filósofos da antiguidade como sendo uma etapa da vida que corresponde ao começo, de onde o ser humano partiria e caminharia em direção a um tempo que seria melhor.

Nesse sentido, ele faz um contraponto a essa visão etária e cronológica da infância, ao caracterizá-la como condição de experiência. E, para isso, reflete sobre a própria definição que temos do tempo. Tempo em nossa sociedade contemporânea é sinônimo de continuidade, da cronologia daquilo que se inicia e segue como se fosse uma reta, com passado, presente e futuro. Entretanto, existem outros modos de compreender o tempo. Um desses modos é o tempo Aión, que seria a visão do tempo como intensidade, como duração daquilo que se vive e não pode ser medido ou quantificado. Assim, de acordo com essa outra perspectiva de tempo, a infância não corresponde a uma fase numerável, mas seria um movimento intensivo de experiências, dos quais os adultos também fazem parte (Kohan, 2007).

No CRAS, onde trabalho como psicóloga, sou convidada, algumas vezes, a participar de momentos com as crianças do Serviço de Convivência. Num desses encontros, elas estranharam minha presença quando me apresentei como psicóloga. Uma delas disse: “Tia, você é psicóloga?”. “Sou”, respondi. “Você não parece com uma psicóloga”.

Ao perguntar por que ela dizia que eu não parecia uma psicóloga, ela apenas sorriu e balançou a cabeça em negativa. Não insisti com a pergunta. Imaginei que a imagem que ela

tenha da psicóloga seja a imagem social que é difundida nos meios de comunicação e midiático: a profissional que trabalha com atendimentos individuais, numa sala toda bonita e ornamentada. Por outro lado, eu, com meu jeans, tênis e camiseta numa sala rodeada de crianças, talvez não fizesse parte do seu imaginário acerca do que é ou do que faz uma psicóloga. Senti que não só as perguntas, mas também as respostas das crianças são como um entalo que nos fazem ruminar o pensamento e problematizar a realidade.

Pouco ouvimos as crianças. Pensamos que por sermos adultos teríamos o saber sobre o que seria infância. Sobre o que seria melhor para elas, sobre o que as manteria protegidas. E ao dizermos sobre elas, as deixamos de lado. Nesse sentido, Costa, Fernandes e Mesquita (2017) refletem sobre os espaços de interlocuções com as crianças. Concordamos com as autoras quando dizem que a ideia de inocência e pureza em que a infância é tratada gera o equívoco de que todas as crianças do mundo vivem suas infâncias de modo igual, único e universal, tal como num *script*.

Uma visão a-histórica que deixa de lado aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos que constituem os modos de ser criança (Costa, 2002). Com isso, segundo as autoras, são construídas práticas sociais que colocam as crianças em situação de minoridade, no sentido do ordenamento de normas quanto ao exercício da vida cidadã, de modo que os dizeres e fazeres das crianças são diminuídos ou apagados.

Isso que as autoras trazem, fazem-me lembrar de perguntar quem são as crianças do CRAS. Quais seus dizeres e fazeres fora e dentro dos muros dessa instituição? Será que as ouvimos? Como elas se compõem nos territórios que se abrem a partir dos encontros do Serviço de Convivência?

Como técnica do CRAS, em relação ao Serviço de Convivência, meu trabalho é o de oferecer apoio e suporte aos orientadores sociais quanto ao planejamento das atividades com os grupos, de modo que meu contato direto com as crianças se dá nos momentos em que sou convidada a facilitar alguma atividade com elas. Ao escutar os orientadores sociais, sinto que existe em suas falas o peso da precarização da política pública. Seus relatos estão cheios de cansaço e desânimo. E eles perguntam-se o que o CRAS significa na vida dessas crianças, que, mesmo em meio a um serviço limitado, que ao ver dos próprios profissionais é pouco atrativo, continuam frequentando e participando. Lembro de uma vez ser interpelada por um menino que me perguntava assim: “tia, vai ter CRAS hoje”? Ele fez essa pergunta num dia em que não haveria encontro do grupo porque o local estava passando por uma reforma.

Numa atividade em que facilitei uma roda de conversa sobre sentimentos e emoções, a partir de um jogo de dado, as crianças eram convidadas a contar alguma história real ou

imaginária que envolvesse uma das emoções representadas por uma das faces do dado (cada lado do dado tinha um *emoji* de uma emoção, como alegria, tristeza, raiva, medo, vergonha, surpresa). Sobre a tristeza, muitos compartilharam o luto diante da perda de familiares em decorrência da doença COVID-19; sobre a raiva, trouxeram o que sentem quando são apelidados por colegas da escola ou do grupo de convivência. E o que ficou bem marcado em minhas memórias foi que todos disseram que o que mais lhes gerava alegria em participar do CRAS era o lanche. Quando o lanche, a comida, é o que as crianças consideram a maior fonte de alegria ao estarem no CRAS, o que isso quer dizer? Como os contextos de vulnerabilização impactam as vidas das crianças?

Em minha incipiente caminhada no mundo da pesquisa, a partir do viés cartográfico, penso que o conhecimento não é um dado pronto da realidade. A todo momento somos atravessados por perguntas que desestabilizam o que pensamos que já sabemos. Em torno do campo das infâncias e suas implicações com a política pública de Assistência Social, quem são as crianças que participam das atividades do CRAS? O que o Serviço de Convivência produz em suas vidas?

No contexto dessa pesquisa, temos informações mais gerais sobre dados socioeconômicos das crianças e suas famílias através dos documentos de inscrição no serviço, por meios dos quais é possível dizer que são famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal- Cadúnico, já que um dos requisitos exigidos pelo Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SISC é que os participantes tenham o Número de Inscrição Social- NIS (um número gerado para cada membro familiar inscrito no Cadúnico). Dessa forma, são famílias beneficiárias ou que podem ser beneficiárias de Programas Sociais governamentais como: o atual Bolsa Família; a Tarifa Social de Energia Elétrica; o Vale Gás do governo do Estado do Ceará, além do Cartão Mais Infância Ceará.

Das escutas das crianças, nas atividades grupais, podemos dizer que algumas moram com mãe e pai e irmãos; outras vivem apenas com sua mãe e irmãos; outras vivem com os pais, mas passam tempos com os avós; outras convivem com irmãos que são filhos de pais diferentes. Ou seja, existe uma diversidade no que toca ao conceito de família, para além do modelo nuclear.

Quanto ao aspecto de trabalho e renda, de modo geral, suas mães trabalham nas atividades domésticas de casa, e seus pais fazem trabalhos informais como: carreteiro (descarregador de mercadorias de caminhões); servente de pedreiro; trabalhador em oficina de portões. Como são trabalhos autônomos e ou informais, sem carteira assinada, não possuem

direitos trabalhistas garantidos, incluindo o salário mínimo e seguridade social. De modo que ao adoecerem, ficam sem trabalho e sem garantia de qualquer direito previdenciário.

As crianças vivem em bairros periféricos, territórios marcados pela presença de conflitos violentos entre organizações criminosas que lideram o tráfico de drogas no município. Existe uma rivalidade entre os grupos criminosos desses bairros, de modo que moradores de um lugar não podem entrar no território do outro. As crianças relatam sons de tiros, durante a noite; relatam que não podem frequentar espaços do bairro rival porque suas famílias foram proibidas por chefes de facções. E, de acordo com os orientadores, alguns adolescentes que participam do CRAS estão envolvidos com essas organizações. Outros que já passaram pelo CRAS estão em cumprimento de medidas socioeducativas por atos infracionais.

E aí me vem a fala de um dos orientadores quando diz o seguinte: “como que a gente pode conseguir prevenir algum risco social quando o que a gente tem é uma folha de papel A4”. De fato, as políticas públicas estão num campo de disputas com outros espaços que podem parecer mais atrativos aos olhos de crianças e adolescentes. Essa é uma das principais vulnerabilidades identificadas nos territórios de abrangência do CRAS, contexto dessa pesquisa. Como o Serviço de Convivência, com toda a precarização da política Nacional de Assistência Social, pode cumprir seu papel na prevenção de situações de vulnerabilidades e riscos sociais? Como pode produzir resistências e enfrentamentos em meio a contextos em que o crime tem sido o lugar que atravessa a vida de crianças e adolescentes?

3.3 Processos de subjetivação em arte e algumas apostas em COMviver como espaço de criação

Essa ideia do conviver como espaço de criação, como aquilo que é vivido na esfera do comum, aproximamos ao pensamento de Rancière (2009), para o qual a política engloba a dimensão do sensível, na medida em que as experiências estéticas com a realidade promovem espaços de produções subjetivas, acontecimentos que desregulam posições fixas e possibilitam a criação de dissensos.

Larrosa (2021) nos traz em seus *Escritos sobre experiência* que vivemos imersos numa vida atravessada por um modo político de existência que a todo momento nos invade de informações e opiniões sobre tudo. E ao passo que muita coisa acontece, quase nada nos acontece. Existe, de acordo com o autor, excesso de tecnicismo e tentativa de controle sobre a vida que termina nos afastando da experiência. As coisas passam, mas não as sentimos, pois estamos muito mais centrados em conhecê-las, a nível de critérios de uma racionalidade que objetifica a realidade, em vez de experienciá-la, de deixá-la que nos aconteça.

Nesse sentido, entendemos o sensível como o atravessar de afetos que geram reposições de olhares, de falas, de visões de mundo. É o que é ou não possível quando nos encontramos em relações, sentindo e vivendo a vida, com o outro. “uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas” (Rancière, 2009, p. 15). O filósofo discorre acerca da vida que é partilhada através do tempo, do espaço, de ações no mundo que produzem modos comum de participação na vida política.

A partir dessas reflexões, podemos questionar que tipo de relações estamos produzindo, no cenário dos serviços socioassistenciais, ofertados pelo SUAS. Será se estamos promovendo espaços de convivência que de fato sejam protetivos, que permitam o dissenso, as diferenças; que permitam a criação do que Rancière (2009) chama de “movimento dos corpos comunitários”, que seriam corpos livres para a expressão de si.

Ainda com Torres (2013), pensar a convivência humana como elemento fortalecedor da proteção social é pensar que a criação de vínculos sociais e comunitários permite que os sujeitos se inscrevam numa rede de solidariedade, de apoio diante das fragilidades em decorrência da vida. Possam encontrar coletivamente condições de enfrentamento diante das várias situações geradoras de sofrimento, advindas das relações de desigualdades histórico-sociais que geram humilhações, discriminações, violências e exclusões diversas. Possibilita que os vínculos afetivos e de participação cidadã lhes garantam espaços de partilha na vida pública e coletiva na luta e acesso à direitos.

Nesse contexto de pensar os espaços de convivência, podemos incluir a arte enquanto dispositivo de expressão de modos de vida, de formas de criação, de pensamento, de reflexão, de modos de ser diversos, que se manifestam numa sociedade, em determinado contexto histórico e político. A arte que problematiza uma realidade instaurada e em produção contínua, colocando-se diante dela como forma de ruptura, de recriação, através do sensível, dos afetos (Rolnik, 2006).

Nesse sentido, a partir da compreensão de Guattari (2012) a arte pode ser entendida como uma potência estética do sentir. Para além da arte institucionalizada e tornada produto mercadológico, mas como potencialidades imanentes de criações, que está presente na existência, na vida, em suas infinitas possibilidades, em constante devir. Assim sendo, a arte como estética da própria existência, como possibilidades de expressões de si, a partir dos agenciamentos coletivos que atravessam os modos de subjetivação.

Trazendo a leitura do ponto de vista dos processos culturais, Santos discute a arte como caminho de possibilidade para o que chama de retomada do humano, retomada do sensível, perdido em meio aos valores de mercado que regem a vida. E defende a arte como

um direito humano. No mundo dos valores mercadológicos, a arte pode tanto servir como instrumento de dominação (quando ela apenas reproduz o que já está posto, de forma hegemônica), como também pode ser instrumento de emancipação, quando promove aberturas, abre espaço para o novo, para outras formas de relações, racionalidades, contribuindo com o questionamento da realidade (Santos, 2009).

A referida autora, desse modo, posiciona a arte como sendo constituinte dos processos culturais dinâmicos, de modo que se pode pensá-la em sua heterogeneidade criadora de formas de vida, de existências, para além de qualquer essência ou perspectiva homogênea e linear da realidade. Portanto, a arte pensada de modo não hegemônico pode constituir expressões de um mundo sempre em descortinamento de possibilidades, e, assim, de resistência e luta contra os cerceamentos impostos pela lógica dominante produtora de desigualdades. “Quando a arte deixa de ser vista como um conceito autônomo e se aproxima dos conceitos sociais, econômicos e políticos com a possibilidade de mostrar esteticamente a necessidade da superação criativa das desigualdades, se converte em arma importante” (Santos, 2009, p. 344).

Trazendo essa discussão para o campo das contribuições da psicologia no contexto das políticas públicas, aqui especificamente da política de Assistência Social, é necessário o assinalamento do posicionamento ético-político da Psicologia enquanto ciência e profissão que deve refutar uma suposta neutralidade e se colocar diante do cenário social da realidade brasileira, questionando-se para que e para quem serve o seu saber e suas práticas, quais suas implicações na realidade sobre a qual se debruça (Lane, 1984). É preciso nos posicionarmos criticamente diante do contexto de pobreza e dos processos de exclusão que expressam a desigualdade social arquitetada historicamente através da dominação colonial. E possamos entender essa desigualdade como estruturante de forças políticas que mantêm privilégios e geram políticas de subalternização.

Como defende Sawaia (2014) é preciso encontrar esse sujeito que se perde, em meio a análises numéricas, e ouvi-lo, a partir do campo afetivo (Dantas, 2013; Sawaia, 2014). Enxergá-lo como quem sonha, quem sente, quem tem desejos, que é possibilidade criativa de si mesmo, na teia de relações que lhe atravessam. Pensar a exclusão pela via da afetividade, que Sawaia (2014) expressa como sofrimento ético-político permite transpor a ideia de que a única preocupação do pobre é com sua subsistência, que pobre não vivencia outro tipo de afeto que não seja ligado à sobrevivência.

Ao relacionar a discussão entre afetos e arte, Rolnik (2006) traz essa questão de como o pensamento sobre a arte vai se modificando ao longo dos tempos, de modo que passa de uma representação da realidade até chegar nos tempos contemporâneos como uma estética da

própria existência, ao pensá-la como formas diversas de criação e recriação de si, de produções subjetivas que se fazem nas experimentações da vida. Nesse sentido, a arte enquanto dispositivo de emancipação humana pode ser pensada, a partir de Guattari (2012, p. 106) como “uma criatividade subjetiva que atravessa os povos e as gerações oprimidas, os guetos, as minorias...”.

4 CASTANHOLA, CADEIRA DE BALANÇO, TINTAS E PINCÉIS: PISTAS CARTOGRÁFICAS COM AS CRIANÇAS

O presente trabalho inspira-se na perspectiva da pesquisa-intervenção de viés cartográfico, que afirma a posição de não neutralidade do pesquisador e qualifica a pesquisa como uma ação política no mundo. Nesse modo de fazer pesquisa, o conhecimento não é um produto dado pela realidade, uma coisa pronta a ser capturada como um objeto alheio e distante do pesquisador, e sim uma produção coletiva, algo que está em constante processo de construção e se dá na processualidade das relações, em meio às quais o pesquisador está implicado. Daí seu caráter de provisoriedade e incompletude (Passos; Kastrup; Escóssia, 2012).

Método de pesquisa desenvolvido por Deleuze e Guattari (Baremlitt, 2010), é um caminho metodológico que se faz na processualidade em busca de acompanhar processos de subjetivação, compreendendo os movimentos e forças que atravessam a vida em sua diversidade de expressões e experimentações. Como toda pesquisa gera intervenções na realidade, e o conhecer e o fazer andam lado a lado nesse processo, daí a ideia de uma pesquisa-intervenção, que segundo Passos e Barros (2012, p. 17) consiste numa:

orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método-não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas, mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas.

A partir da perspectiva dos autores acima, compreende-se a cartografia como uma tessitura de possibilidades que se fazem no próprio caminho da pesquisa, por meio de experimentações que não visam explicar ou descrever ou revelar uma realidade já posta. Seria muito mais a possibilidade de expressão de processos criativos de uma realidade, como coloca Rolnik (2016, p. 23) “é tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem”.

A pesquisa foi realizada no cenário de um Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, de um município de pequeno porte, localizado na região da Serra da Ibiapaba, no Ceará. Os participantes da pesquisa foram crianças com idade entre seis e nove anos que integram o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS.

Não saberíamos precisar quando exatamente a pesquisa começou. Como um rizoma que cresce sem nenhuma raiz centralizadora, o desejo da experiência de produzir convivências e re-existências poéticas com crianças irradiou-se, de modo que é difícil delimitar um único ponto de início. Como já assinali no começo deste trabalho, sou psicóloga e exerço a profissão

há seis anos como trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social, em âmbito municipal, circulando entre seus equipamentos e serviços, de modo que atualmente componho a equipe de um CRAS, cenário desta pesquisa-intervenção. Nesse contexto, enfrentamos diversos desafios, como a precarização das condições de trabalho e a dificuldade do SUAS de afirmar-se de fato como uma política pública garantidora de direitos e da redução das desigualdades sociais.

Dentre os serviços ofertados pelo CRAS temos o Serviço de Convivência, que, como já assinalamos, ocorre por meio da formação de grupos geracionais que se reúnem periodicamente, geralmente uma vez por semana. Seu objetivo é proporcionar espaços de sociabilidades, trocas de saberes e experiências, de modo a fomentar o direito à participação social e comunitária de seus participantes. No CRAS onde a pesquisa foi realizada, existem seis grupos de convivência. Todos voltados para crianças e adolescentes, divididos a partir de grupos geracionais, de modo que há dois grupos para crianças de seis a oito/nove anos de idade; dois grupos para crianças entre nove e doze anos de idade; e dois grupos com adolescentes entre doze e quinze anos de idade. São três profissionais orientadores sociais que ficam responsáveis pela facilitação dos grupos. E cada orientador é responsável por dois grupos. Os encontros semanais costumam ter cerca de uma hora até uma hora e meia de duração, e ocorrem no espaço chamado “auditório”, que, dentre os repartimentos físicos do CRAS, é um espaço maior, onde acontecem, além dos encontros dos grupos de convivências, outras reuniões e atividades coletivas; além disso, é um espaço compartilhado com a equipe do Programa Criança Feliz.

Quando situamos a processualidade rizomática da pesquisa, queremos dizer dos fluxos de encontros, afetos, aproximações, distanciamentos em torno das questões que movimentam esse pesquisar, de modo que muito antes de me inserir mais diretamente no grupo que pude acompanhar, posso dizer que a pesquisa já estava em andamento. Isso porque nos encontros cotidianos com os orientadores sociais construímos espaços de trocas em que podíamos questionar as durezas enfrentadas pelas crianças, a burocratização dos serviços ofertados, com a exigência tecnicista de um fazer que precisa ser realizado a qualquer custo, ainda que em condições precárias, que pouco abre espaço para possibilidades que já não estejam pré-definidas, nas relações unilaterais de exercício de poder. E, por outro lado, também visualizava a potência desse serviço, da presença das crianças naquele território, que abriam brechas para a produção de outros modos de convivência, mais flexíveis e brincantes. Aos poucos, nascia ou se criava um desejo de cartografar essas afetações e experiências que me chegavam ou por onde me movia. Havia algo que não precisava ser encontrado como um dado pré-existente da realidade, mas estava ali uma virtualidade, um devir algo que ainda não sabia.

Os movimentos para minha inserção mais direta com as crianças partiu dos diálogos com a coordenação do CRAS e com os orientadores acerca do então projeto de pesquisa que pretendia desenvolver no equipamento, no âmbito do Serviço de Convivência. À princípio, meu desejo era me inserir nos seis grupos, mas logo excluí essa possibilidade, pois era temporalmente e existencialmente inviável no momento. Então, por uma questão de conciliação com o cronograma de trabalho enquanto técnica da unidade, optei por um dos grupos de crianças que se reúnem às segundas-feiras, pela manhã. O grupo chama-se Pequenos Brilhantes. Entre chegadas e partidas dos integrantes, é composto por vinte crianças inscritas, sendo quinze meninos e cinco meninas. Embora tenha esse número de inscritos, dificilmente reuniam-se todas num mesmo encontro. Esse número variava entre cinco a doze participantes a cada segunda-feira. Ao buscar as origens do nome do grupo, encontrei que foi criado há alguns anos por uma coordenadora do equipamento, devido a necessidade de nomear cada grupo para constar num sistema informatizado de registro das informações do Serviço de Convivência. A orientadora responsável por esse grupo, que, na época da criação do nome, exercia outra função dentro do CRAS, afirma que foi algo pensado pela coordenação, não foi algo proposto e pensado com as crianças. Tempos depois, conversamos novamente sobre a renomeação do grupo, dessa vez, junto das crianças. A mudança não ocorreu durante minha travessia no campo da pesquisa, mas ficou como proposta a ser pensada entre a orientadora e os participantes do grupo.

No tópico seguinte, abordaremos com mais detalhes a processualidade desse caminhar cartográfico junto das crianças, juntamente com as ferramentas metodológicas que possibilitaram os registros e produção dos achados e suas posteriores análises. É importante afirmarmos que foram seguidos todos os aspectos éticos em pesquisa com seres humanos, como submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú, respeitando a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 e a Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde – CNS (Brasil, 2012). Foram atribuídos nomes fictícios aos participantes, de modo a não os identificar em nenhum momento da escrita da pesquisa. Em sua maioria, foram nomes escolhidos pelas crianças participantes, ao final de uma das oficinas realizadas. As crianças foram convidadas a participar e a assentir com a participação por meio da assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). E seus responsáveis legais concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por meio dos quais foram explicitados os objetivos, os riscos e benefícios envolvidos no processo da pesquisa. Os responsáveis legais das crianças também assinaram o Termo de Autorização de Imagem. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) através de parecer

da Plataforma Brasil de Nº 5.919.290. Ademais, é importante dizer que consideramos como ética não apenas as formalidades instrumentais e normativas que foram seguidas, mas a relação de abertura e diálogo que construímos com as crianças, com os familiares, com os profissionais, no sentido de gerar aproximações para o pensar e o fazer juntos na processualidade das movimentações da pesquisa.

4.1 Oficinas com crianças - Procedimentos de produção e análise dos achados

Meu primeiro contato com as crianças do grupo que acompanhei ocorreu em 17 de outubro de 2022, desde então, foram alguns meses de imersão naquele território de vivências, até junho de 2023. Os encontros ocorrem às segundas-feiras, a partir das 8h30, mas, geralmente, as crianças chegam até às 9h; e terminam por volta das 10h, podendo se estender um pouco mais, a depender da atividade. A orientadora mantém um grupo no *WhatsApp* para se comunicar com as mães ou pais ou responsáveis pelas crianças. Nesse grupo, elas combinam questões de horários, faltas, convites para reuniões ou eventuais passeios.

No decorrer desses meses de imersão, não pude participar de todos os encontros nas segundas-feiras, assim como também ocorria, algumas vezes, de o encontro ser desmarcado por diversas razões, seja pelo adoecimento ou assuntos pessoais que a orientadora precisava resolver naquele dia, ou ainda, por outras demandas institucionais. No início tive um pouco de dificuldade em poder estar com as crianças, no sentido de que as pessoas do trabalho demoraram a me reconhecer enquanto pesquisadora. Até então eu era a psicóloga da unidade. Em alguns momentos, cheguei a ser interrompida, durante os encontros com as crianças, em razão de alguma demanda de trabalho. Mas, aos poucos, por meio de muitos diálogos, as pessoas conseguiram entender aquele novo lugar que eu estava ocupando.

Naquele primeiro contato tinham seis crianças presentes, cinco meninos e uma menina. Apresentei-me e disse-lhes que trabalho no CRAS como psicóloga. Perguntei se elas sabiam o que era, o que fazia uma psicóloga. Permaneceu um silêncio e um menear de cabeça. Naquele momento pensei: “o que direi, como direi a essas crianças sobre a psicologia, algo tão complexo de definir?” Contei-lhes então que psicólogos/as trabalham escutando e conversando com pessoas adultas e crianças e idosos, pessoas de todas as idades, e buscam junto delas melhorias para seu modo de vida, para as dificuldades que enfrentam; não ficam apenas dentro de uma sala, mas participam de momentos em grupos, e também podem brincar, pintar e aprender com as crianças. Em seguida, a pedido da orientadora, todos se apresentaram, dizendo seu nome e idade. Todos entre seis e oito anos. Perguntei-lhes se eu poderia participar do grupo, pois além de psicóloga, disse-lhes que sou pesquisadora/estudante e que gostaria muito de passar um

tempo com elas para presenciar aquela convivência que ali faziam e trocamos novas experiências. Elas concordaram ao menear a cabeça, e uma delas disse: “pois agora a gente tem duas tias!”.

Como dificilmente as crianças estavam todas juntas num mesmo encontro, tive de me apresentar e reapresentar inúmeras vezes, até que no decorrer do tempo, conheci todos os vinte participantes. Mais adiante, já em maio de 2023, quando já havíamos desenvolvido proximidade e criado os vínculos de confiança, apresentei-lhes novamente a proposta da pesquisa, de modo a lhes apresentar o Termo de Assentimento. Quando disse que sou estudante, elas se admiraram, pois, segundo elas, já “sou grande”. — “Tia, mas você então ainda tá na escola?”. — “Não, já terminei a escola e terminei o curso de Psicologia, mas continuo sendo estudante, agora estou fazendo uma pesquisa de mestrado, que é uma forma de estudo em que a gente procura estudar um assunto mais específico. Por exemplo, os meus estudos da pesquisa são aqui com vocês, crianças que participam do CRAS, quero saber as experiências, as vivências de vocês e também criar coisas novas juntos”.

Então vieram falas como as seguintes: — “tia, mas meu irmão é adulto e não estuda”; — “tia, e o meu irmão tem 20 anos e ainda tá na escola”. Diante dessas colocações, disse-lhes que as pessoas são diferentes, têm desejos e também condições de vida e possibilidades diferentes. Desse modo, algumas pessoas demandam mais tempo que outras para terminar os estudos; outras não conseguem concluir, por uma série de questões pessoais ou sociais, como por exemplo, vários jovens que já atendi no CRAS disseram que não puderam terminar o ensino médio pois precisavam trabalhar para ajudar com as necessidades da família. Além disso, o acesso e a permanência na Universidade esbarram em questões de dificuldades econômicas que as pessoas passam. As pessoas pobres têm mais dificuldades de entrar e permanecer na Universidade, comparado às pessoas ricas ou de condições de vida melhores. Há tempos passados, era um espaço voltado apenas para uma parte pequena da sociedade, nem todo mundo conseguia entrar. Eu mesma só consegui permanecer estudando e concluir o curso de Psicologia, porque o governo criou políticas de assistência social para os estudantes pobres, que vinham de outras cidades e não podiam arcar com os custos de estudar fora. Depois de apresentar esse fragmento de minha história como estudante, perguntei-lhes se entenderam sobre a proposta da minha pesquisa. Se tinham alguma dúvida. Um dos meninos respondeu: — sim, tia, você tá aqui pra aprender a viver com a gente.

Minha relação de proximidade não se deu de igual modo com todas as crianças. Algumas eram mais tímidas e gostavam de ficar mais quietas, sem muita conversa; enquanto outras gostavam de conversar, contar situações de suas vidas, sentar próximo. Entre os meses

de outubro de 2022 a abril de 2023, estive com elas, numa posição de observadora-participante, de modo que eu participava das atividades, interagía com elas, e conhecia um pouco mais de suas vidas. Era enredada com as notícias de seus finais de semana. Grande parte das crianças traziam histórias de visitas aos avós que moram em sítios (como aqui se costuma chamar a zona rural), histórias das brigas e intrigas da vida escolar; além de situações difíceis como violência de gênero entre irmãos e a dureza das condições precárias de vida, como a fome. Essas situações serão melhor elaboradas no decorrer dos resultados da pesquisa. Essas conversas, essas trocas aconteciam de forma misturada entre as atividades propostas pela orientadora social, a cada encontro. Eram brincadeiras com balões, de adivinhação, de bambolês, por exemplo. Também havia atividades temáticas como produção de cartão para o dia das mães, máscara de coelho da páscoa, exibição de vídeo sobre o respeito às diferenças, leitura coletiva de livro, produções de desenhos sobre as famílias. Em alguns poucos momentos, saíamos de dentro do CRAS, como na vez em que fomos a um loteamento próximo, onde usamos o espaço amplo e aberto para passear ao redor e brincar de bola.

Figura 1 – Passeio no loteamento



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Como pistas e passos para o caminhar cartográfico contamos com a elaboração de diários de campo, que são anotações e registros de experiências vivenciadas, no contexto da pesquisa, compostas por notas descritivas e analítico-reflexivas, que me permitiu situar minhas impressões, emoções, sentimentos e tudo o que chega em termos da experiência compartilhada, numa proximidade etnográfica, como situam Freitas e Pereira (2018). Nesse sentido, as notas de campo foram fundamentais para o exercício reflexivo do pensamento durante o processo da

pesquisa. Pude tecer registros dos momentos e do que eles produziam em termos de afetações. Dias em que chegava nos encontros meio triste ou cansada, e saía ao final com um corpo carregado de alegria. Ou ainda, momentos em que regurgitava as histórias das dificuldades vividas pelas crianças e suas famílias.

Depois de percorrida uma caminhada em que pude me sentir mais próxima às crianças, pude chamá-las por seus nomes e sentir um pouco mais com as trocas realizadas, pudemos então pensar nas proposições de novos momentos, que tratamos de chamar de oficinas, de modo a possibilitar espaços de inventividade, a partir do dispositivo poético da arte enquanto experimentações do sensível. A partir da perspectiva trazida por Spink, Menegon e Medrado (2014) as oficinas são recursos vivenciais produtores de sentidos, ao passo que é facilitadora de processos de expressão de si e da realidade social. São processos de elaboração coletiva da experiência, que facilitam encontros e desencontros, consensos e dissensos e a partilha de afetações e saberes diversos, que se desenvolve a partir das histórias de vida dos sujeitos que participam, dando vazão à inúmeras possibilidades do acontecer, do sentir e dos sentidos da experiência.

A inserção e imersão no grupo apontou pistas de como fazer as oficinas, como propor, o que propor, na perspectiva de criação de um espaço participativo de experimentações coletivas. Entendemos que por meio de uma pesquisa-intervenção que compartilha dispositivos de trocas com as crianças, em meio ao contexto do CRAS, queríamos acionar o campo de forças em que se fazem essas existências, como essas vidas vão se desenhando, que durezas enfrentam. Para isso, pensamos nas oficinas como dispositivos para acionar esse campo de forças. Através das linguagens que fizessem sentido para elas, de acordo com suas vivências e interesses. Buscamos o encontro com a poética da arte como modo de realização dessas oficinas, que tiveram como combustível o afeto não como capa que nos aliena da realidade, mas como potência de vida. Ao todo foram realizadas quatro oficinas, ocorridas entre os meses de maio e junho de 2023.

A primeira oficina, ocorrida em 15 de maio de 2023, foi chamada posteriormente pelas crianças de “Dia da árvore” ou “Dia da Castanhola”. Isso porque nosso encontro foi no espaço externo do CRAS, um espaço aberto, antes da porta de entrada da unidade, onde temos uma árvore Castanhola. Nossa ideia de partida era que tivéssemos um momento ao ar livre e uma conversa, mediada por dispositivo do desenho, a respeito do que chamamos de convivência, tendo em vista o objetivo desta pesquisa que consiste em cartografar processos de subjetivação em arte com crianças que compõem o SCFV; e um dos objetivos específicos consiste em

analisar territórios das infâncias em sua relação com a Política de Assistência Social. Que convivência é essa que estamos falando? O que as crianças têm a dizer sobre ela?

Para iniciarmos, compartilhei com elas um fragmento de minha relação afetiva que tenho com as árvores; levei para elas uma lembrança que tenho de convivência com meus primos durante minha infância na casa de meus avós maternos, quando ficávamos horas embaixo da Castanhola que habitava a frente de sua casa. O momento foi de demonstração de interesse com a história que lhes contava e também de aproximação e olhar de encanto com as folhas e castanhas da árvore ao nosso redor. Até aquele momento, as crianças já tinham participado de atividades ao ar livre, mas em outros espaços. Elas disseram que aquele dia era a primeira vez que estavam ali naquele lugar. Elas me ajudaram a organizar as mesas e a distribuir os materiais que eram lápis de cor, canetinhas coloridas, giz de cera, lápis e folhas de papel 40kg tamanho A4.

A linguagem do desenho foi o dispositivo utilizado para a produção da nossa conversação. Elas desenhavam e compartilhavam comigo e entre elas o sentido que elas produzem em suas vidas sobre o que pensam acerca da convivência. Vieram conversas sobre a vida escolar e seus desafios como a violência entre colegas; os jogos de cartas que gostam de jogar ali no CRAS, enquanto a tia não começa as atividades; o futebol que jogam no quintal e nos terrenos baldios; o contato com a natureza e com a beleza das árvores que já fizeram parte de suas histórias; a casa dos avós na zona rural. E enquanto faziam e conversavam, trocavam materiais e divertiam-se mostrando suas produções uns para os outros. Ao final, propus que colocassem, com fita adesiva, seus desenhos no tronco da Castanhola, para que todos pudessemos ver de longe a beleza das produções e fizéssemos o registro fotográfico do momento.

Figura 2 – Oficina - Dia da Castanhola



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Figura 3: Crianças colorindo convivência



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Figura 4: Tronco da Castanhola enfeitada



Fonte: Arquivos da pesquisa.

A segunda oficina, a Tenda do Conto, ocorreu no dia 22 de maio de 2022. A Tenda do Conto é uma experiência interventiva trazida nos trabalhos cartográficos de Félix-Silva *et al.* (2014) como uma potente estratégia de circulação de palavras e afetos, através da escolha de algum objeto pessoal que tem um sentido, uma importância para a vida de cada participante da roda. A tenda pode ser feita em diversos espaços de produções de vida, com diversos públicos, dentre eles, crianças. Os autores acima nos contam que a proposta da tenda nasce a partir das experiências coletivas e afetações de Maria Jacqueline Gadelha com as histórias dos usuários da atenção básica em saúde, no decorrer de sua pesquisa de mestrado, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Vladimir Félix-Silva remete-nos ao pensamento de Deleuze e sua leitura dos afetos proposta por Espinosa, de modo a vermos a tenda como movimento de possibilidades para o despertar de paixões tristes ou alegres, na partilha da dança da vida.

Pensamos na Tenda com as crianças do CRAS como um convite ao narrar de si mesmo. Desde os encontros anteriores, as crianças mostravam-se contadoras de histórias. Conversavam entre si ou comigo, trazendo elementos de seu cotidiano, seja suas dificuldades na escola, seja o convívio com irmãos e bichinhos de estimação, seja as dificuldades que enfrentam no tocante às condições sociais de vida, seja suas brincadeiras nos espaços de convivência por onde circulam. A proposta da tenda vem então como um lugar de importância a essas falas, que extrapolam o que as aprisiona apenas na imagem da dureza. A circularidade das palavras e com elas os afetos que produzem quando os outros prestam atenção para ouvir. De que modo a história do outro, o fragmento de fala do outro chega até nós? Damos importância? Nada nos produz? Como é sentar e dizer de si?

Foi assim que numa manhã de segunda-feira, embaixo da Castanhola, preparamos nossa Tenda. A orientadora do grupo levou uma cadeira de balanços de sua casa. Eu levei uma manta para cobrir a cadeira e uma toalha para cobrir a mesinha (uma mesa de plástico do CRAS) que é chamada mesa dos guardados, o espaço onde cada participante coloca o objeto escolhido, em relação ao qual versará. Fizemos uma quase roda com as cadeiras de plástico, no aguardo de chegarem todas as crianças. As que chegaram primeiro divertiam-se balançando na cadeira e brincando de bola no entorno da árvore. Quando chegaram as demais crianças, apresentei-lhes a Tenda, convidei-lhes a deixar seus objetos sobre a mesa, e falei que a proposta consistia em cada participante pegar seu objeto de afeto e sentar na cadeira de balanço para falar o que quisesse falar, falar sobre a escolha daquele objeto. As crianças levaram brinquedos; um dos meninos levou um livro, uma versão infantil da Bíblia; um deles não quis falar, pois levou um objeto que sua mãe escolheu, em vez do que gostaria de ter levado, que era um carrinho. Eu

levei um porta-retrato com um verso do poeta Manoel de Barros que gosto muito, que trata do encantamento com as coisas miúdas. A ideia da oficina era fazer com que as palavras girassem entre nós, criando-se, assim, uma experiência coletiva de partilha de vivências.

Figura 5: Mesa dos guardados



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Figura 6: Cadeira de balanço



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Figura 7: Oficina Tenda do Conto

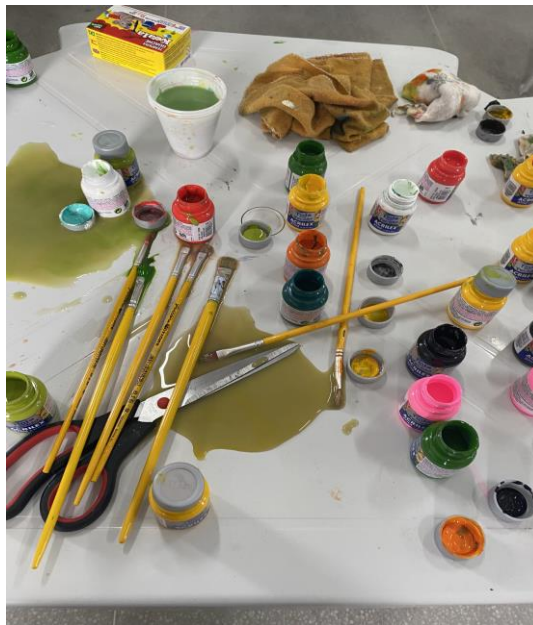


Fonte: Arquivos da pesquisa

A terceira oficina ocorreu no dia 29 de maio de 2023, e ficou conhecida pelas crianças como o “dia do desenho”. O dia era de alegria quando noticiei que faríamos experiências artísticas com materiais novos que elas já tinham expressado o desejo de usar: tintas e pincéis e telas de pintura. Parte dos materiais pedi a permissão da coordenação do equipamento para utilizar. O CRAS tinha tintas, mas pouquíssimos pincéis e apenas algumas telas, que não seriam suficientes para o grupo todo. Por isso, as crianças nunca tiveram antes essa experiência com pintura, em decorrência da quantidade limitada de materiais. Quando elas viam algum pincel avulso entre os lápis de cor que tradicionalmente usavam durante as atividades, elas perguntavam se tinham mais deles e diziam que queriam usar algum dia. Quando da novidade, elas manifestaram alegria e empolgação. Dois participantes, que são irmãos, me ajudaram a distribuir os materiais entre as mesas onde cada criança aguardava animada para receber sua tela. As conversas daquele momento giravam no fazer da experimentação: em qual tinta usar; como refazer uma imagem que já não queriam que estivesse na tela; a beleza da descoberta de como criar novas cores; o que pintar. Enquanto, entre elas, eu desajeitadamente fazia minha pintura, as crianças me chamavam ou vinham até mim para me apresentarem seu fazer artístico.

Ao final, quando todos terminaram suas produções, fizemos uma roda de conversa, na qual cada um falou sobre sua obra; uma das meninas afirmou que “todo mundo é artista, pois tudo o que a gente faz com nossas mãos é uma forma de arte”. Além disso, foi nesse momento que lhes perguntei que nomes artísticos ou fictícios gostariam de ter, e que, para manter o anonimato dos participantes na escrita da pesquisa, eu usaria esses nomes em substituição aos seus nomes originais.

Figura 8 – Oficina de pintura



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Figura 9 – Mãos à obra



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Figura 10 – Pinturas produzidas



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Figura 11 – Casa e mãe



Fonte: Arquivos da pesquisa.

A quarta e última oficina ocorreu no dia 12 de junho de 2023. A proposta desse encontro consistiu em convidar as crianças para fazermos um mural dos afetos, com as fotografias dos momentos que trocamos na convivência do CRAS. Imprimi várias fotos dos momentos em que estive com elas, desde o início de minha inserção no contexto do grupo. No início da oficina, perguntei se eles preferiam que ficássemos dentro da sala ou se achariam melhor lá fora, embaixo da árvore. Todos disseram que seria melhor lá fora. Estendi uma toalha vermelha no chão e, com a ajuda das crianças, espalhamos as fotografias sobre ela. No entanto, ventava muito naquele dia, e, ainda que colocássemos as fotos com fita adesiva, elas continuavam voando. Foi então que um dos meninos, vendo a empreitada, sugeriu que seria melhor voltarmos para dentro. Concordamos. Toalha vai, toalha vem, espalhamos as fotografias no chão, mais uma vez. As crianças davam risadas da presepada com o vento. Passada a sensação de sufoco de coletar as fotos esvoaçantes, respirei e também caí na risada. Foi então que nos sentamos no chão, em volta das imagens, que estavam ao centro. Cada criança olhava e escolhia sua fotografia preferida. Foi assim que soube como elas nomearam as oficinas que fizemos, como “dia da árvore” e “dia do desenho”, referindo-se à primeira e à terceira oficina. O momento foi de admiração e contemplação de suas experiências. Elas gostaram tanto das fotografias que me perguntaram se além de colocarem no mural, poderiam levar para casa, de recordação. Como já previa isso, imprimi e levei muitas fotos. O mural estava previamente pregado na parede. Aliás, apenas o papel marrom, feito de uma colagem com folhas A4 de papel Kraft, que, dias antes, havia montado, juntamente com a orientadora do grupo. Estava vazio. À espera de ganhar vida com as imagens e marcas deixadas pelas crianças. As crianças aglomeraram-se em torno do mural vazio, e, aos poucos, criaram uma nova imagem, cheia de vida colorida. Acionamos a plataforma de invenção e criação de um fazer juntos.

Figura 12 - Oficina “mural de afetos”



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Figura 13 - Produção coletiva com fotografias



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Figura 14 - Mural produzido



Fonte: Arquivos da pesquisa.

A análise do que foi vivenciado e produzido na experiência cartográfica com as crianças se dá a partir da inspiração com alguns conceitos propostos pela Esquizoanálise, que Barembliitt (2010) define como uma perspectiva de pensamento e modo de vida, desenvolvido pelos pensadores franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, que se debruça sobre os agenciamentos que atravessam a produção de desejos, na esfera das instâncias individuais, coletivas e institucionais e seus dispositivos, na produção de processos de subjetivação, entendidos como contrapondo a ideia de sujeito substanciado numa suposta fixidez ou essência pré-determinada. Através das palavras de Guattari é possível visualizarmos algumas pistas para esse processo esquizoanalítico, conforme o seguinte enunciado:

não se colocar no caminho dos devires, não atrapalhando-o; quando alguma coisa acontece isto prova que alguma coisa acontece, ou seja algum acontecimento nos agenciamentos do desejo; a melhor posição para se escutar inconsciente não consiste necessariamente em ficar sentado atrás do divã; inconsciente molha os que dele se aproximam, ou seja, não há como manter a neutralidade perante os acontecimentos do inconsciente; as coisas importantes acontecem onde nunca esperamos; as transferências ocorrem por: ressonância subjetiva, por identificação personológica, por eco de buraco negro, transferências maquínicas que procedem aquém do significante e das pessoas globais, por interações diagramáticas a-significantes e que produzem novos agenciamentos em vez de representar e decalcar indefinidamente antigas estratificações; nada é adquirido de uma vez por todas; toda ideia de princípio deve ser considerada suspeita (Guattari, 1985, p. 138-141).

Percebe-se a necessidade de leituras de mundo não engessadas, não pré-formatadas, a fim de que se possa dar vazão ao que a própria vida vai tecendo, considerando o sujeito como aberto aos devires que se produzem entre agenciamentos coletivos. Os territórios existenciais são processualidades vivas, dinâmicas relacionais em constante (re)criações, onde não é possível a tradicional separação entre sujeito e objeto, ou quaisquer outras dicotomizações. Os modos de existência são mapeados em territórios abertos à diferença, à virtualidade das múltiplas possibilidades de devir.

A proposta deles é introduzir o desejo na produção e a produção no desejo. Equivale a dizer que a substância ou a matéria última de todo o real – do real social, do real psíquico, do real natural e do real maquínico – é a produção, é o produzir. Não a produtividade, que é a produção já deformada pelo capitalismo, mas a produção como processo de geração constante do novo (Barembliitt, 2002, p. 85).

Assim sendo, a Esquizoanálise trata-se de um campo de produção e experimentação do pensamento e de intervenções que geram questionamentos críticos em torno de universalismos de conhecimentos instituídos socialmente; questiona as capturas do desejo por uma lógica individualizante ou familista operada em torno do sujeito individual e que exclui a produção social, econômica e política da vida; e questiona a ideia de luta de classes que exclui de suas análises a produção desejante; assim como questiona a lógica das segmentações das máquinas capitalísticas que endurecem e prendem os fluxos criativos produtores da diferença,

tal como nos apresenta Guattari (1985), em sua obra *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. Para esses pensadores, o desejo não diz de uma falta, mas de uma produção que movimenta a criação contínua da vida. Deleuze e Guattari, na produção de sua *Esquizoanálise*, tencionam as posições de verdades únicas e unilaterais e homogeneizadoras da vida, das relações em sociedade; e propõem desvios da racionalidade cognitivista que pressupõe a dicotomia e superioridade da razão em detrimento do corpo e dos afetos.

Outro movimento que nos inspirou durante o processo de pesquisa é a *Análise Institucional*, que, segundo Baremlitt (2002) se configura como um movimento de intervenção teórico e prático que se localiza num movimento mais amplo chamado de *Movimento Institucionalista* ou *Instituinte*, formado por outras escolas ou tendências de pensamento, como é o caso da própria *Esquizoanálise*. A *Análise Institucional* tem como alguns de seus proponentes os franceses René Lourau, Georges Lapassade e Félix Guattari (que depois se afasta do movimento e cria, juntamente com o filósofo Deleuze, a *Esquizoanálise*), e vai se estabelecendo a partir de movimentos contestatórios que efervesceram na década de 60, na França, em diversos campos sociais, como na *Psiquiatria e Saúde Mental* e *Educação* (Rossi; Passos, 2014).

Por se tratar de uma pesquisa-intervenção, a *Análise Institucional* contribui ao nos ajudar a pensar e problematizar a realidade social instituída. De acordo com esse movimento as instituições “são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser hábitos ou regularidades de comportamentos” (Baremlitt, 2002, p.24). São dispositivos ou modos de regulação da vida humana, criados ao longo do tempo de nossa história.

Baremlitt (2002) manifesta que a linguagem, as relações de parentesco, a divisão de trabalho, a religião, os códigos jurídicos são exemplos de instituições. E essas instituições se materializam, se concretizam na vida social por meio das chamadas organizações. Um exemplo de organização seria o SUAS, ou o MDS. Elas materializam um conjunto complexo como é o caso da instituição *Assistência Social*. E essas organizações, por sua vez, se dividem em instâncias menores, chamadas de estabelecimentos. Podemos citar como exemplo o CRAS como um estabelecimento de uma organização maior que é o SUAS. E, por fim, os equipamentos correspondem ao conjunto de dispositivos técnicos que fazem o estabelecimento funcionar. No entanto, Baremlitt declara que essa divisão não é seguida à risca pelos institucionalistas. Muitos acabam denominando tudo de instituições.

Para a Análise Institucional, é fundamental os conceitos de instituído e instituinte. Instituído corresponde ao modo como as instituições tiveram suas origens e se estabeleceram. Diz respeito ao que elas se tornaram. Remete-nos aquilo que está arraigado, que já foi formatado. “Agora, se frequentemente não se pode dizer como essas grandes instituições começaram, sem dúvida se pode distinguir nelas uma potência, um movimento de transformação constante que tende a modificar, a operar mutações nas suas características” (Baremlitt, 2002, p. 28). A esse movimento de relações de forças que insurgem gerando transformações nas instituições chama-se de instituinte. A Assistência Social, por exemplo, já foi uma instituição de natureza, de origem filantrópica, até passar por diversas transformações no corpo social e jurídico que a conduziram a se tornar uma política pública ligada à garantia de direitos sociais. O instituinte, assim, pode ser entendido como as processualidades vivas que recriam ou criam novas realidades. Está em posição dialética com o instituído, que corresponde a uma forma, ao que mantêm as instituições em certa fixidez. Baremlitt nos alerta que não se trata de um maniqueísmo de bom ou mau, mas uma relação de movimento em que o instituinte, em algum momento, torna-se instituído, até que o processo instituinte se crie novamente para novas transformações.

Rossi e Passos (2014, p.5) fazem uma sintetização de dois conceitos fundamentais da Análise Institucional: “analisador refere-se a que acontecimentos põem em análise a realidade institucional? E análise de implicação corresponde a como estamos todos envolvidos na realidade institucional?”. Nosso envolvimento e implicação com a pesquisa não diz apenas de nosso interesse ou engajamento individual, mas devemos analisar de que modo nos relacionamos com esse campo, quais suas contradições e que problematizações fazemos e são feitas pelos sujeitos que dela fazem parte.

Partindo desses apontamentos, podemos dizer que não fizemos uma Esquizoanálise e Análise Institucional de modo purista, mas nos inspiramos nesses movimentos para pensar, problematizar e intervir no campo da pesquisa. Na construção dos resultados e discussões, buscamos autoras e autores que conversam, que tecem linhas ou fluxos de abertura ao diálogo de saberes e experiências diante do que produzimos ao longo de nossa caminhada.

5 NAS ESCUTAS E TRAMAS DA CONVIVÊNCIA COM CRIANÇAS

5.1 Durezas e suavidades: entrelaços entre infâncias e Assistência Social

Estávamos em roda. A conversa girava em torno dos acontecimentos do final de semana. Era segunda-feira. Tempo nublado. Jack (todos os nomes aqui mencionados são fictícios, nomeados pelas crianças) estava triste pois passara seu fim de semana sem energia elétrica em casa. A orientadora social instigava que todos pudessem contar seus acontecimentos. Alguns agitavam-se nas cadeiras com as palavras atropelando as palavras dos outros, numa ressonância e dissonância de sons, que não era possível distinguir. Como uma música que se ouve ao longe. Chega a vez de Waly compartilhar seus acontecidos. Mais uma vez a timidez. O silêncio. O silêncio que é rompido pelas palavras de Colorido: —não precisa ter vergonha, aqui todo mundo se conhece; aqui a gente não tá nem num palco pra ter vergonha! Waly, ao ouvir o colega, esboçou um sorriso de canto, mas manteve seu silêncio. Parecia proteger esse silêncio com grande força de vontade. Nesse mesmo dia, faríamos um coração de papel. Proposta de atividade da orientadora. Pois era próximo ao dia das mães. Perguntei-lhes o que eles pensavam ou sentiam sobre o coração. Por que um coração para as mães? Eles disseram que era devido ao amor; alguns falaram que é a vida; outros disseram que é raiva; outros disseram bondade. Tik disse que no tempo em que fez uma cirurgia, seu coração bateu muito rápido. E não entendia porque um coração bate tão rápido. Então Jack respondeu: “porque a gente respira”.

As palavras das crianças me inspiram a iniciar essa conversa com as pistas e os achados da pesquisa. Pensamos no sentido da pesquisa de inspiração cartográfica como um desenho que se move, e vai se fazendo à medida que nos tornamos as próprias cores com as quais pintamos. Como diz Pozzana (2016, p.56) “um processo que não está entre um sujeito e um mundo a ser descoberto, mas produz sujeito e mundo”. É assim que no meio de uma roda com as crianças, confeccionamos corações de papéis. Seria uma lembrança para nossas mães ou aquelas que as simbolizam. Naquele momento, uma das crianças descobriu resquícios de tinta azul num pincel perdido entre os lápis de cores, e resolveu pintar seu coração com aquele resto de tinta endurecida, quase petrificada, e viu vida e beleza nisso. A cor azul foi assunto entre os três meninos que compartilhavam a mesma mesa, durante a atividade. O diálogo foi o seguinte:— olha, tia, ele tá pintando o coração de azul, mas o coração é vermelho, tá errado! Disse Colorido, apontado para a pintura de Tik. Naquele instante, ambos foram interpelados por Jack que disse assim:—deixa ele, Colorido, ele tá usando a imaginação; isso que a gente tá fazendo aqui se chama arte.

A potência dessa conversa está na criação de territórios de partilhas, quando o comum se faz como abertura para a diferença, para as multiplicidades e singularizações. Somos convidados a uma suavidade poética de apreciar a beleza que é pintar de azul um coração que todos sabemos ser vermelho. Como diz o filósofo Didi-Huberman (2011, p.87), “a imagem é pouca coisa: resto ou fissura. Um acidente do tempo que a torna momentaneamente visível ou legível”. Por alguns instantes, abrimos uma brecha no meio das imagens conhecidas e inventamos um coração azul. A suavidade, como nos diz a filósofa Dufourmantelle (2022, p. 13-16), “pode ser uma força de resistência simbólica prodigiosa, e, como tal, estar ao mesmo tempo no centro do ético e do político... abre no tempo uma qualidade de presença para o mundo sensível; inventa um presente expandido”.

Rancière (2009) propõe a imagem de uma partilha do sensível, por meio do qual, compartilha conosco o pensamento de que o comum é estético e político, e são partilhas e pertencimentos que produzem modos diversos de comunidades. Nós vivemos num plano que é partilhado, mas não vivemos do mesmo modo. É dividido de acordo com nossas experiências, com o modo como cada um habita o mesmo território, como cada um habita o mesmo tempo. E, ainda assim, juntos coabitamos o mundo, coexistimos. Pensando numa perspectiva cartográfica, “a habitação de um território existencial está mais ligada a uma disposição de composição do que à execução de normas técnicas. Não se visa a uma submissão ou um domínio do campo pesquisado, mas a um fazer com, compondo com os elementos envolvidos” (Alvarez; Passos, 2020, p.148).

Ao tratarem o conceito de plano comum, Kastrup e Passos (2016) problematizam a questão da tradução, já que a partilha da vida não corresponde a uma apreensão purista da realidade. E afirmam que o *fazer com* produz efeitos e sensações que estão para além das codificações precisas da linguagem. “Traduzir é entrar em contato com a dimensão afetiva, intensiva, intuída e não verbal do texto” (Kastrup; Passos, 2016, p. 35). Os autores colocam ainda que uma boa tradução está no plano daquilo que muitas vezes não consegue ser dito, expresso em palavras dizíveis, mas aquelas sensações corpóreas, as estranhezas, aquilo que não se sabe dizer ou explicar, as vibrações invisíveis que movimentam e fazem circular as paisagens existenciais. “Em outras palavras, traduzir é tornar sensível e se tornar sensível. Enfim, traduzir é acrescentar sentido, aqui entendido como ampliação da sensibilidade de cada um” (Kastrup; Passos, 2016, p. 37).

Estar no CRAS, viver o trabalho social, fazer aquele cotidiano, pesquisar, conviver com as crianças. Sentir meu corpo mulher/trabalhadora/precarizada/pesquisadora/poeta como parte de tantas institucionalidades e imersa em escutas de sofrimentos e durezas que atravessam

as vidas das pessoas que compõem os serviços da Assistência Social; o que isso compõe? Ao mesmo tempo, no mesmo corpo, a presença de um conjunto de sensorialidades novas, outras, que me fazem pensar e sonhar com outros possíveis. A sensibilidade, os caminhos que encontramos quando experimentamos viver e Com(viver) num regime de políticas com aberturas para a arte. O trabalho da pesquisa foi sendo engendrado, à medida que fui me fazendo perguntas e prestando atenção, me deixando afetar e ser afetada. A pesquisa se encaminhou em processualidades que reverberam sem começo nem fim totalmente definidos, o que nos lembra as palavras de Deleuze e Guattari (2011, p. 43), quando discorrem sobre as características de um rizoma:

diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza...ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda...

Cheguei num campo todo revolvido e pisado e doído de ressecamentos. Para quem lê de fora, para quem está em outra condição de classe social ou condição racial não minoritária; que não seja público de políticas sociais, possivelmente, ignora essas outras vidas, outros territórios e realidades, demarcados na pele e na carne por opressões e desigualdades históricas.

Mas no momento em que se mergulha na vivência de um CRAS, seja como trabalhador, como usuário, ou como pesquisador, as afetações em torno da experiência da fome, da pobreza, das violências, das vulnerabilizações da vida ganham contornos mais nítidos e viscerais. É comum que o olhar e a escuta fiquem endurecidos. Rígidos. Talvez como uma vaga tentativa de proteção individual, diante das frágeis possibilidades de transformações mais profundas no campo social. Como bem coloca Guattari (1985, p. 76): “o capitalismo reduz tudo ao estado de merda, isto é, ao estado de fluxos indiferenciados e descodificados, dos quais cada um deve tirar sua parte, de um modo privado e culpabilizado”.

Então, como cartógrafa, cheguei num campo (des)conhecido. Havia em mim a disponibilidade para acessar outros devires ao encontro de um serviço institucionalizado de uma política pública. Nos primeiros encontros junto ao grupo de crianças, meu corpo e meu olhar estavam meio enrijecidos. Não sabia como me mover por aquele espaço. Não sabia o que ver. Era uma estranha, cheia de marcas da vida adulta, entre crianças com idade entre seis a nove anos de idade, que pareciam só querer brincar o tempo todo. Seria isso a arte da coisa? Seria esse brincar o que me movia? O que era mesmo que eu estava buscando? Voltava-me para essa pergunta durante todo o tempo, até perceber que não se trata de um tipo de pesquisa em que deveríamos encontrar alguma resposta como quem sai coletando informações prontas. Em se

tratando de vida, não há nada pronto, terminado. E a pesquisa é no campo das vidas e é viva. Afetei-me, nos primeiros movimentos, pela sensação de pisar num território ao mesmo tempo familiar e desconhecido. Alvarez e Passos (2020, p. 147-149) dizem as seguintes palavras, que se aproximam de minhas afetações:

Experiência que só se dá à medida que se realiza, sem pré-condições. O aprendiz-cartógrafo, inicialmente inseguro por não conhecer o campo que encontra, vai descobrindo aos poucos que as regras prévias são valores móveis que não existem de modo rígido e universal, como nada garantem. Vai sendo provocado e contagiado pelas experiências de habitação, abandonando as formas rígidas, as regras fixas e experimentando a abertura de uma atenção flutuante, numa espreita a avaliar e tomar decisões encarnadas na experiência concreta. Vai desenvolvendo uma mudança da atenção focada e reduzida para uma atenção desfocada que pode apreender os movimentos do território...conhecer, agir, e habitar um território não são mais experiências distantes umas das outras.

E como foi nosso encontro com o Serviço de Convivência e com as crianças e profissionais que dele fazem parte? Como meu corpo foi afetado e como pudemos produzir afetações diversas no campo das relações construídas? Essas questões são importantes tendo em vista que tratamos aqui de modos de subjetivações, que são processualidades vivas tecidas entre as linhas de forças e agenciamentos coletivos que compõem modos de existências. Deleuze (2013), em suas Conversações, versa sobre a vida e obra de Foucault e discorre sobre o modo como o filósofo produziu a noção de modos de subjetivação, ao questionar-se como as resistências são criadas aos focos de poder; de onde viriam essas resistências. Com as palavras de Deleuze (2013, p. 127-128):

Não se trata mais de formas determinadas, como no saber, nem de regras coercitivas, como no poder: trata-se de *regras facultativas* que produzem a existência como obra de arte, regras ao mesmo tempo éticas e estéticas que constituem modos de existências ou estilos de vida...; por todo tipo de razões, deve-se evitar falar de um retorno ao sujeito: é que esses processos de subjetivação são inteiramente variáveis, conforme as épocas, e se fazem segundo regras muito diferentes. Elas são tanto mais variáveis já que a todo momento o poder não para de recuperá-los e de submetê-los às relações de força, a menos que renasçam inventando novos modos, indefinidamente. Um processo de subjetivação, isto é, uma produção de modo de existência, não pode se confundir com um sujeito, a menos que se destitua este de toda interioridade e mesmo de toda identidade. A subjetivação sequer tem a ver com a “pessoa”: é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento (uma hora do dia, um rio, um vento, uma vida...). É um modo intensivo e não um sujeito pessoal. É uma dimensão específica sem a qual não se poderia ultrapassar o saber nem resistir ao poder.

O que fazem as crianças numa convivência promovida dentro de uma instituição pública? Elas já não convivem com outras, na escola, em casa, na rua, no bairro? O que haveria ali de diferente? Precisaria de uma justificativa para a existência de um serviço que produz convivências? Que modos ou possibilidades de existências são produzidas nessa relação?

Já traçamos aqui um breve histórico dos marcos legais da Política de Assistência Social. Fizemos também algumas considerações a partir de autores que pensam o fazer nessa

política pública e o sentido de sua criação, no contexto mais amplo de uma sociedade capitalista, de modo que se gera o questionamento a quem de fato essa política serve, já que seria uma espécie de paliativo mínimo diante da miséria e pobreza e opressões de gênero e raça produzidas nesse modelo de sociedade. Um paliativo que evitaria a revolta popular, por assim dizer. Ao nosso ver, uma política que em sua operacionalização, na ponta do chão dos equipamentos públicos socioassistenciais, ainda está longe de produzir processos mais profundos de transformações sociais, tendo em vista que opera com a oferta do mínimo, daquilo que é dever do Estado garantir a seus cidadãos.

Em grande medida, concordamos com essas críticas e esses questionamentos. Mas também pensamos que numa sociedade desigual como a nossa, não poderia deixar de existir uma política como essa. É necessário, entretanto, que se criem estratégias para seu fortalecimento e sua contínua reinvenção. Que se afirme sua potência de existir num cenário demarcado por desigualdades. Nesse sentido, dentro de um campo pisado, a experiência da pesquisa permitiu-nos outro modo de ver, de sentir e de fazer como trabalhadora do SUAS. A partir de minha inserção e dos movimentos de afetabilidades das experiências vividas e inventadas, experienciamos linhas de suavidades e potencialidades no SCFV. As crianças fazem ali poesias, ainda que assim não nomeiem. Criam modos de diferenças na relação com a política pública. É como diz Deleuze (1997, p.78): “À sua maneira, a arte diz o que dizem as crianças. Ela é feita de trajetos e devires, por isso faz mapas, extensivos e intensivos”.

As primeiras escutas e observações eram pedaços cotidianos do que as crianças traziam nas conversas entre si. Um menino que brigou com o outro na escola; as brincadeiras na casa dos avós nos finais de semana; algum passeio que fizeram num projeto filantrópico da igreja; alguns cochichos inaudíveis; o gesto dos irmãos que, da janela do CRAS, observo atravessarem a rua de mãos dadas, trazendo na mão livre uma florzinha amarela chamada Flor do Mato. Uma florzinha atrevida que nasce em todo canto, que facilmente encontramos nas ruas.

A partir da vivência do tempo junto das crianças fui-me apercebida por elas, e elas me aperceberam, em movimentos que nos permitiram aproximações e permeabilidades de experimentações. Pequenos gestos como pedir para sentar ao meu lado, segredar algo no ouvido, entregar-me uma flor. Quando me dei conta eu era uma delas e era parte daquele território em comum. Daquela experiência coletiva de invenção da convivência. O que é a Convivência estabelecida como serviço de uma política pública? E o que ela é para aqueles que a compõem e a fazem?

Os textos das Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos, produzidos pelo então Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil, 2010), definem e elencam o foco desse Serviço, cujo trecho vale ser trazido aqui na íntegra, assim como é definido pelo documento chamado Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009b, p. 10):

A constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes a partir de interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. Estabelece ainda que as intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. O serviço deve incluir crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações de direitos. Aos usuários, deve oferecer atividades que contribuam para ressignificar vivências de isolamento e de violação dos direitos, propiciando experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e atuando no sentido preventivo de situações de risco social.

A partir desse foco, os profissionais que executam o Serviço, os orientadores sociais, buscam desenvolver os encontros que acontecem semanalmente com cada grupo. No CRAS que é campo desta pesquisa existem três profissionais orientadores, e cada qual é responsável por facilitar dois grupos. Além do foco geral trazido acima, o documento orientativo traz uma série de objetivos específicos, que também consideramos relevante trazer aqui:

Complementar as ações da família e da comunidade na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais; assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e para o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural de crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional (Brasil, 2010, p. 43-44).

Essas são as principais ideias norteadoras, no âmbito nacional, para o trabalho a ser feito com as crianças e adolescentes que compõem os Serviços de Convivências de todo o país. Existe nesses documentos técnicos um teor de padronização, de tornar os serviços o mais próximo possível do modelo nacionalmente tipificado. Trouxemos os textos na íntegra, como está escrito no documento técnico orientativo, com o intuito de construirmos nossa conversa a partir dos encontros e contrapontos tecidos com os sujeitos reais que fazem no cotidiano essa política acontecer, tendo em vista que partimos da heterogeneidade dos modos de trabalho, do fazer cotidiano dessa política pública, em âmbito regional e local, que dispõe de suas próprias territorialidades.

Observamos que existe uma atribuição significativa em torno desse Serviço, no sentido de que seria um dispositivo promotor de transformações, através da ênfase na ideia de prevenção a situações de risco social. É preciso considerar que esses textos são composições técnicas com caráter de normativa que não dão conta das singularidades de cada território e dos

sujeitos que os compõem. É bastante comum ouvirmos entre os trabalhadores sociais a afirmativa de que existe uma distância enorme entre as idealizações/modelos que a política ou propaganda política preconiza e o que de fato está no campo do possível, dos territórios capilarizados. Assim, podemos dizer que há variados modos de fazer serviço de convivência.

Podemos dialogar com Bengio e Paulo (2022) que fazem importantes análises acerca das contradições presentes e emaranhadas no processo de constituição da política de Assistência Social, que, ainda que seja um importante marco institucional de combate à pobreza, permanece atravessada por histórico de relações político partidárias e clientelistas, que compromete o viés de cidadania que lhe é atribuído. As autoras também refletem sobre a dificuldade em torno da operacionalização do conceito de território (que é um dos eixos norteadores da política de Assistência Social) enquanto processualidade, territorialização no contexto do SUAS. Os mecanicismos e excesso de protocolos acabam emperrando, produzindo engessamentos às singularidades dos espaços, que além de geográficos, são existenciais, são vivos.

No contexto desta pesquisa, observamos que existe uma preocupação a nível de execução da política pública em tornar o serviço algo universalizante. O que um equipamento faz o outro também precisa fazer. Seguir os protocolos, preencher corretamente os instrumentais, dar conta dos números que precisam ser quantificados em dado sistema, coletar informações, e etc. são preocupações e exigências preponderantes sobre os trabalhadores. Algo que os orientadores sociais trouxeram durante nossos encontros diz respeito ao afeto do sentimento de falta de autonomia quando fazem seus planejamentos ou suas proposições para o serviço: “a gente planeja, planeja, mas depois o que a gente coloca é mudado”. Ou ainda: “as coisas vêm de cima para baixo”.

Nesse sentido, a partir da escuta e conversas com os orientadores em seu cotidiano de fazer acontecer o serviço, percebemos a existência de fatores de relações de poder e hierarquias, bem como, questões relativas ao financiamento/orçamento e precarizações que limitam ou dificultam suas práticas. É indiscutível que a questão do desfinanciamento do SUAS e demais políticas sociais, desde a Emenda Constitucional nº 95 de 2016 (a chamada PEC da morte, instituída no governo de Michel Temer) que congela os gastos públicos com setores sociais por um período de vinte anos, recrudescida com a Portaria nº 2362 de 23 de dezembro de 2019, que reduz o repasse do cofinanciamento federal da Assistência Social aos municípios, afetando principalmente os de pequeno porte. Tal portaria foi criada no período do mandatário de extrema direita representado por Jair Bolsonaro (que foi presidente do país entre 2019 a 2022) e acarretou impactos de precarização da Assistência Social em todo o país. Foram decisões unilaterais da parte do governo federal da época, que desprezou o fato do SUAS ser uma política

pública cujas decisões precisam ser tomadas em coletividade entre os três entes federados e com a participação da sociedade civil, através dos conselhos municipais, estaduais e federal, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social e Política Nacional de Assistência Social e demais normas institucionais já citadas ao longo deste trabalho.

Essa questão da precarização orçamentária evidencia o pouco interesse dos governos acima mencionados em garantir a manutenção dos serviços socioassistenciais, sem a preocupação com os impactos disso na vida das pessoas que são usuárias, que necessitam das ofertas dessa política pública. São impactos que se dão ao longo do tempo, não se reduzem ao período dos governos que os causaram. No chão dos CRAS, isso fica evidenciado em falas que ouvimos dos profissionais, como a seguinte: “é impossível a gente prevenir riscos com uma folha de papel A4”. Ou quando, no meio de uma reunião de equipes de profissionais e gestores, ouvimos a seguinte colocação: “a gente está com pouca verba, será se não daria para fazer o Serviço de Convivência sem lanche?”. Ou quando nos deparamos com o sentimento de frustração manifestada pelos orientadores diante da negativa que recebem frente as suas propostas de fazerem algo novo e atrativo como algum passeio ou atividade de lazer; ou ainda, quando solicitam materiais para alguma atividade ou festividade com entrega de lembrancinhas/presentes para as crianças.

— “Sabe, isso tudo vai cansando a gente, a gente vai se desanimando, porque é muita cobrança, querem que a gente mova céus e terra só com a nossa criatividade e boa vontade, mas não dão condições pra gente” (Orientador social).

Essa fala é dita inúmeras vezes, expressas apenas com palavras diferentes, entre os orientadores sociais e também demais trabalhadores sociais que compõem a política de assistência. É um sentimento que atravessa a todos, em menor ou maior intensidade. Nesse ponto, conversamos com o texto das autoras Santos e Romagnoli (2022) em que elas discutem sobre os diversos desafios enfrentados pelos trabalhadores sociais do SUAS. Na pesquisa que elas fizeram através da escuta das narrativas desses trabalhadores, elas concluíram que “a política exige trabalhadores que se automotivem sem precisar de boas condições técnicas, estruturais ou de garantias trabalhistas, e que tenham muita, muita persistência” (p. 263).

Entendemos que esses modos como a política pública se operam na vida dos sujeitos que a compõem diz de uma contextualização muito mais ampla do modo como o próprio Estado se institui na vida das pessoas. Nessa direção, as autoras Hillesheim e Cruz (2008) dialogam com a perspectiva do conceito de governamentalidade de Michel Foucault, para refletir sobre a presença da Psicologia no campo da Assistência Social e como essa entrada e presença servem a um suposto propósito de controle e governo das vidas. Isso se dá através do duplo viés da

ideia de garantia de direitos e combate aos riscos sociais. Pois seria com o discurso de prevenção e combate a esses riscos que o governo exerce controle sobre a vida das pessoas. Das pessoas pobres, que são alvo prioritário das políticas sociais.

Esse modo de controle é tão capilarizado que tantas vezes passa despercebido por quem exerce o trabalho cotidiano nesses serviços. Aqui também me incluo, como trabalhadora nesse campo tão complexo de saberes e fazeres que é a Assistência Social. Nesse sentido, questiono, por exemplo, o dispositivo da visita domiciliar, que na prática serve a uma função de vigilância da vida do pobre. Quando recebemos encaminhamentos provenientes do Conselho Tutelar, por exemplo, isso fica tão nítido: a demanda por visita e intervenções e ou atendimento psicológico a casos de crianças e adolescentes com “problemas de indisciplina”, “mau comportamento”, ou supostas “negligências familiares”, queixas que tantas e tantas vezes chegam a nós, ao CRAS. Nessa perspectiva, Cecília Coimbra e Maria do Nascimento (2008, p.01) discorrem sobre os imbricamentos de discursividades e práticas racistas que produzem subjetividades “que tem caracterizado a população infanto-juvenil subalternizada como perigosa, violenta, criminosa, e muitas vezes, percebida como não humana”.

Observamos, no cotidiano dos fluxos da Assistência Social, discursos que se perpetuam no campo social de que o menino pobre, negro, morador do bairro tal, estigmatizado pela violência, pelo tráfico ilegal de drogas, por conflitos entre organizações criminosas é uma criança que precisa ser “salva”, precisa ser cuidada para que não venha a se tornar um futuro bandido, não enverede para o “mau caminho”. E aí entram concepções moralizantes e universalizantes sobre certo e errado; práticas que tentam dizer ou prescrever como as famílias devem viver suas vidas. Modos de pensar e agir enredadas pelo racismo, machismo, patriarcalismo e tantas outras opressões que se proliferam na produção social da vida capitalista.

No mapeamento do território vivo que é a intersecção entre infâncias, famílias, pobreza e políticas públicas observamos a capilaridade com que práticas e discursos se dissolvem no meio social, de modo a produzir modos de controle sobre as crianças pobres. Durante os encontros com as crianças do Serviço de Convivência, queríamos mapear seus modos de participação, a partir de sua perspectiva; saber como era para elas estarem ali, naquele lugar; que sentidos elas produziam. Foi quando observei um menino que pouco participava, pouco falava, pouco interagia com as outras crianças. E quando o vi mais próximo, estava cabisbaixo. Parecia triste. Perguntei-me por que ele estaria ali, já que parecia não gostar. Tentei um diálogo. Naquele momento, ele disse que não gostava de ir ao CRAS, só ia porque sua mãe o mandava ir. Foi então que lhe disse que ele não precisaria se sentir obrigado a participar se era algo que não gostava. Se ele quisesse, poderíamos conversar com sua mãe sobre o assunto. Naquele

mesmo dia, mais tarde, antes mesmo que pudéssemos conversar, a mãe do menino mandou uma mensagem de áudio, muito irritada, para a orientadora do grupo, perguntando quem tinha sido a pessoa que tinha dito ao seu filho que ele poderia deixar de ir ao CRAS, pois “quem ela pensa que é pra dizer isso, eu que sou a mãe é quem decido o que é bom pra ele; se eu disser pra ele ir pro CRAS é pra ele ir”.

Essa fala ficou algum tempo ecoando em meus pensamentos. Não sabia o que lhe dizer naquele momento. Então a convidei para uma conversa. Gostaria de entender melhor aquele contexto. Ela não aceitou. Respeitei sua decisão. A criança continuou frequentando o grupo. Em alguns encontros parecia mais animado; em outros parecia preferir ficar sozinho e em silêncio. Ele produzia ali suas próprias resistências. Às vezes olhava para mim e sorria. Em conversa com a orientadora do grupo, refletimos e problematizamos aquela situação. De um lado, questionei-me se não agi de modo invasivo ao dizer ao menino que ele poderia escolher não ir ao CRAS, pois não era obrigatório. Por outro lado, fiquei pensando no que fazia aquela mãe considerar a participação do filho no CRAS algo tão importante, contra a própria vontade da criança. E por que o Serviço de Convivência não se mostrava interessante para aquele menino; como então produzir aproximações? Será que essa tentativa de aproximação não seria mais um modo de produzir controle sobre o outro? O sentimento de pertencimento não se produz com obrigatoriedade. Era isso que gostaria de ter dito para aquela mãe, numa perspectiva de escutá-la e produzirmos diálogos.

Depois pude entendê-la melhor, quando a orientadora relatou que ainda se mantém entre os responsáveis pelas crianças a noção de que a presença e participação das crianças lhes garante continuar como beneficiárias do Bolsa Família ou ter acesso a outros benefícios sociais. Esse pensamento foi alimentado durante muito tempo pelos próprios profissionais dos serviços socioassistenciais, que, para garantir números de inscritos, e por conseguinte, a verba dos cofinanciamentos necessários para a existência dos mesmos serviços, alimentavam esse tipo de narrativa da “obrigatoriedade”.

Em se tratando dos modos de participação no Serviço de Convivência, a entrada das crianças ocorre, geralmente, por meio do convite feito a elas e as suas mães, pais ou responsáveis familiares que são atendidos ou acompanhados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF, que executa no CRAS o chamado trabalho social com famílias, prioritariamente as que enfrentam vulnerabilidades sociais, seja no âmbito socioeconômico, seja no âmbito da fragilização de vínculos comunitários e familiares. Outro modo de entrada é através da busca ativa realizada pelos orientadores sociais; e também pela demanda espontânea das famílias que procuram diretamente o serviço. Além disso, há crianças

encaminhadas por outros serviços da rede socioassistencial, como aquelas cujas famílias enfrentam situações de risco social ou direitos violados, e são atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), executado no âmbito do CREAS. Em todos os modos de entrada, o convite é feito para a experimentação. Não deve ser imposto como obrigatoriedade, de modo que se as crianças não quiserem mais participar, elas devem ter o direito de deixar o grupo, no momento que desejarem.

Diante desse cenário, a partir de nossa análise de implicação, abriu-se um analisador que revela um contexto de mistificação de uma narrativa que gera impacto nas relações entre crianças, seus responsáveis familiares e os trabalhadores da Assistência, e na configuração do SCFV. Propusemos uma reunião com os familiares das crianças participantes do serviço, para gerar um espaço de comunicação, por meio do qual essa questão da suposta obrigatoriedade atrelada a algum benefício de renda fosse desmitificada. Na ocasião, evidenciamos as chamadas Condicionalidades do Programa Bolsa Família-PBF, que de acordo com informações disponibilizadas na Cartilha do PBF (2023, p. 09) emitida pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: “as famílias beneficiárias devem cumprir compromissos, nas áreas de saúde e de educação, para reforçar o acesso aos seus direitos sociais básicos, as chamadas condicionalidades”.

O documento elenca o conjunto dessas condicionalidades: a realização de pré-natal, no caso das gestantes; o calendário de vacinação das crianças em dias; e frequência escolar de 75% de presença, no caso de crianças e adolescentes de seis a dezoito anos. A participação nos serviços do CRAS não é condição para o recebimento do Bolsa Família, não existe essa obrigatoriedade; não está elencada nas condicionalidades. Caso haja o descumprimento das condições impostas pelo governo, a família recebe uma advertência e, caso permaneça sem cumpri-las, o benefício pode ser bloqueado ou até mesmo cancelado. São esses efeitos dos descumprimentos que chegam até ao CRAS, ou seja, a listagem das famílias com advertências ou bloqueios são prioridades para o acompanhamento junto aos serviços socioassistenciais.

Embora entendamos a premissa dessas condicionalidades como uma estratégia pensada para a garantia do acesso e permanência aos direitos básicos de saúde e educação, posso dizer, com base nos anos de trabalho no campo da Assistência Social, que isso se configura como mais um instrumento de controle e disciplina sobre as populações pobres. Há situações tão complexas no contexto de vida dessas famílias que os efeitos dessas condicionalidades acabam gerando mais desafios, como situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes, por exemplo. Existem contextos de vida em que as crianças ou adolescentes encontram-se em dificuldades no tocante à saúde mental, desmotivados, não

encontram sentido em permanecer na escola, e acabam por faltar. Em algumas situações, quando a escola informa às famílias que essas faltas têm repercussão no Bolsa Família, aquela criança ou adolescente é culpabilizada ou penalizada pelos pais ou responsáveis familiares, criando, assim, situações de conflitos e fragilização de vínculos. Em situações de bloqueio, a família deve procurar o CRAS para realização de um recurso, em sistema específico de acompanhamento das condicionalidades, mediante apresentação de uma declaração da família ou da escola ou algum outro documento que conste o retorno ao cumprimento das condicionalidades do programa. Ou seja, existe um controle imenso sobre a vida dos pobres, ainda que seja para acessar um direito básico como um benefício de transferência de renda.

Essa política de controle e governo sobre os modos de vida, sobre os corpos, é objeto de estudo e análise de Foucault (2021) que ao longo de sua vasta obra problematiza e nos inspira à reflexão crítica sobre o modo como as coisas, os saberes, as relações sociais se misturam e se produzem nos imbricamentos de relações de poder que incidem sobre a coletividade da vida social. Os pobres, as crianças, as mulheres, os negros, os loucos, os dissidentes de gênero e normas da sexualidade hegemônica, dentre outros corpos historicamente subalternizados são alvos de saberes médicos e “científicos” que produzem discursos e práticas que colocam esses corpos como figuras de periculosidade que poderiam comprometer a ordem moral da sociedade e, portanto, precisam ser controlados, disciplinados, normalizados. Foucault faz um paralelo entre a preocupação com o corpo do rei, no tempo dos regimes monárquicos, para a preocupação com o corpo social, no tempo das repúblicas. Se antes o corpo do rei representava a saúde da sociedade em geral, agora seria o corpo social que precisaria estar saudável para garantir o bom funcionamento do novo regime.

É esse corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico: em lugar dos rituais através dos quais se restaurava a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas, terapêuticas, como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinquentes. A eliminação pelo suplício é, assim, substituída por métodos de assepsia: a criminologia, a eugenia, a exclusão dos “degenerados” (Foucault, 2021, p. 234).

Esse controle, esse governo sobre a vida são exercidos em determinados tempos históricos, de modo mais direto e visível como nas escolas, hospitais e outras instituições onde a disciplina se impõe como norma. No entanto, o poder não é uma instância estática, mas que se desloca, que se movimenta conforme as sociedades seguem mudando, de modo que encontra outros modos para seu exercício. Ao ser questionado sobre “quem coordena a ação dos agentes da política do corpo?”, Foucault (2021, p. 243) responde o seguinte:

É um conjunto extremamente complexo sobre o qual somos obrigados a perguntar como ele pode ser tão sutil em sua distribuição, em seus mecanismos, em seus controles recíprocos, em seus ajustamentos, se não há quem tenha pensado o conjunto.

É um mosaico muito complicado. Em certos períodos, aparecem agentes de ligação...tomemos o exemplo da filantropia no início do século XIX: pessoas que vêm se ocupar da vida dos outros, de sua saúde, da alimentação, da moradia...mais tarde, dessa função confusa saíram personagens, instituições, saberes...higiene pública, inspetores, assistentes sociais, psicólogos. E hoje assistimos a uma proliferação de categorias de trabalhadores sociais...

Ao buscarmos entender as origens históricas e os marcadores legais da Assistência Social, percebemos que sua trajetória é marcada pela ênfase no que a PNAS (2004) chama de matricialidade sociofamiliar. O que indica que existe na constituição inerente a essa política a preocupação com as famílias. E o que isso quer dizer? Como isso se materializa e com propósito de que? São questões complexas que exigem análises mais aprofundadas que não teremos como dar conta na processualidade deste trabalho. Mas é importante situar essa centralidade, pois todos os serviços e programas e projetos ofertados no âmbito das ações socioassistenciais tem como escopo essa prerrogativa familiar.

O teórico e militante político Félix Guattari, em sua obra “Revolução Molecular: pulsões políticas do desejo”, de 1985, faz aproximações entre a escola e a família como equipamentos coletivos que trabalham para a manutenção e reprodução das forças produtivas do capitalismo. “Com efeito, ambas contribuem para esta mesma “função de equipamento coletivo” da força de trabalho, modelando e adaptando crianças às relações de poder dominante” (Guattari, 1985, p.65).

Ao refletirmos sobre essa questão, as autoras Bengio e Paulo (2022) trazem que a Assistência Social em sua origem, antes da Constituição Federal de 1988 que a define como política pública e dever do Estado, era um conjunto de práticas filantrópicas pautadas nos ideais das famílias brancas nucleares burguesas. E desde aquele tempo, as famílias pobres eram tidas como a origem das “mazelas” sociais, como “o lócus de toda sorte de “disfuncionalidade”, “desestrutura” e “perigo” para aqueles que deveriam ser o futuro de uma nação forte e produtiva pautada na ordem” (p. 228). As autoras refletem criticamente sobre um modelo de tutela, instaurado no país, no século XX, pautado na ideia de que a infância e juventude guardam um futuro que precisa ser preservado, “por meio da normalização e docilização de seus corpos-, situa a família como principal alvo dessas práticas de governo. São então prescritos pelo saber médico e psicológico modos de ser mãe, modos que afirmam uma infância e juventude ora em perigo, ora perigosa.” (Bengio; Paulo, 2022, p. 229).

De modo semelhante, as autoras Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005) discutem o histórico da Psicologia como campo de saberes e práticas que, ao buscarem se enquadrar num modelo cientificista de ciência com suas padronizações e enquadramentos, terminam por produzir, na relação com as políticas públicas, “uma infância tida como ideal, desejável, normal,

produzem assim uma verdade sobre determinados modos de ser e viver a infância” (Cruz; Hillesheim; Guareschi, 2005, p. 46).

Essas considerações em torno da centralidade familiar no âmbito do SUAS são necessárias, no contexto desta pesquisa, quando percebemos seu entrelaçamento com as infâncias e seus territórios e seus modos de subjetivação com a política pública social, com o Serviço de Convivência. O modo como olhamos as crianças e suas famílias, o que dizemos sobre elas, o que delas é esperado. É nessa direção que observamos algumas falas de adultos em busca de uma criança ou de uma infância ideal, de como “as crianças devem ser”; “não devem falar palavrão”; “aquele menino acho que tem algum problema, porque ele quase não fala, é muito quieto”; “aquele menino passa o tempo todo mexendo com os outros, tá precisando conversar com a psicóloga”.

O pensamento de que o foco do trabalho a ser feito com os grupos de convivência precisa evitar que as crianças procurem outros caminhos que não sejam aqueles considerados ideais, como “as facções” ou o “mundo das drogas”. Isso vai ao encontro das problematizações feitas por Hillesheim e Cruz (2008). Elas fazem um trabalho de estudo que nos ajudam a pensar nas origens sociais das relações entre infância e as políticas públicas, de modo que visualizamos um longo histórico em que as crianças pobres são colocadas num lugar de crianças em situação de risco. A ideia de risco, de acordo com a discussão levantada pelas autoras, surge como alternativa ao perigo, aquilo que não pode ser previsto; o risco, por sua vez, traz junto de si a marca do cálculo, do que pode ser prevenido, desde que se façam ações no presente que o impeçam no futuro. Além disso, o risco seria de determinado grupo ou segmento social fugir daquilo que foi normatizado como padrão a ser seguido. A discussão trazida pelas autoras é a de que o risco é uma categoria elitizada. A pobreza seria o alvo principal das ações preventivas. “Portanto, a infância pobre vem demandar *políticas de proteção especial*, cabendo perguntar: quem deve ser protegido? A criança? O corpo social?” (Hillesheim; Cruz, 2008, p. 195).

Entrar em contato com essa discussão gera-nos reflexões que continuam ecoando nos espaços do pensamento. Pensar que essa política pública está assentada em perspectivas e fundamentos classistas, racistas, elitistas e toda a lógica que estrutura o atual modelo de sociedade capitalista (re)produtora de opressões. Não é fácil ser trabalhadora do SUAS e vivenciar essas contradições da política, enquanto buscamos encontrar nas brechas, nas trincheiras caminhos possíveis para produzirmos resistências e pequenas transformações que não gerem novos enquadramentos, mas que os sujeitos possam viver suas vidas de forma protegida, sem que sobre elas recaiam tantos mandos e desmandos. Então, quando ouço as falas de meus colegas de trabalho, sei o quanto estão imersos nesse jogo de contradições, nessas

tramas de poder, pois todos estamos. Falas como as já colocadas aqui que expressam posição de tutela e controle de modos de existir das crianças, mas que, em meio aos paradoxos da política pública, também expressam o desejo de garantir a elas proteção diante das durezas e dificuldades da vida.

E são paradoxos e contradições porque tratamos de uma política que se institui com a proposta de garantir direitos e proteção social; que compõe o tripé da seguridade social, junto com a Saúde e a Previdência. Então, entendemos que as práticas sejam realizadas nesse sentido. Entretanto, vivemos numa sociedade fundada em pilares racistas e coloniais que produziram muitas desigualdades e exclusões e violências de diversos modos, afetando principalmente populações negras, mulheres, indígenas, grupos e povos minoritários, pobres. Essas marcas coloniais vivem presentes nas vidas de muita gente que é alvo da Assistência Social. Os saberes e os fazeres das políticas públicas são atravessados de forma macropolítica por linhas que se articulam com nossa história. Fazem parte de um conjunto muito amplo de interesses instituídos. Estamos imbuídos em todo esse emaranhado, de modo que não são fáceis as afetações de nos percebermos como parte dele. Até que ponto é prevenção? É proteção? É vigilância? É controle? Existe um ponto ou linha de separação?

Nesse emaranhado de pontos e linhas, a costura viva tece possibilidades de fazermos tecidos outros. Dias mais duros, com tensões diante das determinações que sobrecodificam a vida, permeados de dias mais leves, quando o riso é solto no meio do pátio da convivência com as crianças. É assim, por exemplo, quando a orientadora chega cedo da manhã na segunda-feira para mais um dia de atividades com as crianças, que acontecem semanalmente. Encontro-a debruçada no parapeito da janela, o olhar vagando para fora, o semblante cansado. E, minutos depois, essa mesma orientadora se abre em sorriso com o gesto gentil das crianças que lhe trazem flores. Também recebo um buquê, e me ponho a lembrar dos versos de Drummond: “Uma flor nasceu na rua!...Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”. Furou a tristeza.

Figura 15: Flores que ganhei das crianças



Fonte: Arquivos da pesquisa.

É nesse sentido a discussão de Deleuze e Guattari (2010) acerca dos processos de territorialização e desterritorialização, quando novos territórios de vida podem ser criados a partir daqueles que já temos constituídos, quando a partir deles são criadas aberturas para devires. Entendemos com eles que os territórios existenciais, sociais e políticos são movediços e que mesmo aqueles mais pretensamente fixos e rígidos são passíveis de se moverem, quando lhes incutimos outros modos de se mover. Em *Conversações*, Deleuze (2013, p. 218) diz o seguinte: “Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volumes reduzidos”.

Em seus escritos dos Mil Platôs, Deleuze e Guattari (2012a, p.92), ao pensarem seus conceitos esquizoanalíticos, afirmam que “somos segmentados por todos os lados e em todas as direções...habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarizado espacial e socialmente...somos segmentados binariamente...circularmente...linearmente”. E essas segmentações estabelecem ou delimitam espaços de relações e modos de existir, ora duros, ora flexíveis. Eles colocam que “toda sociedade, mas também todo indivíduo, são pois, atravessados pelas duas segmentaridades ao mesmo tempo: uma molar e outra molecular” (Deleuze; Guattari, 2012a, p.99).

Para a Esquizoanálise, os conceitos de macropolítica e micropolítica não se referem à dimensão de tamanho grande ou pequeno, e sim a um modo de porosidade/permeabilidade em que se dão essas dimensões. O molecular seria, por exemplo, como a água que escorre e preenche espaços vazios ao longo de finas rachaduras no solo, que pode atingir espaços tão vastos como a água depositada num rio. Deleuze e Guattari (2012a, p.102) colocam que “se é verdade que o molecular opera no detalhe e passa por pequenos grupos, nem por isso ele é menos coextensivo a todo campo social, tanto quanto a organização molar”.

Engendrar novos espaços-tempos. Dar vazão às singularidades que pedem passagens por territórios já pisados e revolvidos. A flor que nasce no asfalto. Ao acompanhar a vivência compartilhada entre as crianças e o CRAS, observamos que a própria presença e existência delas naquele espaço produz inquietações, modifica alguma coisa ou outra das formas preestabelecidas. Sua desobediência, seu barulho, sua correria entre os espaços, a risada solta nas brincadeiras desmonta um pouco a rigidez adulta e a seriedade de uma política que lida com questões tão duras.

O Serviço de Convivência acontece num espaço físico dividido com outros profissionais, que executam outros programas. Embora o equipamento público tenha passado por recente reforma em sua estrutura física, não foi pensado num espaço exclusivo para as

atividades com os grupos de convivência. Dessa forma, é visível a produção do desconforto dos profissionais com as crianças gritando, conversando em voz alta, correndo no meio da sala. Profissionais que também precisam ter seu próprio espaço, a fim de executarem seu trabalho com tranquilidade. Esse desconforto ecoa na sala com gritos e batida de mesa que impõe silêncio às crianças: “Eita que tá demais”!

Em meio a essa questão da limitação do espaço, os orientadores estão continuamente buscando levar as crianças para fora do CRAS, por meio de proposições recreativas, lazer, atividades físicas, em outros espaços, como na quadra poliesportiva de alguma escola, no ginásio poliesportivo do município, ou ainda, em terrenos de um loteamento imobiliário próximo. Ao ar livre, as crianças parecem mais livres. Mesmo com a imposição da disciplina, sempre presente, o correr e o brincar é mais solto. Elas pulam corda, brincam de corrida de obstáculos, futebol, arremesso de bola, cabo-de-guerra, corrida com sacos, movimentam o corpo com a instrução do educador físico, sobem no muro, desalinham a fila da brincadeira, realinham de novo. Reinventam do jeito delas. Eu como adulta um tanto sedentária não tenho fôlego suficiente para acompanhar. Logo o coração acelera, e as crianças: “bora, tia!”.

O Serviço de Convivência coloca-se como processualidade, ao passo que possibilita criar espaços para as singularidades e para as experiências. É um contexto com determinações, com disciplina e planejamento, mas que também se abre para o imprevisto, para o inesperado, para o improvisado. Foi num desses imprevistos que decidimos percorrer a pé o caminho entre o CRAS e o loteamento próximo. Um caminhar que mais parecia uma passarela de histórias: as crianças enredavam e confabulavam sobre a velha construção da fábrica de açúcar abandonada pela qual passamos; diziam que entraram ali com seus irmãos mais velhos e era um lugar mal assombrado; outras diziam que eram corajosas porque não tinham medo do lugar vazio; Sara contou-nos de seus sonhos assustadores com árvores movediças e humanos-esqueletos.

Aos poucos, tornei-me parte daquele grupo, pertencida àquele espaço-tempo que convida a novas sensorialidades e sensibilidades, partilhada com as crianças. No meio do caos incompreensível entre barulhos, antes da atividade planejada para o dia, a orientadora convidou-nos, com uma voz gentil, a um breve momento de fecharmos os olhos e sentirmos nossa respiração. Por alguns instantes, o silêncio se fazia, não como imposição, mas como uma experiência que parecia despertar o interesse das crianças. Em seguida, a roda segue com os fuxicos e enredos que tecem seus cotidianos. Sua convivência não se limita àquela hora de encontro ali no CRAS. Todos e todas se conhecem de outros lugares. Da escola, da turma de sala de aula, da rua, do bairro, do parentesco entre as famílias. A cada início de encontro, a orientadora costuma perguntar a elas como foi seu final de semana. — “Só não foi bom, porque

lá em casa ficou sem energia, ainda não foram ajeitar”, diz Jack. — “Eu fui pro sítio (zona rural) pra casa da minha avó”, diz Tick. — “Eu fui pegar água com minha mãe e meu pai, ali nos terrenos, e eles me deixaram brincar num monte de barro, fiquei toda molhada e suja de terra, foi muito legal”, diz Lúcia, toda empolgada. Perguntaram-me o que eu fazia nos finais de semana. Respondi que gostava de ler poesia, ver filmes e dormir.

Num de nossos encontros, brincamos de adivinhar. À princípio era meio parado, as crianças sentadas adivinhando o que o que a tia faria no quadro, logo nos primeiros traços. Propus que as crianças também fizessem o movimento de ir ao quadro desenhar o que viesse na mente, para todos nós adivinharmos. E a imaginação fluiu no meio da gente. — “Tia, sabe o que vou desenhar?” (Fábio cochicha em meu ouvido). — “Eita o que será?”, indaguei-lhe. — “Um dragão de três olhos!”. Logo, Tick que estava próximo disse:— “E eu vou desenhar uma casa e as pessoas dentro”.

Aos poucos, as crianças me convidam para entrar no mundo de suas histórias. Lúcia tem sete anos de idade, é uma das primeiras que se aproxima. No meio de uma atividade de recorte e colagem em papel madeira, no entre dos fazeres, ela me conta que ajuda sua mãe nas tarefas domésticas, inclusive já sabe cortar carne e fazer comida, mas que os irmãos mais velhos não ajudam em nada, porque são meninos e eles dizem que “não são obrigados a fazer isso”. Ela também compartilha comigo seu sonho de um dia ter uma casa grande e bonita para seus pais.

—Tia, você sabia que semana passada foi aniversário do meu pai. Minha mãe não tinha condição de fazer uma festa. Eu peguei os 100 reais que tinha ganhado de presente do meu tio e tava juntando num cofrinho e dei pra minha mãe comprar as coisas pra gente fazer um bolinho. Eu ajudei a fazer. Meu pai ficou tão feliz, porque ninguém no trabalho dele tinha dado parabéns. Ele trabalha numa oficina. Eu disse a ele que quando eu fizer 15 anos vou comprar uma casa nova pra gente morar.

—Como é a sua casa hoje?

—Tia, ela tá bem feinha. As paredes, a pintura caindo. Eu disse ao meu pai que vou comprar uma casa daquelas bem grande, com piscina e churrasqueira no quintal.

São fragmentos que ela vai me contando a cada novo encontro. Ela diz sobre as relações de classe e gênero que atravessam sua vida. As brigas com os irmãos, que numa sociedade patriarcal e machista, reproduzem opressões e violências de gênero no âmbito familiar. Em nossa conversa, compartilhei com ela o sentimento de conviver com irmão/menino, e que, quando criança, também brigávamos muito, porque só eu tinha que fazer as tarefas domésticas. É comum sentirmos raiva ou tristeza diante dessa situação injusta e

desigual. Compartilhei com ela que só mais tarde entendi que machismo, sexismo, patriarcalismo, misoginia são nomes que damos para isso, quando uma menina ou pessoa do gênero feminino é tratada de modo desigual, violento e inferior em razão de seu gênero. Ela disse: “quando nossa mãe pede para eles ajudarem, eles dizem que ela é quem tem que fazer, porque ela é a mulher e dona de casa”. Lúcia parecia atenta às minhas palavras, e, ao seu modo, elaborava seus pensamentos. Em outro diálogo nosso, relatou que gosta de ajudar sua mãe, pois sabe que ela precisa sair para trabalhar (sua mãe é diarista) e, vez ou outra, sua mãe insiste em lhe dar umas moedas como sinal de agradecimento, mas Lúcia não aceita, e lhe diz para guardar, “para a senhora não ter que ficar depois pedindo dinheiro aos outros”.

As relações de gênero, engendradas sistemicamente pelo modelo hegemônico sexista e patriarcal de viver em sociedade, tão cedo, modela a vida de meninos e meninas em suas dinâmicas familiares e sociais (Hooks, 2022). Nesse contexto, os orientadores sociais relatam que isso repercute no menor número de meninas e adolescentes participantes do Serviço de Convivência, comparado ao número de meninos. Um dos motivos apontados pelos responsáveis familiares aos orientadores é de que as meninas não podem participar, porque precisam dar conta das tarefas domésticas e ajudar a cuidar dos irmãos mais novos.

A teórica feminista negra bell hooks (2022), em seu livro “O feminismo é para todo mundo” nos apresenta um panorama de como as lutas feministas se desenrolam, de modo que persiste no imaginário coletivo uma perspectiva midiática do feminismo branco que apregoa uma luta por igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a justa divisão das tarefas domésticas, mas sem insistir no fim do modelo capitalista racista e patriarcal que mantem a opressão sobre mulheres negras e pobres, principais vítimas da exploração do trabalho doméstico. De acordo com o pensamento feminista dessa autora, o capitalismo, o racismo e o patriarcalismo andam de mãos dadas no cumprimento da manutenção dos privilégios e dominação de homens ricos e brancos, no sustentáculo das opressões estruturais que geram dores e sofrimentos para quem está fora dessa concepção de homem universal.

Atenta ao que as crianças trazem, o campo dos afetos mantém-se aberto e poroso para as escutas. Elas dividiam comigo fragmentos de contações que envolviam situações tristes e alegres, densas e leves; situações complexas que envolvem contextos macrossociais e que estavam ali presentes em seu dia a dia. Grande parte do que elas traziam eram frases curtas, esparsas entre os risos e as brincadeiras. Algumas são mais tímidas e reservadas, falam pouco. As trocas de palavras aconteciam no meio das atividades. “Como o que passa entre é o mais interessante, resta ao cartógrafo estar suficientemente poroso a estas microssensibilidades que se instauram nas zonas fronteiriças” (Costa, 2014, p. 67).

E assim, ouvi Tick contar sobre o desenho de sua família. A atividade do dia era que cada um desenhasse sua família dentro de um coração que cobria quase toda a folha de papel. O coração estava posto. Precisava ser preenchido para ganhar vida. Sentada junto às crianças, também fazia meu desenho, quando ele me chamou para mais perto para que eu visse sua família. Contou-me de seus três pais, que um era o pai que chamou de “verdadeiro”, o outro era seu padrasto, e o outro era o pai de sua irmã; mostrou-me sua mãe e seus quatro irmãos mais novos, já que ele é o mais velho, com nove anos de idade. Sua irmã mais nova também faz parte do mesmo grupo de convivência. Ambos costumam ir ao Serviço acompanhados pelas mães dos colegas que moram próximo. Já teve vezes de chegarem sozinhos, pois dizem que o perigo é só atravessar a avenida, já que moram perto do CRAS. Para completar a família, Tick desenha sua cachorra e seus dois filhotinhos. Conta que a encontraram muito debilitada e grávida, no quintal da casa de sua tia, que foi embora para o Rio de Janeiro, e deixou o imóvel para a família de Tick morar. Ele conta que seus pais estavam sem trabalho e não tinham condições de pagar o aluguel, por isso, aceitaram a ajuda de sua tia. Só teriam que pagar o valor de R\$100, 00. E continuou pintando seu desenho: “tá bonito, tia? — “tá sim, está lindo!”.

As crianças que compõem esta pesquisa vivem suas existências nas intersecções entre marcadores sociais das diferenças de classe, raça, gênero e território e tantas outras. Esse olhar das intersecções de estruturas opressoras nos é apresentado pela pensadora feminista preta Akotirene (2019) que discorre sobre o conceito de Interseccionalidade como sendo o modo em que esses marcadores se entrelaçam na produção de violências, desigualdades e opressões. Um conceito que surgiu a partir da pensadora negra norte-americana Kimberlé Crenshaw, que, no contexto do movimento feminista negro, percebeu que nem o feminismo nem o movimento negro dava conta da realidade das mulheres negras, vítimas tanto do machismo como do racismo. Uma violência não exclui a outra, e estão imbricadas numa teia complexa de relações. E quanto mais marcadores um indivíduo tiver inscrito no corpo, maior a incidência de violências em suas vidas.

É nesse imbricamento das diferenças de marcadores sociais que as crianças dizem de si. Tick é uma criança negra e que vivencia situação de pobreza socioeconômica, assim como sua irmã Gabriele, uma criança do gênero feminino, que disse que já foi chamada de feia em razão de seu cabelo afro. Sua família vive num território estigmatizado na cidade pela presença de grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas e outras criminalidades. Territórios existenciais que são alvo da violência policial. Seus moradores são pessoas pobres, trabalhadoras e grande parte negras. Um dia, num dos encontros do grupo, Tick pediu para

conversar comigo, pois queria me contar sobre os “pensamentos ruins que teve no final de semana”. Ele contou assim:

Tia, foi assim: minha mãe tava na casa da minha tia, irmã dela. Ela separou do meu pai e tava tomando uma cerveja pra tentar ficar bem; não era cachaça, era só cerveja! Mas mesmo assim tava todo tempo com pensamentos ruins na cabeça, com medo da polícia entrar lá e levar todo mundo; a polícia ficava só passando na rua e tinha um policial olhando pelas brechas do muro do quintal onde a gente tava. Fiquei com medo porque minha tia já foi de facção, mas não é mais. Quando eu era mais pequeno, meu pai e minha mãe já foram presos. Presos não! Eles eram de menor. Mas foram levados pra cadeia e depois voltaram. Nesse fim de semana, eu fiquei com pensamentos ruins e falei pra minha mãe pra gente ir logo pra casa. Em casa, eu disse pra ela que tava com medo da polícia entrar lá. Quando foi de noite eu ouvi barulho de tiros (Tick, 9 anos).

Segundo Almeida (2021, p.25), intelectual negro, ministro dos Direitos Humanos, no atual governo do presidente Lula, que teve início no presente ano de 2023, o racismo é estrutural, pois é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertençam”. Tick ainda não sabia dizer conceitualmente o que é racismo estrutural, mas suas palavras expressam o que seu corpo sente. Medo. Sabe que não é totalmente livre para circular em seu próprio território. O racismo, que conforme Almeida estrutura nossa sociedade e os modos de relações e convívios sociais e institucionais, vai esquadrihando a vida dessa criança, cria modos dela se relacionar com os espaços. O medo, o medo da polícia, da morte, da bala tornam-se território de suas narrativas.

Das durezas que escutamos, escutamos relatos de fome. No meio das brincadeiras, uma criança do gênero feminino, e vista, socialmente, como branca: Sara, de 6 anos de idade, que estava em seu primeiro dia no grupo, disse que queria voltar ao CRAS (estávamos numa atividade num loteamento próximo). Aquilo me chamou atenção. Pois de modo geral as crianças do grupo gostam bastante das atividades e brincadeiras ao ar livre. Foi então que percebi ela se afastando. Sentou-se numa calçada e estava com um semblante triste e cabisbaixa. Aproximei-me e perguntei se eu poderia sentar um pedacinho ao seu lado. Ela acenou que sim. Perguntei se ela estava sentindo alguma coisa, algum desconforto, alguma dor. Ela poderia me dizer. Foi então que ela perguntou: “tia, vai ter lanche no CRAS?”. Eu respondi que sim, que sabia que o lanche seria vitamina de banana com bolo. Perguntei se ela havia tomado café da manhã. Ela respondeu que não.

Lembrei da família de Sara, que já havia atendido como técnica do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família). É composta por sete pessoas, dentre elas, três crianças e um adolescente. Seu pai enfrenta um problema de saúde, ainda sem diagnóstico

médico e sem tratamento, e, por isso, sem condições de exercer os trabalhos que executava como trabalhador informal de serviços gerais e servente de pedreiro. Sua sobrevivência é proveniente dos programas e benefícios sociais governamentais, como o Bolsa Família, bem como das redes de solidariedade comunitária da igreja da qual participa.

No momento em que ouviu Sara dizer não ter tomado café da manhã, Lúcia, que havia se aproximado de nossa conversa, compartilhou que também não havia se alimentado. Disse-nos que a quantidade de alimentos de sua casa não é suficiente para todos comerem bem, todos os dias, por todo o mês. Nos dias de CRAS, sua mãe não lhe dá café da manhã. Dá apenas aos irmãos, antes de irem para a escola, pois estudam pela manhã. Seu pai é quem lhe dá escondido um pedaço de pão, pois se lhe desse um pão inteiro faltaria aos irmãos. Tinha que poupar comida para que durasse mais tempo sem faltar.

São narrativas que me atravessam o corpo inteiro e me roubam as palavras. Diante do que ouvimos, procuramos a coordenação do CRAS e intervimos no sentido de propor a mudança do horário do lanche, pois observamos e escutamos que algumas crianças chegavam sem energia, sem ânimo, pois estavam sem café da manhã. Levou-se algum tempo para que a mudança fosse estabelecida. Deu-se a partir do momento em que os orientadores sociais tomaram para si essa solicitação.

Quais lugares essas histórias ocupam no cenário das políticas públicas? Da Assistência Social e de seus serviços, como o Serviço de Convivência? De onde escutamos? Tem raça, gênero e classe a nossa escuta, nosso olhar, nossos sentires?

No cenário desta pesquisa, no campo do CRAS e serviços socioassistenciais, as discussões sobre questões de gênero, sexualidade, racismo ainda são debates incipientes, pouco discutidos. É comum atribuirmos as demandas que chegam à Política de Assistência às questões de diferenças de classe social, à pobreza, ao desemprego, à falta de oportunidades, à concorrência de mercado, à baixa qualificação profissional. O que não deixa de ser verdade. No entanto, todas essas questões constituem desigualdades e opressões estruturais que tem como pilares o racismo, o patriarcado e a exploração colonial. É comum a presença do discurso de que a culpa é do indivíduo, que não se esforçou o suficiente, que acabou escolhendo o caminho “errado”. A falácia da meritocracia. Pouco prestamos atenção em nossa própria história. Ou tivemos acesso apenas à versão branca, patriarcal e elitizada que nos contaram. Não falamos sobre as sequelas que carregamos por sermos um país originado da colonização, da brutalidade da exploração dos povos originários pelos colonizadores europeus, da escravização de povos africanos arrancados de suas terras. É como se o passado fosse uma coisa

estática, que aconteceu e acabou, como se o tempo que andasse não trouxesse consigo as marcas do que foi e continua produzindo.

E, nesse momento, entramos em contato com o pensamento da pesquisadora Bento (2022) acerca do que ela chama Pacto da branquitude. Em suas trajetórias como psicóloga organizacional e em sua experiência de vida como mulher negra, das periferias de São Paulo, ela nos fala do “não reconhecimento da herança escravocrata nas instituições e na história do país” (Bento, 2022, p.14). Ela nos fala de um pacto narcísico, que se dá de modo invisível e silencioso entre aqueles que perpetuam a herança de privilégios oriundas das relações de raça e gênero, de um passado escravocrata que se atualiza no discurso individualista da meritocracia. Ela afirma que não é como se os brancos se reunissem numa sala secreta para assinar tal pacto. Ainda assim, ele está aqui, de modo que a branquitude, silenciosamente, mantém e expande seus espaços de dominação, ao negar, ao silenciar, ao não falar sobre a herança escravocrata de seus privilégios.

São discussões que não estão incorporadas no modo de pensar e fazer das instituições, como coloca Bento. Mas que, em razão de pautar e demonstrar suposta preocupação com a diversidade, o Serviço de Convivência apresenta ações pontuais como práticas informativas sobre a ideia do respeito às diferenças. Não são pautadas as opressões com suas devidas nomeações e interseccionalidades, mas como algo generalista fincado na ideia de que vivemos numa sociedade que deve ser igualitária, independentemente da cor da pele, da classe social, do gênero, dentre outras diferenças. Isso se dá, por exemplo, através de exibição de vídeos lúdicos e trabalho de recorte e colagem de imagens que apresentam diversidade. Não estamos aqui invalidando a importância dessa abordagem temática. É um passo necessário para ampliarmos o escopo das discussões. No entanto, ficamos com a impressão de tratarmos de modo pontual algo que compõe e estrutura socialmente nossas vidas, uma atividade para constar na agenda.

Pensamos que seja nesse sentido que se dê a importância da consolidação da Política Nacional de Educação Permanente no SUAS, que se operacionaliza de modo ainda muito incipiente na realidade dos municípios. Essa política foi implantada em documento, em 2013, a partir das deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, ocorrida em 2011, que apontou demandas em relação à necessidade de qualificação da oferta de trabalho no SUAS, além de melhorias de condições para os trabalhadores.

O trabalho relacionado à função de provimento de serviços e benefícios é fundado essencialmente em relações sociais e intersubjetivas. Os conhecimentos teóricos, metodológicos e tecnológicos requeridos apresentam uma estreita vinculação com os contextos históricos, econômicos, políticos e socioculturais. Por isso, essa função requer constante análise, reflexão e adequação - por parte dos trabalhadores - de

práticas profissionais e processos de trabalho, seja no que se refere às relações internas às equipes de trabalho, seja no que diz respeito ao trabalho dirigido diretamente aos cidadãos que demandam as proteções da Assistência Social (Brasil, 2013, p. 30).

A Educação Permanente requer leituras críticas e historicizadas da realidade social e do próprio contexto de trabalho e do modo como as práticas estão instituídas. Para que isso aconteça, o documento versa que, além da oferta de continuada qualificação técnica, teórica e metodológica dos agentes que compõem essa política pública, é necessário sua valorização profissional e reconhecimento como atores fundamentais para que a Assistência Social se materialize como política pública de direito e em sua função de proteção social para quem dela necessita. Pois “verifica-se a precarização do trabalho no SUAS, cujos resultados se expressam na instabilidade, na insegurança, na ausência de perspectiva de progressão, nas degradantes condições de trabalho, na baixa remuneração e no adoecimento dos trabalhadores” (Brasil, 2013, p. 31).

5.2 Entre o instituído e o instituinte: movimentos de devir-criança numa convivência brincante

Em relação à infância, carregamos marcas de um modo hegemônico eurocêntrico de pensá-la, a partir da visão de mundo adulto. Na contramão disso, a partir de um modo de pensar, questionar e viver a vida em afroperspectiva, o filósofo Nogueira (2019) nos desloca ao que ele nomeia de cosmo-sentidos, entendido como o contraponto à chamada cosmovisão que tem como centralidade a ideia de visão de mundo ocidentalizada. Para Nogueira (2019, p.129), “a afroperspectividade opera articulando as possibilidades advindas de todos os sentidos para apresentar o mundo”. E com o autor somos enredados a um tempo de brincadeiras, a um tempo do agora. “Em culturas biointeracionistas, as crianças vivem em função do presente, não de uma utopia futurista na qual elas passarão a ser “gente” apenas quando forem adultas” (Nogueira, 2019, p. 129).

Nesse sentido, Nogueira (2019) faz uma reflexão sobre o que ele chama de poder da infância, como uma forma de resgate a essa temporalidade que está em tudo o que vive, e, assim, em nós adultos. Semelhante ao pensamento de outro filósofo, Kohan (2007), para o qual a infância é entendida como experiência que requer outro modo de entender a temporalidade. Tempo que, para Nogueira, não deveria ser entregue completamente ao trabalho, ao modo de vida capitalista. Aqui podemos pensar no modo como costumamos interpelar as crianças acerca de seu futuro, do que elas gostariam de ser. Como se elas já não fossem. Existe nesse tipo de indagação uma noção de tempo cronológico, que Deleuze (2012b, p. 51) coloca como “o tempo

da medida, que fixa as coisas e as pessoas, desenvolve uma forma e determina um sujeito”, em contraponto ao tempo Aion, “que é o tempo indefinido do acontecimento, a linha flutuante”.

Conforme os estudos realizados por Ceccim e Palombini (2009), a condição de existência das crianças muda conforme os processos históricos, em diferentes épocas e lugares. De tempos de total desassistência, abandonos, infanticídios; passando às imagens de sagrado e pureza; à imagem de crianças como adultos pequenos; até os tempos da modernidade, que convergem com o desenvolvimento das ciências e dos saberes médicos e psis, entre os séculos XIX e XX, que se debruçam sobre os terrenos das famílias e infâncias como fatores para um pressuposto desenvolvimento humano. Nasce a preocupação em garantir proteção para essa etapa do desenvolvimento, e a infância entra na rede de relações de saber e poder que controlam e disciplinam a vida, numa perspectiva de pensamento a partir de Foucault (2021, p. 407-408) que assinala o “problema do governo das crianças” como “problemática central da pedagogia, que aparece e se desenvolve no século XVI”.

A preocupação com o futuro está entranhada no modo de condução de nossas vidas, e não poderia deixar de estar na operação das políticas públicas. E os serviços seguem um modelo de organização que se dizem preparar as crianças, ensiná-las, prever situações. Quanto ao Serviço de Convivência, costumava concordar com o discurso dominante de que as atividades não deveriam ser “meras” brincadeiras, pois tudo deveria ter um objetivo supostamente mais amplo, mais educativo, mais social, deveria ensinar alguma coisa. O brincar não poderia ser apenas brincar. O modo de pensar adultescido requer um propósito para as coisas. E assim o homem branco europeu foi explorando e subjugando o mundo, em nome de um futuro. “Em termos afroperspectivista, adultescer significa perder as forças brincantes de investir no mistério inexplicável de existir-milagre” (Nogueira, 2019, p. 137).

Guattari (1985) ao discutir sobre os devires, o devir-criança, define uma revolução molecular como aquela que liberta a energia de desejo de tudo aquilo que a prende e a delimita. Se os saberes da psicanálise, e aqui podemos estender a outros saberes psis, concentram sua atenção na ideia de família e coloca o desejo direcionado a essa centralidade, que o despolitiza, então devemos criar modos pelos quais a energia de desejo deve ser livre, livre de todas as estratificações que universalizam, livre de conceitos universais que pesam sobre nossos modos de existir e produzem adaptações às formas dominantes da vida social. “O desejo é sempre extraterritorial, desterritorializado, desterritorializante, ele passa por cima e por baixo de todas as barreiras” (Guattari, 1985, p. 81).

Então, partindo de um devir-tempo diferente, podemos pensar a infância como essa potência criadora que nos acontece. O pensamento do devir presente na filosofia de Deleuze e

Guattari contrapõe-se à história, à cronologia, à linearidade. Remete-nos ao que nos escapa, ao que devem em movimentos, em mudanças que não podemos prever ou coaptar. “O que a história capta do acontecimento é sua efetuação em estados de coisa, mas o acontecimento em seu devir escapa à história” (Deleuze, 2013, p. 214). Nessa perspectiva, falamos em devir-criança, já que se trata de um plano em movimento, não uma coisa estática com começo e fim. Assim, Deleuze e Guattari (2012b, p. 67) discorrem sobre o conceito de devir do seguinte modo:

Todos os devires já são moleculares. É que devir não é imitar algo ou alguém, identificar-se com ele. Tampouco é proporcionar relações formais. Nenhuma dessas duas figuras de analogia convém ao devir, nem a imitação de um sujeito, nem a proporcionalidade de uma forma. Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimentos e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de devir, e através das quais devimos.

Nesse sentido, devir-criança como experimentações que escapam aos enquadres. Não um retorno ao tempo cronológico de ser criança, mas relações moleculares que fazem emergir a diferença, a criação de mundos destituídos das impregnações pré-definidas. Como afirmam Deleuze e Guattari, o devir é sempre molecular. Assim, compomos novas territorialidades em movimento com as crianças do Serviço de Convivência. Afetadas fomos pela força dos encontros com sorrisos, gestos, gargalhadas, feições tristes, alegres, silêncios, brincadeiras, fragmentos de histórias de si, durezas e levezas, tudo junto numa mistura de intensidades, velocidades, repouso e lentidão. Com elas, esquecemos por alguns instantes, na linha cronológica do tempo, das preocupações com o futuro. E brincamos de viver e fazer arte. Como coloca Kohan (2011, p. 239), a partir do pensamento do filósofo francês Lyotard, “a infância é a condição de ser afetado que nos acompanha a vida toda...é aquela singularidade silenciada que não pode ser assimilada pelo sistema”.

No caminho de atravessamentos cartográficos desta pesquisa, nos encontros com as crianças, seus familiares, com os profissionais que fazem a política pública, comigo mesma como trabalhadora e pesquisadora, questionamos a todo momento qual convivência que não é normativa, que não é proposta pelo instituído, que não é doutrinação. Em todos os espaços, trafegamos em meio a traçados de linhas demarcadas, desenhadas por outros e colocadas como parte do caminho a ser seguido, como num script. Uma convivência que é prescrita em traços previamente planejados, com vistas a minimizar/prevenir os riscos sociais de que já discutimos aqui. As linhas sólidas que se sobrecodificam na produção macropolítica, no aparelho de Estado, tendo em vista o pensamento de Deleuze e Guattari (2012a) de que coexistem na produção social da vida linhas flexíveis, linhas duras e linhas de fuga.

Fazermos do Serviço de Convivência espaço de abertura para possibilidades ao devir-criança, devir-arte, dentre outros devires, podemos produzir linhas de fuga em meio às durezas instituídas. No meio do caminho, percebemos que as durezas ainda estavam lá, mas também havia abertura para outras vivências, outros afetos e narrativas para além da fome, da condição de pobreza, das violências, das opressões de gênero, raça, e etc. A vida parece que no meio do impossível se reinventa. E brinca. A desobediência das crianças, que correm onde não é para correr, que falam quando devem silenciar, não deveria ser vista como um problema, mas como “uma força humana esquecida e desacreditada pelo brutal adultescimento e colonização da vida” (Nogueira, 2019, p. 128).

Vimos até aqui que existem segmentaridades duras que depositam sobre as crianças esperanças e preocupações de uma humanidade futura, numa perspectiva linear de um tempo cronológico, de uma fase do desenvolvimento que requer atenção para que a criança de hoje seja o futuro idealizado de amanhã. Um vir-a-ser. Em face disso, nossa relação com as crianças torna-se impositiva, autoritária, pois como afirmam Deleuze e Guattari tem na forma homem a imagem central. É assim que pensar as crianças numa perspectiva de devir nos permite abrir linhas de fuga que escapam a essa centralidade. E nós adultos podemos devir-crianças ao compormos territórios que resistem e re-existem aos agenciamentos que a sociedade nos impõe.

Foi assim que num território tão pisado de escutas pesadas e difíceis, entre paredes fechadas e chão de cimento, pudemos devir-criança com as crianças. Elas aceitaram meu convite para conversarmos embaixo da árvore (pé de Castanhola) que fica na parte externa do CRAS. Partilhei com elas o lugar de afeto que a Castanhola me faz. Contei-lhes que em menina eu conversava com as árvores. E havia uma Castanhola no meio da calçada de meus avós, onde a meninada se reunia em volta para brincar de cantigas de roda ou contar histórias de trancoso. Era um lugar de encontros alegres, que me deixa muitas saudades.

O convite consistia em trocarmos nossos saberes e afetos acerca do que pensamos ser convivência. O desenho foi o que elas escolheram fazer para dizer, para trocar. —Eu sei o que é, tia, mas não sei dizer. Assim se expressou Jack. Por sua vez, Tick complementou: —difícil falar, tia! E então vieram os desenhos e vieram as histórias.

—Tia, eu gosto muito de árvores, elas me dão paz. Lembro das árvores vermelhas!

—Árvores vermelhas! Como elas são? -pergunto.

—Foi num passeio do Pepe (projeto da igreja). O guia disse pra gente que tem uma parte do dia que as árvores ficam vermelhas, e, nessa hora, a gente respira melhor, porque elas fazem mais oxigênio.

—Que interessante! Eu não sabia disso. Elas ficam vermelhas no tronco?

—Sim, bem aqui! Tick levantou-se e tocou no tronco da Castanhola para me mostrar onde as árvores ficam vermelhas.

Hugo desenhava uma bola de futebol que também era o Planeta Terra, pois como ele mesmo disse: —a convivência é o mundo. Enquanto desenhavam, conversavam entre si entre risadas e encantamento com os materiais coloridos que levei para nosso momento. Trocavam os lápis de cor e as canetinhas. Um e outro disputavam a cor vermelha ou azul, até entrarem num acordo.

A Árvore pertencida de abandonos e esquecimentos alegrou-se com tanta correria ao seu redor. Adormecida de tanto silêncio, acordada foi com o barulho das crianças que chegavam para alguma novidade. À princípio, nenhuma delas lembrava seu nome. Não sabiam que ela se chamava Castanhola. E pensou: “como pode eu viver aqui por longos anos e elas não saberem meu nome! Confundiram-me até com uma Mangueira, ó Céus!”. Mas, em pouco tempo, a árvore sentiu o calor do abraço daquele novo encontro. Rápido, as crianças fizeram-na de amiga. Olhavam para o alto, admiradas com o tamanho de suas folhas. Apontavam para sua copa, com olhos de espanto: —tia, tia! Olha! Olha o tanto! Referiam-se aos seus frutos. O encantamento se estendia ao chão, quando pegavam suas folhas secas e suas castanhas caídas. —“Oh céus, que maravilha! Estão brincando com minhas castanhas e minhas folhas envelhecidas!” A árvore ficou toda envaidecida. Prestava atenção nos movimentos e nas conversas das crianças. Algumas pareciam distraídas. Outras, muito concentradas. Mas assim estavam sendo. Estavam vivendo. Respiravam. Notavam até que seu tronco poderia ser vermelho, em alguns momentos do dia. A tia adulta lhes perguntava sobre uma tal de Convivência. As crianças estranharam no início. Era como se nunca tivessem ouvido essa palavra. No entanto, a estranheza inicial deu lugar à matéria das lembranças, enquanto desenhavam. Um menino falou: —tia, conviver é aprender; todo dia a gente aprende; a gente aprende com os outros. Um menino ao lado dele concordou, com um gesto. A tia perguntou-lhes o que eles tanto aprendiam. Eles disseram: coisas novas, coisas que não sabiam. A árvore olhou para si mesma e pensou: “Ah! então hoje elas aprenderam que eu me chamo Castanhola. Interessante!” Prestando mais atenção, a Castanhola ouvia as crianças dizerem que conviver é brincar, é se divertir com as outras. Mais uma vez, a árvore ficou pensativa: “Ah então esse corre-corre deles quando estão aqui nesse lugar, correndo pra lá e pra cá, um atrás do outro, se chama brincadeira. E para eles, isso é convivência. Interessante essas crianças”. Uma menina disse assim: —tia, eu acho que a convivência é prestar atenção, escutar as pessoas e com respeito. Eu tenho um vizinho que fala muito palavrão e machuca as pessoas que moram com ele, por isso ele fica mais sozinho. A árvore escutava tudo em seu coração. Não era só risos e alegrias que ela escutava. Havia ali também tristeza. Crianças que se sentiam sozinhas na escola, sem amigos. Há pouco tempo que ali chegavam, ainda estavam solitárias. Mas a árvore reparava que nada tinha sido perdido. Um abraço, um sorriso, e a tristeza não demorava. Talvez fosse preciso tempo para que algumas crianças corresse de mãos dadas. Fazedoras de tempos eram as crianças. A árvore tinha aprendido. Aprendera que aquilo que fazemos com afetos e imaginação vira arte, é vida, é criação. Ao final daquele encontro, a Castanhola estava toda enredada. A cada menino e menina que pregava nela o seu desenho, seus olhos de dentro enchiam d’água. Estava toda feliz, sentindo-se uma obra de arte. As crianças lhe abraçavam com sorrisos, enquanto o vento traduzia para elas suas palavras (Recorte de meu diário de campo).

A experiência de brincar do lado de fora, de estar sob os galhos da árvore acendeu nelas o desejo de “ir para a árvore lá de fora”; “tia, vamos para a Castanhola, lá é bom porque o vento entra na gente”. Por meio da experiência, as crianças inventaram um novo modo de estar naquele lugar pisado. Pensamos com os autores Ceccim e Palombini (2009, p. 308) quando

colocam que “a criança cartografa em viagem, prefere a viagem. Os lugares, ela os localiza na sua carta, assinalando seus conhecimentos e movendo-os pelo produto de encontros e acasos, afetos-criança. Produz a si mesma.”

Figura 16 - O pé de Castanhola do CRAS



Fonte: Arquivos da pesquisa.

As crianças trouxeram a convivência como cenas de sua cotidianidade. Isso nos faz pensar que a convivência é movimento, é algo que muda conforme as cenas vividas. Nesse sentido, as falas e as imagens trazidas por elas são importantes para pensarmos que a convivência da política pública deve se aproximar da convivência do mundo da vida; não precisa se propor como um modelo universal a ser seguido. Quanto a esse aspecto, os cadernos de orientações aqui referidos já sinalizaram a necessidade de práticas a partir da leitura de mundo dos territórios do público participante. Assim, o direito de ser, o direito de conviver e o de participar da vida da cidade, que são eixos norteadores que fundamentam as ações do SCFV (de acordo com as orientações técnicas), não se limitam ao espaço da institucionalidade de ações desse serviço. A convivência não se limita ao dentro do CRAS, mas se expande ao fora, a outros modos de participação na vida social e suas condições de possibilidades.

Além da grupalidade do Serviço, quais outros modos de convivência das crianças com o CRAS? Quais outras relações? Geralmente elas ocupam o CRAS no momento em que acontecem os encontros semanais, ou quando é realizada alguma comemoração temática, como a do dia das crianças, por exemplo. Ou ainda quando acompanham suas mães ou pais em algum atendimento, no âmbito do PAIF. Esses questionamentos foram disparados a partir do encontro que nós profissionais do CRAS tivemos com um menino de doze anos de idade, cujo nome

fictício aqui é Joaquim. Sua chegada ocorreu num momento em que sua família, composta por ele e sua mãe, enfrentavam muitas dificuldades em razão da situação de emergência instaurada no município, ocasionada pelas fortes chuvas ocorridas no mês de abril de 2023, que afetaram a população ribeirinha das localidades próximas ao Rio Arabê.

Sua família foi encaminhada para o Aluguel Social e outros benefícios eventuais, além do acompanhamento sociofamiliar, por motivo da situação de emergência enfrentada. A mãe de Joaquim nos apresentou, sob sua ótica, um menino muito rebelde, desobediente e que lhe dava muito trabalho. Assim que chegaram ao CRAS, o convidamos a participar do Serviço de Convivência, como algo que ele poderia experimentar e decidir se gostaria ou não. Os dias foram passando, e Joaquim criou um modo próprio de estar e conviver com e no CRAS. Não só participava de seu grupo de referência, como também queria estar nos demais grupos. Auxiliava os orientadores com as atividades; batia à porta da sala de atendimento e pedia para conversar com as profissionais; contava como tinha sido seu dia na escola; pedia para imprimir imagens do Coringa para colorir. Ele faz desenhos e pinturas incríveis; além de adorar cantar. Tem uma postura de muito cuidado e proteção em relação a sua mãe, que apresenta problemas de saúde física e mental, de modo que sempre que possível a levava aos momentos festivos e coletivos, como a comemoração do dia das mães. Joaquim costumava chegar da escola e, antes mesmo de deixar a mochila em casa, passava logo no CRAS para nos cumprimentar com um forte abraço. Um dia ele chegou todo sorridente, e me disse: “olha o que eu fiz para você”. Uma pintura muito bonita de sua autoria que me deu de presente. Sempre que fazia um novo desenho ou pintura levava ao CRAS para nos mostrar, e a equipe ficava encantada com as belezas produzidas.

Figura 17 - Pintura que ganhei de presente



Fonte: arquivos da pesquisa.

A chegada de Joaquim ocorreu no momento em que estava imersa num dos grupos de crianças, e chamou minha atenção seu modo de chegar, de criar vínculos, de vivenciar a convivência num espaço instituído como o CRAS. Foi assim que o convidei a participar desta pesquisa. Conteí-lhe que estava estudando as poéticas de vida que as crianças inventam em sua convivência, em seu cotidiano, em sua relação com o SCFV, com o CRAS, e nos demais territórios que habitam. E disse-lhe que gostaria de trazer em meu trabalho um pouco de si, de sua poética brincante no CRAS. Ele concordou dizendo que parecia algo interessante, que gostava de saber que sua vida parecia importante. Sua mãe concordou que ele participasse.

Então, aprendemos muito com Joaquim, com sua forma espontânea de demonstrar afetos, com seu modo criativo de fazer daquele território algo de seu. Num momento de nossas conversas, perguntei-lhe o que tanto ele gostava no CRAS. Ele respondeu que ali se sentia uma pessoa bem tratada, era um lugar que ele considerava como uma segunda casa; gostava, pois lá ele era livre para chegar e conversar, sem que fosse visto como um problema. Um encontro que extrapolou os limites pré-definidos do que seria o Serviço de Convivência; que nos deslocou do lugar sisudo do trabalho e criou um ambiente mais livre para a espontaneidade dos encontros; que demonstrou que é possível que as crianças ocupem os espaços da Assistência Social de outros modos que não se reduzem ao horário marcado para elas comparecerem; ou não se limitam ao lugar de visibilidade apenas da condição de pobreza, de vulnerabilidade, mas sim de suas condições de possibilidades de re-existências.

“Para Deleuze e Guattari é a expressividade, e não a funcionalidade, que explica a formação territorial...é uma assinatura expressiva que faz emergir ritmos como qualidades próprias que, não sendo indicações de identidade, garantem a formação de certo domínio” (Alvarez; Passos, 2020, p. 133). Tomando por base essa leitura de território, pensamos que é possível que o CRAS, a partir da posição de abertura aos encontros que pedem passagem, nos agenciamentos coletivos de corpos e enunciados, possa ser lido pelas crianças que chegam como um lugar de acolhida, de escuta, de convívio, de trocas de experiências; com a possibilidade de criação de novos territórios existenciais, partindo da perspectiva de Deleuze e Guattari (2012b, p.127-139) de que “o território é de fato um ato, que afeta os meios e os ritmos, que os territorializa...a territorialização é o ato do ritmo devindo expressivo, ou dos componentes de meios devindo qualitativos...o território é, ele próprio, lugar de passagem”.

No serviço de convivência, as crianças dizem de si, a partir da processualidade do que vivem em seus cotidianos, num tempo que é acontecimento, que está se fazendo enquanto é vivido. Os enredos da vida escolar, dos encontros em outros grupos de que fazem parte, o

convite para a brincadeira inesgotável. Queríamos escutar as crianças. E pensamos na proposta da Tenda do Conto como espaço-tempo-movimento de abertura para o narrar de si, espaço para o contar-se. A tenda tornou-se um movimento instituinte de outros modos de escutar, de criar convivências. É composta por uma cadeira de balanço, para embalar o vai e vem das histórias e afetos. Composta também por uma mesa, onde se colocam os objetos escolhidos para contar sobre si. A orientadora social nos ajudou emprestando a cadeira de balanço que tem em sua casa. Eu levei uma toalha para cobrir a mesa de plástico, que se tornou a mesa dos achados. E quando vimos, estava cheia de brinquedos. E todos queriam sua vez de sentarem na cadeira de balanço. Então, seguimos com os dizeres: “a tenda está posta, a cadeira está vazia, venha fazer seu conto de dor, de amor e de alegria” (Félix-Silva, 2014, p. 16).

Sara levou um bichinho de pelúcia: um coelho que se chama Sofia. De todas as crianças, Sara ficou muito emocionada em poder levar seu bichinho e compartilhar o amor que sente por ele. Com a pelúcia entre os braços e perto do peito, ela nos contou que Sofia era sua companhia em todos os momentos. Com ela, não se sentia sozinha e não sentia medo: — “foi presente da minha avó, esse ursinho é um amigo, eu abraço ele e quando tá frio eu sinto que fica quentinho”.

A tenda é livre. Um lugar para se dizer o que se quer dizer de si mesmo, através de um objeto guardião de afetos. Realidade e imaginação tornam-se indiscerníveis. Uma das crianças diz que leva o brinquedo ao chuveiro, no momento do banho; e todas seguem dizendo que fazem o mesmo. E dão risadas. Ao discutir sobre imaginário e cinema, Deleuze (2013, p. 89) propõe que “o imaginário é a imagem-cristal... o que se vê no cristal é a potência do falso. A potência do falso é o tempo em pessoa, porque a forma do tempo como devir põe em questão todo modelo formal de verdade”. Nossa tenda dá lugar à potência da virtualidade, daquilo que pede passagem para ser dito e compartilhado.

As memórias presentes das crianças remetem ao cheiro de terra molhada. Palavras que evocam imagens, sons e cheiros e texturas. Quando Fábio conta que o carrinho que trouxe é especial porque o enche de terra, após a chuva, é possível ouvirmos a chuva, sentirmos o toque e o cheiro de terra molhada. Brinquedos que foram presentes de pessoas amadas, como os avós, que estão vivos ou que já morreram. E objetos que ajudam a lidar com emoções difíceis como a raiva e a tristeza. Mariele senta-se na cadeira de balanço e apresenta seus Pops its, e conta-nos: — “Ganhei da minha avó, e gosto muito deles (um coração e uma nuvem) porque eu fico apertando quando tou triste ou com raiva, e levo pra escola e pro CRAS e pra onde eu vou”.

Embora o convite de escolher e levar um objeto para a tenda tenha sido feito às crianças, algumas delas tiveram seu desejo interrompido pela autoridade adulta de seus

responsáveis, que decidiram fazer a escolha no lugar da criança. A exemplo de Raul que não quis sentar na cadeira nem falar de seu objeto, pois se tratava de um envelope com fotografias que não desejava mostrar naquele momento. Disse que se pudesse escolher, teria levado um carrinho, seu brinquedo preferido. Já o desejo de Alice era bem inusitado. Levou uma pelúcia, mas queria ter levado seu coelho de estimação: Frederico, Fred, para os íntimos. Sentiu-se contrariada por sua mãe não ter deixado que ela levasse o coelho para a tenda. Ela disse que queria muito que todos o conhecessem e vissem o quanto é lindo. Mas a presença de Frederico, o coelho, havia sido invocada. Alguns colegas já o tinham visto, pois moram próximo de Alice. E as crianças começaram a contar que também tinham bichinhos de estimação: gatos e cachorros. E se dispuseram a disputar entre si quem tinha mais bichos em casa. E a relatar seus nomes.

Jack levou um livro, uma versão da Bíblia ilustrada para crianças. Antes mesmo de sentar na cadeira, estava empolgado contando aos colegas sobre qual história do livro iria ler para todos. Ao sentar-se, ficou tímido e decidiu que não mais leria, mas mostrou seu livro para todos, e assim nos contou: — “eu gosto de ler, escolhi trazer esse livro, porque foi o primeiro livro que ganhei, ganhei lá no Pepe, e quando leram pra mim, eu gostei muito das histórias do nascimento de Jesus e também da história de Moisés”. As crianças que ouviam, queriam ver as ilustrações do livro, e assim, passavam de mão em mão entre elas, até que todas tivessem passado os olhos pelas imagens.

“Cada participante investe o objeto de desejo por meio da palavra, de maneira que o objeto de afetação ganha vida com as vozes, a narrativa de quem faz o conto e a fala e o silêncio de quem escuta cada participante que se anuncia” (Félix-Silva, 2014, p.16). Quanto ao objeto levado por mim, escolhi um porta-retrato com moldura de madeira que ganhara de presente de aniversário de minhas primas, há bastante tempo. No lugar de uma fotografia, havia um pedaço de papel com os seguintes dizeres: “Passava os dias ali, quieto, no meio das coisas miúdas. E me encantei”. Mais tarde soube que são palavras ditas pelo poeta Manoel de Barros numa entrevista que concedeu ao crítico literário José Castello, para o jornal *Estado de São Paulo*, conforme o poeta e editor Martins (2015) trouxe em seu blog *Agulha Revista de Cultura*.

Esses versos me acompanham desde o momento em que os li pela primeira vez. O interesse pelas coisas desapercibidas, não pelo tamanho, mas por sua suposta desimportância, sempre me despertaram a poesia. As libélulas que passam horas estacionadas nos varais do quintal, debaixo de um sol escaldante; a rapidez com que as nuvens mudam de formato e compõem novas imagens; a chuva que cai sobre o telhado; a luz desaparecida dos vagalumes; e a poesia de vida das crianças.

Na Assistência Social, os ouvidos de quem trabalha nessa política pública acostumam-se a ouvir histórias de pobreza, de dificuldades, de violências, de sofrimentos. De tanto ouvirmos histórias que se repetem em suas similaridades, ainda que únicas em suas singularidades, pensamos que não existem outras narrativas possíveis. Entramos numa zona de pensamentos fatalistas e deterministas. Como se já soubéssemos o final daquelas histórias. A escritora nigeriana Adiche (2009) nos alerta para o perigo de uma história única. Em sua conferência no programa TED Talk, em 2009, que depois foi adaptada para um livro, ela diz o seguinte: “Tudo que eu tinha ouvido sobre eles era como eram pobres, assim havia se tornado impossível para mim vê-los como alguma coisa além de pobres. Sua pobreza era minha história única sobre eles” (transcrição de vídeo).

Recordo-me de minha pesquisa de monografia, na graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí, concluída em 2016. Não foi publicada. Mas lembro-me das histórias que ouvi. Naquele tempo, pesquisava as implicações psicossociais da pobreza na vida de usuárias de um Centro de Atenção Psicossocial-CAPS. Escutei três mulheres. Eram negras, pobres, mães, que tinham histórias de vida profundamente atravessadas pela experiência do sofrimento psicossocial. Elas tinham algo em comum: o desejo de que fossem vistas como gente, como pessoas para além da imagem de loucura e de pobreza que até então as definiam e as excluía da vida social.

Quando ouvimos as crianças, ouvimos várias histórias. Elas encarnam de modo intenso devires minoritários. Minoritário no sentido do que Deleuze e Guattari (2021, p. 35) propõem quando dizem que “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior”. Num mundo dominado por adultos, as contações das crianças compõem encontros com outras possibilidades, que escapam aos discursos que sempre ouvimos. Escapam às palavras que lhe determinam lugares, como o perigoso, o pobre, o risco, o vulnerável.

“No meio das coisas miúdas” traz-me a recordação do filme de animação japonesa do Studio Ghibli, chamado “Túmulo dos Vagalumes”, lançado em 1988. Conta a história de duas crianças, dois irmãos que lutam pela sobrevivência num Japão devastado ao final da Segunda Guerra Mundial. Acostumada a sempre ver nos filmes a história contada pelos vencedores, os norte-americanos, a animação me fez ver que numa guerra e na vida existem várias histórias esquecidas, apagadas, não contadas. Principalmente das crianças. Os irmãos são órfãos de guerra e são expulsos da casa de parentes, quando o país é assolado pela fome. Vivem pelas ruas, tentando escapar da fome e dos constantes bombardeios aéreos, os mesmos que mataram sua mãe. Até que os dois encontram uma espécie de caverna abandonada, no meio de uma

floresta, onde fazem sua casa. Os irmãos brincam com galhos, latas velhas e objetos abandonados, e divertem-se com os vagalumes que vivem no lugar. No meio do caos e tanto desconcerto, fazem surgir um outro mundo. Inventam seu próprio tempo. Encantam-se com os breves lampejos de beleza. Até que são levados pela doença e pela fome e pelo abandono. Desde que assisti a esse filme, fiquei com a pergunta que a menina Setsuko faz ao irmão mais velho, Seita: “por que os vagalumes precisam morrer tão cedo?”.

É uma pergunta que, não dita dessa maneira, mas a seu modo, o filósofo francês Didi-Huberman (2011) faz em sua obra *Sobrevivência dos vagalumes*. O texto é uma espécie de objeção à sentença proferida pelo poeta e cineasta italiano Pasoline sobre o desaparecimento e morte dos vagalumes, num artigo que escreveu pouco antes de seu assassinato, em 1975. Pasoline, que, em sua juventude, escrevera uma carta a um amigo de adolescência, contando-lhe da beleza de uma noite em que testemunhou o aparecimento dos vagalumes, estava, tempos depois, desencantado e pessimista com os rumos de sua sociedade, que seguia sob a forte luz dos grandes projetores da indústria e do consumo. Toda a vida, a cultura eram arrastadas ao modo de vida das máquinas burguesas capitalistas. Os dialetos, a vida comum dos povos, a resistência da cultura popular, tudo isso se diluía e desaparecia, como os vagalumes sumiam à medida que se expandiam as luzes ofuscantes da cidade. Didi-Huberman acredita que para vermos os vagalumes precisamos nos movimentar. Precisamos desejar e procurar por eles. O filósofo traça um paralelo à literatura menor, proposta por Deleuze e Guattari, ao defender que “haveria uma luz menor possuindo os mesmos aspectos filosóficos: “um forte coeficiente de desterritorialização”; “tudo ali é político”; “tudo adquire um valor coletivo”, de modo que tudo ali fala do povo e das “condições revolucionárias” (Didi-Huberman, 2011, p. 52).

Essa luz menor, esses pequenos lampejos na escuridão de tempos sombrios, sobrevive. Desse modo, os versos de Manoel de Barros que versam sobre o encantamento com as miudezas me fazem lembrar das crianças com quem pude tecer encontros. Da boniteza que elas me fazem ver, quando, num dia mais triste e nublado, atravessam o corredor correndo e me entregam uma flor, junto de um abraço. Das lutas cotidianas que enfrentam, sem que deixem de lado o poder da brincadeira. E penso como o mundo poderia ser melhor se nos abríssimos à ética do devir-criança. Se buscássemos a sobrevivência dos vagalumes. “Pois não foram os vagalumes que foram destruídos, mas algo de central no desejo de ver- no desejo em geral, logo, na esperança política- de Pasoline...a objeção seria então enunciável nestes termos: como se pode declarar a morte das sobrevivências?” (Didi-Huberman, 2011, p. 59-64).

A sobrevivência dos vagalumes diz respeito, para esse filósofo, à sobrevivência dessa luz menor, desses brilhos quase apagados, como modos de existências diminuídas pela ação de

uma luz dominante ou unificadora que ofusca todas as outras. Seria uma metáfora para a sobrevivência daqueles que, longe dos holofotes e projetores capitalísticos que regulam o mundo, criam seus próprios modos de existir, seus dialetos, suas comunidades. Embora ele não traga as crianças como a imagem desses vagalumes, nós aqui o fazemos. Com sua luz intermitente, que escapa à rigidez de uma luz homogênea acesa na permanência única do mundo. Voltamos ao pensamento filosófico de Nogueira (2019, p. 137) que sustenta que “o reestabelecimento da infância pode nos convocar a superar o adultescimento. O que isso significa? Devido ao adultescimento, fazer política tem sido uma atividade de colonização da vida. Para descolonizá-la é preciso uma política brincante”.

A prática cotidiana do Serviço de Convivência no contexto desta pesquisa demonstra o imbricamento das linhas de composições e decomposições de que tratam Deleuze e Guattari quando discorrem sobre as linhas de segmentaridades duras ou molares, as linhas maleáveis ou moleculares, e as chamadas linhas de fuga. “A esquizoanálise não incide em elementos nem em conjuntos, nem em sujeitos, relacionamentos e estruturas. Ela só incide em lineamentos, que atravessam tanto os grupos quanto os indivíduos. Análise do desejo, a esquizoanálise é prática, é política...”. (Deleuze; Guattari, 2012a, p. 85).

A segmentaridade molar se faz de binarismos e modos rígidos de linearidades, como as divisões rico e pobre; homem e mulher; feio e bonito; certo e errado; verdadeiro e falso, dentre outras divisões do tipo, na composição de territórios duros. A todo instante essas segmentações duras são atravessadas por linhas moleculares que geram outros imbricamentos e maleabilidades, que desterritorializam suas divisões. Aquilo que não é coisa nem outra, está no indefinido, e na multiplicidade. No entanto, Deleuze e Guattari (2012a) sinalizam que, no instante em que um indivíduo ou grupo ou sociedade é agenciada por essas linhas maleáveis, as segmentaridades duras buscam meios de gerar novas sobrecodificações, reterritorializações. As linhas de fuga são aquelas que compõem territórios novos, da diferença, do devir. “Desterritorialização absoluta” (Deleuze; Guattari, 2012a, p. 86). Uma linearidade clandestina. É importante destacar que Deleuze e Guattari assinalam que linha de fuga não se trata de fugir da vida. Eles assumem o seguinte:

Quanto à linha de fuga, não seria esta inteiramente pessoal, maneira pela qual um indivíduo foge, por conta própria, foge às “suas responsabilidades”, foge do mundo, se refugia no deserto, ou ainda na arte...etc. Falsa impressão. Quanto às linhas de fuga, estas não consistem nunca em fugir do mundo, mas antes em fazê-lo fugir, como se estoura um cano, e não há sistema social que não fuja/escape por todas as extremidades, mesmo se seus segmentos não param de se endurecer para vedar as linhas de fuga. Nada de imaginário nem de simbólico em uma linha de fuga. Não há nada mais ativo do que uma linha de fuga, no animal e no homem...A cada momento, o que foge em uma sociedade? É nas linhas de fuga que se inventam armas novas, para opô-las às armas pesadas do Estado. (Deleuze; Guattari, 2012a, p. 85-86).

Então, no Serviço de Convivência existem modos de funcionamentos prescritos de cima para baixo, relações unilaterais e verticalizadas e hierarquizadas nas relações binárias adulto-criança, bem como na binaridade trabalhador-gestor, dentre outras modos de relações instituídas; assim como há modos mais maleáveis que questionam, que se posicionam, que buscam saídas ao encontro das singularizações ali existentes. Seria algo como: “vamos fazer do nosso jeito”. E existem também linhas de fuga que se fazem na clandestinidade da correria e gritaria das crianças que teimam em desobedecer ao planejado, e pedem: “tia, eu quero é brincar”. Que fazem os modelos importados de campanhas mensais coloridas perderem o sentido. Todas essas linhas passam umas pelas outras; coexistem. Movimentamo-nos entre durezas e maleabilidades e linhas de fuga que nos atravessam, que atravessam a política pública, que atravessam a vida comunitária que criamos.

No meio da repetição monótona dos dias da vida adulta trabalhadora, a convivência brincante das crianças nos convida a fazer arte. Ou será que é sua arte brincante que nos convida a reinventar nossa convivência? Partimos de algum desejo. Algo que nasce como ideia e ganha corpo e se multiplica, quando afetamos e somos afetados por outros. O desejo de experiência. Assim, o mapa aberto pelas crianças que compõem esta pesquisa nos leva a novas aberturas e desvios, que desembocam num território onde somos livres para pintar o mundo com as cores de nossos afetos e para poetizarmos um cotidiano que costuma não dar importância para as pequenezas quase desaparecidas, como vagalumes. Foi assim que entre as paredes cinzas do CRAS, inventamos um dia só para pintar o que quiséssemos.

—Hoje pintaremos com tintas e pincéis, como vocês queriam!

—Êeeeeee! Gritaria, risadas e aplausos...

—Que legal, tia, pois eu vou fazer um arco-íris!

As crianças diziam que tinham muita vontade de usar pincéis e tintas, pois só tinham acesso a folha A4 e lápis de cor. Tick pergunta se pode ajudar a distribuir os pincéis entre os colegas. E sua irmã pede para entregar as tintas. Enquanto eu distribuo as telas de tecido. As crianças estavam animadas e agitadas com o momento. Pegamos no armário o máximo de tintas possível. Percebemos que eram muitas, mas de cores repetidas, tinha branco, preto, verde, vermelho, rosa e amarelo. Dispomos os materiais em cada mesa e também deixamos alguns numa mesa à parte, para que elas pegassem à medida que fossem usando. Em cada mesa, colocamos um copo com água e um paninho para irem molhando e secando os pincéis. E assim foi acontecendo.

As crianças descobriram que podiam criar cores novas através da mistura. Mariele queria criar o Azul. Estava triste e chateada porque não tinha um pote de tinta dessa cor. Foi então que sugeri que ela experimentasse unir o verde com o branco. E assim ela foi experimentando, até descobrir que podia fazer nascer a cor azul. À princípio foi um verde claro, mas, à medida que se colocava mais branco, o verde se transformava em azul, um tipo turquesa. E Mariele encantou-se: —Tia, você é sábia! Eu lhe indaguei por qual motivo ela dizia isso. — Por que você sabe o segredo das cores; sabe qual cor se forma quando mistura uma com a outra. Eu fiquei encantada diante de tamanha boniteza: saber o segredo das cores é sabedoria para Mariele, e para mim suas palavras são poesia. Então, compartilho com as demais crianças sua descoberta, e lhes digo que poderiam experimentar o mesmo com todas as cores.

Mariele me chama para ver sua pintura e diz que seu céu está rosa e não queria que ficasse daquele jeito, pois para ela estava feio. Digo-lhe que achei lindo e que talvez em algum lugar do mundo o céu possa ser daquela cor e de tantas outras que ainda não vimos. As crianças ouviam o diálogo e começaram a falar sobre as cores do céu que já tinham visto:

—Tia, é verdade! A gente vê que quando tá quase escuro, antes da noite, o céu às vezes fica meio vermelho, parece até mancha de sangue! (Tick)

—Isso! Quando o céu se põe! (Jack)

—De manhã cedo amanhece, às vezes fica bem branco, tipo uma neve, ou então, azul com branco das nuvens. (Lúcia).

A conversa foi sobre as tonalidades e variações do céu que vemos entre o dia e a noite. À medida que testavam a mistura de cores me chamavam para que eu fosse testemunha de seus achados. —Olha! Tia, eu juntei o verde com o laranja e ficou assim (um verde quase musgo). E assim nasceram uma variedade de cores que até então não tínhamos.

Houve uma conversa em torno da cor preta: —Tia, não gosto do preto porque aprendi no projeto Pepe que é a cor do mal, do ódio! (Tick). —Isso mesmo! é a cor do pecado! (Jack). Naquele momento, pensei no quanto essas frases ressoavam pensamentos racistas, de um racismo religioso proveniente de um projeto filantrópico vinculado a uma instituição religiosa de matriz evangélica protestante, que faz um trabalho intenso de “recrutamento” de crianças e adolescentes moradores de territórios periféricos. Quase todas as crianças que participam do CRAS, também participam desse projeto chamado “Moldar”, que é mais conhecido por Pepe. Pensei em como poderia lhes dizer que aquelas frases eram racistas, sem que elas pensassem que eu as estava repreendendo de algum modo. Não queria que elas se sentissem assim. Foi quando disse:

—Todas as cores têm sua beleza e sua importância; são cores de objetos, de seres e também de pessoas, elas dão diversidade ao que existe no mundo. Não existe cor do bem ou cor do mal. As cores não pensam, não falam, não sentem. Somos nós que tomamos conhecimento sobre elas e dizemos sobre elas. Dizer que a cor preta é ruim ou do mal se chama racismo. Pois isso pode machucar pessoas que têm a pele de cor preta, por exemplo. Não sei se consigo me fazer entender?

—Sim, tia, por exemplo, preta é a cor da perna de uma cadeira e também da cor dos cabelos e da pele das pessoas. Não é do mal. (Jack).

Seguindo com as artistagens, Gabi me chamou para pedir outra tela, pois, segundo ela, havia errado ao pintar um prédio, no lugar onde era para ter sido uma flor. Eu respondi que na pintura, principalmente naquele nosso momento, ela não precisaria se preocupar com erros. Ela poderia, por exemplo, pintar em cima, repintar, cobrir com outra tinta e assim criar outras imagens. Mesmo assim, ela não queria recriar algo sobre o que havia feito, ela queria mesmo era recomeçar do início, fazer de novo. Foi então que lhe entreguei a última tela que tínhamos. Em sua recriação, Gabi fez uma árvore, uma garotinha correndo numa vegetação, solo verde, uma casinha amarela, nuvens verde e azul e dois corações sorridentes flutuando no ar, sob um céu amarelo. Ela dedicou sua pintura para sua mãe. Disse que levaria de presente para ela. Algumas crianças fizeram esse movimento de dedicar suas pinturas para suas mães, pois disseram que elas amam muito as artes que seus filhos fazem no CRAS.

Tick desenhou uma casa, pois disse que mora em uma delas, e é importante todo mundo ter onde morar. Fábio fez um dinossauro que se alimenta de rosa, pois viu num filme que ele não lembra como se chama, mas que assistiu com seu pai. Sara, quando viu a pintura do colega, disse que parecia uma montanha. As outras crianças correram para ver e concordaram com ela. Todas gargalharam, inclusive o autor da pintura. Colorido fez uma tela de muitas cores. Ele usou o máximo de combinações possíveis em pinceladas que pareciam fortes e intensas em tons vibrantes. Lembrei que, no início do encontro, ele compartilhou seu desejo de pintar um arco-íris. E sua pintura sem formas definidas, feita apenas de cores, lembra a beleza do arco-íris. Gael pintou uma árvore, pois, como em outros momentos, já havia dito que gosta muito delas. Por sua vez, Samu e Mateus fizeram personagens de um jogo que gostam. Lúcia criou um pássaro azul alçando voo.

Eu também me lancei a fazer uma pintura. Tentei fazer um cacto, uma borboleta, um sol e um arco-íris, tudo numa paisagem. Confesso que não tenho habilidades para a pintura. Sara, que estava próximo, percebendo minha arriscada empreitada na tela, perguntou:—tia,

posso ajudar você? Eu adorei a ajuda. Foi assim que nasceu um pé de arco-íris, feito de tronco de cacto, sob um forte sol radiante.

Figura 18: Cacto e Arco-íris



Fonte: Arquivos da pesquisa.

Foi um dia alegre, inventivo e melado de tintas. Ativamos linhas outras numa composição de fluxos de sensibilidades que nos fazem sentir a potência de devir-criança, que longe de nos levar a um estado infantilizado estereotipado em padrões homogêneos, leva-nos à inventividade do presente da experiência e de modos de sentiremos que trazem um pouco das experiências singulares de cada um. É o filme visto com o pai; o desenho animado ou jogo preferido; o sentimento de aconchego de ter uma casa e o desejo de que todos a tenham; a multiplicidade de cores do céu; o amor pela mãe; a descoberta poética da invenção das cores; o dinossauro que lembra uma montanha; as nuvens de coração. Uma das crianças disse que nós somos artistas, pois para ela “arte é tudo aquilo que podemos fazer com nossas mãos”.

Figura 19: Flor num mar de cores



Fonte: Arquivos da pesquisa.

É na possibilidade da invenção da condição de experiência do devir-criança que o Serviço de Convivência se faz devir-arte. Desterritorializa-se da fixidez das máquinas produtoras de enrijecimento e abre-se para a composição de territórios existenciais que potencializam encontros alegres e inventivos. O SCFV mostra-se um território potente para o que os encontros entre os diversos agentes da convivência instituída podem produzir no plano da diferença. Os orientadores sociais vinham até mim e diziam: “sua pesquisa com as crianças é tão bonita, a gente passa a ver uma beleza que, no cansaço das obrigações do serviço, a gente esquece de olhar”; “a gente vê que o trabalho com as crianças pode ser muito rico”. Fui-me afetada com as crianças. Fomos. Com elas compomos uma temporalidade poética da experiência dos encontros compartilhados.

Em devir-criança, pensamos modos de existências que passam transversalmente entre as pequenas frestas de um mundo concretado na racionalidade que se pensa universal, irradiando-se em múltiplos feixes luminosos, em deformidades com os modos de pensamentos que se instituíram como lugares de onde ditam unilateralmente modos de viver. As crianças em devir-criança fogem às regras. Sua anarquia é política de sobrevivência, como a dos vagalumes que brilham na escuridão de um mundo pensado e feito por e para adultos. Num modo de pensamento decolonial, sua existência em meio às precarizações da vida, como vítimas do legado das destruições operadas pelas opressões capitalísticas coloniais, as crianças do serviço de convivência, que lidam com a pobreza das condições materiais da vida, que lidam com o racismo, com o machismo estruturais, compõem-se modos de re-existências.

O pensador argentino Mignolo (2017) é um dos intelectuais que buscam repensar e redesenhar a perspectiva de conhecimentos latino-americanos, tendo em vista a leitura que fazemos da continuidade dos poderes de dominação racistas e patriarcais e da razão instrumental que reproduzem a matriz colonial de poder. Com isso, ele chama de colonialidade a esse legado duradouro e persistente da dominação colonial, que se reatualiza em violências diversas, incluindo a violenta inferiorização dos saberes e conhecimentos dos povos que foram submetidos à colonização. “Na sua formulação original por Quijano, o “patrón colonial de poder” (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade” (Mignolo, 2017, p.5).

Esse autor faz um apanhado crítico do que seria a chamada modernidade, que, não seria um tempo histórico estático, mas um conjunto de produções da vida econômica, social, geográfica, religiosa e cultural que culminaria com a disseminação hegemônica da episteme europeia em todos os campos da vida política mundial. Em nome do ideário, da racionalidade

dessa modernidade, os homens brancos europeus impuseram sua forma de pensar, em condição de suposta superioridade, a todas as outras, e subjugarão povos, saberes e modos de existir considerados inferiores, de acordo com essa mesma racionalidade. A colonialidade, de acordo com esse pensador, é o que há de mais sombrio no projeto hegemônico da modernidade. A descolonialidade ou decolonialidade trata-se de posição ética de produções de modos de vida, de epistemes, de práticas que se colocam na costura de mundos plurais, e contra essa lógica moderna-colonial do projeto “civilizatório” europeu, reprodutor de opressões. “O pensamento e a ação descoloniais focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilitar opções descoloniais” (Mignolo, 2017, p. 06).

Nesse sentido, a re-existência é definida numa perspectiva decolonial que vai além da ideia de resistência que se coloca como oposição a formas instituídas, mas como a vida em ato de criações que permitem abrir espaços para a reinvenção da própria vida, dos modos de pensar e sentir, na decolonialidade da racionalidade hegemônica moderna/colonial. Colonialidade que perdura nas políticas e nos modos de ver as infâncias. O pesquisador afro-colombiano Achinte (2017) apresenta-nos o pensamento de uma estética decolonial de re-existência, segundo a qual a arte é concebida como modos de viver que continuamente se recriam e apresentam força política de reconstrução do mundo. “El arte como acto de reflexión permanente-y no solamente como el hecho de realizar objetos artísticos-debe contribuir a ensanchar los escenarios de discusión en torno a la exclusión social, la racialización, la violencia genocida...y el autoritarismo” (Achinte, 2017, p. 23).

Viver com as crianças um modo diferente de experiência do tempo, como fluxos de pausas e movimentos tecidos nos encontros partilhados, produz re-existências no plano duro da política pública; propõe uma estética de vida não engessada, aberta ao encontro com as várias possibilidades de experiências. Achinte propõe uma estética da lentidão como decolonialidade do tempo. Esse conceito questiona o tempo que é gestado na colonialidade do sistema civilizatório moderno de desenvolvimento como uma mercadoria ou meio produtivo, financeiro, monetário, rentável. O tempo que é vendido ou comprado ou trocado. A coisificação do tempo, a aceleração da vida. Um modelo de desenvolvimento que não é para todos. O tempo que é feito produto financeiro não é acessível para todos. Conforme Achinte (2017, p. 141) “como contra-sentido del aceleramiento, la lentitud puede ser una estética decolonial que interpela los ritmos recordándonos que detenerse a pensar es un acto que in-surge, planteándonos formas diferentes de existir al proyecto globalizador”.

O processo de escrita deste trabalho, a processualidade não linear dos modos de afetações com as crianças, as pausas, as paradas, as reticências mapeiam estéticas de re-

existências que produzimos ao encontro com os territórios vivos que atravessamos. A conjugação do verbo entre passado e presente. Ora algo que foi, ora que acontece, ora que segue acontecendo, ora aquilo que parece próximo a vazar das trincheiras abertas durante a travessia. O tempo como experiência, não como certeza ou como probabilidade ou risco. Cria-se, assim, territórios de novas sensibilidades. Achinte (2017, p. 117) assinala as estéticas de re-existências do seguinte modo:

Las estéticas de re-existencias son las del descentramiento, las de los puntos de fuga que permiten visualizar escenarios de vida distintos, divergentes, disruptivos, en contraacorriente a las narrativas de la homogenización cultural, simbólica, económica, socio-política, las que se ubican en las fronteras donde a la institucionalidad le cuesta cooptar las autonomías que se construyen y en esos espacios liminares en que el poder se fractura y deja ver las fisuras de su propia imposibilidad de realizarse plenamente.

Na temporalidade dos pequenos flagrantes, tivemos um momento, nossa última oficina, que se configurou como cenário de contemplação de nossas imagens, das fotografias do cotidiano partilhado no território político da convivência. Flagrantes de sorrisos, movimentos, desenhos e peripécias. A ideia consistia em pararmos um pouco para revisitarmos nossos feitos e afetos, os acontecimentos de nossos encontros: voltar a passar pelo coração, como diz o escritor uruguaio Galeano (2002) sobre a palavra recordar. A poética da contemplação e do encantamento com os pequenos momentos vivenciados, sem que se faça uso obrigatório de palavras, sem que se tenha a imposição de se falar.

O espanto, a admiração, a alegria, com as fotografias podiam ser vistas nos olhares, no sorriso, no silêncio. Cada criança escolheu sua foto preferida e montamos um mural com elas. Elas olhavam e olhavam até elegerem aquela imagem mais significativa para si. Nomearam o dia da pintura como “dia do desenho”. Também escolheram fotografias do dia que chamaram “o dia da Castanhola”. Ou ainda, alguns dos meninos preferiam fotos do dia em que saímos do CRAS para brincar num loteamento próximo. Todos pediram uma foto para guardar e levar para casa. Algumas delas também queriam novas fotos. Foi assim que, no encontro seguinte, fizemos uma sessão fotográfica com o pedido das crianças. Tudo voltou a passar pelo coração inúmeras vezes, e de cada vez de um modo diferente para cada um. A estética, a ética e a política que produzimos diz das pequenas poesias que quase não conseguimos ver ou tocar ou escutar ou sentir, já que estamos imersos num ritmo acelerado e mercantilizado que sobrecodifica nossos modos de agir, de pensar, de sentir no mundo. Produzimos, então, nosso próprio ritmo, nossa própria lentidão, embalados pela partilha de sensibilidades no encontro de uma convivência que constitui espaço para a brincadeira, para a imaginação, para o riso, para o abraço, para a poesia.

Não havia muitas palavras.
O encanto tantas vezes se faz em silêncio,
Ou ainda no olhar ou num sorriso. Num pequeno gesto.
Cores, afetos, lembranças, e o presente se faz tão
Vivo e tão intenso.
O que entra, o que nos passa, o que nos leva, o que nos retorna,
O que nos atravessa, o que nos transpassa,
O que nasce de novo a cada vez que olhamos.
Os retratos movediços
Do que compomos.
Pegar e olhar no fundo,
Deixar, ver outra coisa,
Guardar, ver de novo.
Ouvir, tocar, sentir,
Fluir no vivido até que se crie no agora novas vidas.
Nos olhos a suavidade.
Em cada sorriso a potência da alegria,
A delicadeza do gesto de tocar com o coração
Pequenas luzes quase desaparecidas.
De chamar o outro para tocar junto,
Numa dança de beleza infinita.

(Poema de minha autoria, escrito em diário de campo)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Difícil chegar a um final. Dizer as últimas palavras. Sinto que levarei comigo, em minha história, em meus próximos encontros o que ficou desta incrível experiência, e como ela nos afetou e produziu movimentos nos territórios onde nos aventuramos. Gosto destas palavras ditas pelo cartógrafo Costa (2014, p. 69): “O cartógrafo cartografa sempre o processo, nunca o fim. Até porque o fim nunca é na realidade o fim. O que chamamos de final é sempre um fim para algo que continua de uma outra forma”. Num sistema em que a velocidade dos ritmos das máquinas e das informações ditam modos de existências, sobrecodificam nossas vidas num modelo coisificado, individualista e mercantilizado das relações, apostamos que a experiência ainda é possível. A experiência é viva e vive enquanto houver vida. E esta pesquisa parte de um emaranhado de sentimentos, de desejos, de sonhos. O desejo de poetizar e ser poetizada, de artistar e ser artistada, na passagem pelos caminhos, nas travessias pelas políticas públicas, no encontro com as crianças em nossa relação com o CRAS, com a Assistência Social, que tem sido cenário, tantas vezes endurecido, de minha existência no campo do trabalho por alguns anos.

Pois, ainda que tudo pareça destruído; um mundo cada vez mais inóspito para quem chega; o desprezo e opressão sofridos por tantos povos e grupos minoritários; ainda temos a arte que inventamos para re-existir. E é nesse ponto que aprendemos com as crianças: a potência de investir existencialmente nesse mundo tão endurecido, de brincarmos com o que ele nos oferece. Pode parecer utopia. Pode soar romântico demais. Mas é uma posição ética, estética e política de mundo, que aposta na criação de modos de subjetivação que se fortalecem com encontros alegres e inventivos e que nos elevam a lutar por uma vida melhor para todas as pessoas. A aposta, desde o início, é por uma partilha de territórios em que o comum possa ser criado através das trocas de afetos, de sensibilidades, de espaços para os devires, para a diferença.

“Sim, tia, você está aqui para aprender a viver com a gente” —palavras ditas por um dos meninos sobre seu entendimento do que seria esta pesquisa. E ele tem razão. Não estava lá numa suposta postura de pesquisadora neutra, buscando ensinar alguma coisa ou coletar algum dado pré-existente da realidade. Aprender a viver com- nos faz mais sentido, pois diz das possibilidades do que produzimos mutuamente em nossos encontros. Pensamos como Alvarez e Passos (2014, p. 135-136) quando dizem que “nesse processo de habitação de um território, o aprendiz-cartógrafo se lança numa dedicação atenta e aberta. Diferente de uma pesquisa

fechada, o aprendiz-cartógrafo inicia sua habitação do território cultivando uma disponibilidade à experiência”.

Desses encontros, tecemos pequenas revoluções em nossos modos de fazer convivência no serviço instituído: a mudança da ordem do lanche; o direito de poder não participar do SCFV; a criação de novos modos de estar no CRAS; a artistagens da descoberta de novas cores; a luta por tintas e pincéis, para aquilo que nunca foi experienciado; poder pintar o coração de azul, e a isso chamarmos arte; a abertura, no meio das disputas de narrativas, ao diálogo sobre racismo; o desejo manifestado em ação de ir para fora, para embaixo da árvore onde o vento entra na gente; a movimentação dos espaços de convivência para além da metade da sala; as histórias que podem ser ouvidas e contadas numa cadeira de balanço ou na caminhada até um terreno; histórias que não precisam ser únicas, não só da pobreza, da fome, da precariedade, mas histórias compostas também de brincadeiras, de terra molhada, de árvores de troncos vermelhos do passeio, de assombros de prédios abandonados, das matérias difíceis da escola, do amor pela mãe ou pelo bichinho de pelúcia, da saudade do quintal da avó.

Foi uma aventura estar com as crianças e com os orientadores sociais nessa travessia de misturar nossos saberes e nossas vivências na construção de territórios potentes de convivências. Ficou-me a reflexão de que podemos sim fazer políticas públicas com maiores aberturas às trocas de sensibilidades, à criação de diferenças, aos devires que pedem passagem.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma única história [vídeo]**. Conferência de TEDGlobal, 2009. Disponível em: » https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt. Acesso em: junho de 2023.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.
- ACHINTE, A. **Prácticas creativas de re-existencia: más allá del arte... el mundo de lo sensible**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2017.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2020.
- ANDRADE, Alexandra Nascimento. Tecituras da pesquisa com crianças: mudanças de paradigmas uma "conversa" com a Sociologia da Infância. In: FERREIRA, Gabriella Rossetti. (org). **Educação: políticas, estrutura e organização**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BAREMBLITT, G. **Introdução à Esquizoanálise**. 3º.ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2010.
- BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. 5 ed. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari, 2002.
- BARROS, M. E. B.; PIMENTEL, E. H. C. Políticas públicas e a construção do comum: interrogando práticas PSI. **Revista Polis e Psique**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 3, 2013. DOI: 10.22456/2238-152X.35746. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/35746>. Acesso em: 22 jun. 2022.
- BARROS, R. B.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓCIA, L. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- BENGIO, F.; PAULO, F. Notas sobre a territorialização da psicologia diante da Política de assistência social. In: LEMOS, Flavia. **Psicologia social e política de assistência social: territórios, sujeitos e inquietações**. Curitiba: Appris, 2022.p. 223-235.
- BENTO, C. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2007.
- BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social**

CRAS. Brasília, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF, 2009b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466/12**. Brasília, CNS, 2012.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Brasília, DF: DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Caderno de orientações: Serviço de proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília, 2016a.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 dez. 2016b. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: julho. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004: Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPEs. **Produção Técnica: grupo de trabalho**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Cartilha do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2023.

BRONZO, C. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

CASTRO, L. R. A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. **Rev. Psicol. Política**, São Paulo, v.7, n.17. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200005. Acesso em: 10 out. 2022.

CASTRO, L. R. A infância e seus destinos no contemporâneo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, pp. 47-85, jun. 2002. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/134/127>. Acesso em: 10 out. 2022.

CECCIM, R. B.; PALOMBINI, A. L. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. **Psicologia e Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 301-312, 2009.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. A produção de crianças e jovens perigosas: a quem interessa? **CEDECA-São Martinho**, 2008. Disponível em: » <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>. Acesso em: jun.2023.

COSTA, É. A. G. A.; COSTA, M. F. V. Sobre a experiência de pesquisar entre crianças. In: ROCHA, N. M. F. D. *et al.* (Orgs.). **Na aldeia, na escola, e no museu: alinhavos entre infância e trabalho docente**. Fortaleza: EdUece, 2016, p. 55-84.

COSTA, E.A.G. A; FERNANDES, M.D.M; MESQUITA, T.C. Reconstruindo espaços e desconstruindo limites na interlocução com as crianças. In: NASCIMENTO, M. L; GOBBI, M.A. (Orgs.). **Infâncias sul-americanas: crianças nas cidades, políticas e participação**. São Paulo: FEUSP, 2017, p.195-203.

COSTA, L. B.. Cartografia: uma outra forma de pesquisar. **Revista Digital do LAV, [S. l.]**, v. 7, n. 2, p. 66–77, 2014. DOI: 10.5902/1983734815111. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/15111>. Acesso em: 12 jul. 2023.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N.; BATTISTELLI, B. M. **Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

CRUZ, L.; HILLESHEIM, B.; GUARESCHI, N. M. F. Infância e políticas públicas: Um olhar sobre as práticas psi. **Psicologia & Sociedade**, v,17, n.3, p. 42- 49, 2005.

DANTAS, C. M. B. **A ação do psicólogo na assistência social: interiorização da profissão e combate à pobreza**. 2013. 320f. (Doutorado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

DELEUZE, G. **Conversações**. 3.ed. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia. vol.1**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol.3.** 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. vol.4.** 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2012b.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka por uma literatura menor.** Trad. Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

DIDI-HUBERMAN, G. **Que emoção! Que emoção?** São Paulo: Ed. 34, 2016.

DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos vaga-lumes.** Trad. Vera Casa Nova & Márcia Arbex. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

DUFOURMANTELLE, A. **Potências da suavidade.** Trad. Hortência Lencastre. São Paulo: n-1 edições, 2022.

FÉLIX-SILVA, A. V. *et al.* **A tenda do conto como prática integrativa de cuidado na atenção básica.** Natal-RN: Editora Universidade Potiguar - Edunp, 2014.

FÉLIX-SILVA, A. V.; SALES, R. C. M.; SOARES, G. P. Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n.1, p.46-57, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26146411006>. Acesso em 22 jun. 2022.

FÉLIX-SILVA, A.V. *et al.* Esquizocartografias do Corpo em Cena e Experiências em Movimento e Luta Antimanicomial. **Ayvu: Revista de Psicologia**, v.1, n.2, p. 79-99, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/22181>. Acesso em: 22 jun. 2022.

FÉLIX-SILVA, A.V; SOARES, G. P. Processos de Subjetivação em Arte e Saúde Mental em um Manicômio Judiciário. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, n.4, p.1-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003212322>. Acesso em: 22 jun. 2022.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos.** Ética, sexualidade, política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREITAS, M; PEREIRA, E. R. O diário de campo e suas possibilidades. **Quaderns de Psicologia**, v. 20, n. 3, p. 235-244, 2018.

GALEANO, E. **O livro dos abraços.** Trad. Eric Nepomuceno. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GUARESCHI, N. M. F.; LARA, L.; ADEGAS, M. A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. **Psico**, v. 41, n. 3, 2010.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético.** 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo.** 2ª ed. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HILLESHEIM, Betina; CRUZ, Lílian da. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia & Sociedade**, vol. 20, n. 2, p. 192-199, maio/agosto. 2008.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/4MSwTYyy4d7gR4g3xtQdsYn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 julho.2023.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum-volume 2**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

KOHAN, Walter. A infância da educação: o conceito devir-criança. In: KOHAN, W. (Org). **Infância, Estrangeiridade, Ignorância – ensaios de filosofia e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.85-98.

KOHAN, W.O. **Infância - entre educação e filosofia**.2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 10-19.

LARROSA, J. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira da Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, 2002.

LEMOS, F. C. S. **Psicologia Social e Política de Assistência Social: territórios, sujeitos e inquietações**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2022.

MARTINS, Floriano. José Castello: dois encontros com Manoel de Barros. **Agulha Revista de Cultura**. Fortaleza, 8 jun.2015. Disponível em:

<https://arcagulharevistadecultura.blogspot.com/2015/06/jose-castello-dois-encontros-com-manoel.html>. Acesso em: 10 abr.2023.

MEXKO, S; SOUZA, W. A.; BENELLI, S. J. A Assistência Social como Política Social no Contexto Brasileiro: Alguns Apontamentos Críticos. In: LEMOS, F. C. S. (Orgs.). **Psicologia Social e Política de Assistência Social: territórios, sujeitos e inquietações**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2022.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [online], v. 32, n. 94, pp. 1-18, jun. 2017.

NASCIMENTO, L. S.; SARUBBI, M. R. M.; SOUZA, P. P. A dimensão subjetiva da desigualdade social: um estudo sobre a dimensão subjetiva da vivência da desigualdade social na cidade de São Paulo. **TransForm. Psicol. (Online)**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 08-37, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-106X2009000100002&lng=%20pt%20nrm=iso. Acesso em: jun. 2022.

NOGUERA, R. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. **Momento:**

diálogos em educação, v.28, n.1, p.127-142, jan./abr.2019.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓCIA, L. **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PIMENTEL, A.; ARAUJO, L. S. Concepção de criança na pós-modernidade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 184-193, jun. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 nov. 2022.

POZZANA, L.A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Org.). **Pistas do método da cartografia**: a experiência da pesquisa e o plano comum-volume 2. Porto Alegre: Sulina, 2016.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

ROLNIK, S. Arte cura? Lygia Clark no limiar do contemporâneo. In: BARTUCCI, G. (Org.). **Psicanálise, Arte e Estéticas de Subjetivação**. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2002.p. 365-381.

ROINIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2016.

ROINIK, S. Geopolítica da cafetinagem. **Machines and subjectivation**, v.10, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2021.

ROMAGNOLI, R. C. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, n. 1, p. 120-132, 2012.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista Epos**, v. 5, n. 1, p. 156-181, 2014.

SANTOS, B.C. Arte como processo cultural: por uma ampliação do humano. **Redes.com: Revista de estudos para el desarrollo social de la comunicación**, nº.5, p. 341-368, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3674209>. Acesso em: 09 jun. de 2021.

SANTOS, A.; ROMAGNOLI, R. Impedimentos na sustentação da política da Assistência Social: a sobreimplicação em seu cotidiano. In: LEMOS, Flavia. **Psicologia social e política de assistência social**: territórios, sujeitos e inquietações. Curitiba: Appris, 2022.p.255-271.

SARMENTO, M. J.. Crianças: educação, culturas e cidadania activa. Refletindo em torno de uma proposta de trabalho. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 17-40, jan./jul. 2005.

SAWAIA, B. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M.;

SAWAIA, B. B. (Orgs.). **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, Educ, 1995.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14ª. ed. Petrópolis, Vozes: 2014.

SILVA, F. R. N. **Rede de Afetos: práticas de re-existências poéticas na cidade de Fortaleza (CE)**. 212 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

SPINK, M. J; MENEGON, V. M.; MEDRADO, B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. **Psicol.Soc.(online)**, v.26, n.1, p. 32-43, 2014.

SPINOZA, B. **Ética**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

TORRES, A. S. **Segurança de convívio e de convivência: direito de proteção na Assistência Social**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

VICENTIN, Maria Cristina G.; TAKEITI, Beatriz Akemi. Vidas menores, política das intensidades. **Clín. & Cult.**, São Cristóvão, v. 8, n. 1, p. 112-123, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 nov. 2022.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvig. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A criança sob sua responsabilidade está convidada como participante para contribuir com a pesquisa intitulada : **PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM ARTE: CARTOGRAFANDO POÉTICAS DE RE-EXISTÊNCIA NO GRUPO DE CRIANÇAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA**, da pesquisadora TÁSSYA BRUNA GALVÃO ARAÚJO. Essa participação não pode ser contra sua vontade ou da criança. Segue abaixo informações importantes sobre a pesquisa e seus procedimentos:

Objetivo desta pesquisa: Cartografar processos de subjetivação (em arte) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, com crianças.

Benefícios da Pesquisa: Pretende-se com esta pesquisa trazer contribuições para o campo temático da política pública de Assistência Social, modos de subjetivação, infâncias e suas territorialidades.

Público-alvo: Crianças participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com faixa etária entre 6 a 13 anos.

Organização: A presente pesquisa irá se organizar em 04 (quatro) oficinas sobre a temática definida para o estudo, com duração média de 1 hora e 30 min.

Riscos mínimos: Essa pesquisa oferece riscos mínimos. Caso haja algum constrangimento ou incômodo das crianças durante os encontros temáticos será respeitado e acolhido, podendo a mesma decidir sobre sua permanência ou não na pesquisa.

Registros fotográficos: Pedimos, desde já, a permissão para o registro fotográfico das produções das crianças. Respeitando o sigilo na divulgação das informações.

Participação livre e voluntária: A criança é livre para escolher participar da pesquisa e sua decisão será respeitada sem qualquer prejuízo, assim como pode decidir desistir a qualquer momento e pedir informações sobre esse estudo e seus resultados. Sendo a participação voluntária e isenta de pagamento.

Divulgação dos Resultados: Esse estudo vai produzir informações para a construção de uma dissertação e de um artigo científico para obtenção do título de Mestre em Psicologia e Políticas Públicas e será apresentado para uma banca de professores e para o público interessado. Essa pesquisa pode também gerar trabalhos científicos que, por ventura, virão a ser apresentados em congressos e/ou publicados em revistas científicas. Não citaremos nomes ou quaisquer fontes que possam identificá-las.

Esclarecimentos sobre a Pesquisa: Você terá esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer ponto que desejar, sendo livre retirar seu consentimento ou interromper a participação da criança a qualquer momento. Você receberá, também, uma via deste termo.

Confidencialidade da pesquisa: Todas as informações coletadas nesta pesquisa são confidenciais e serão mantidas em sigilo. A divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto, a pesquisadora responsável e sua orientadora. É relevante ressaltar que a seguinte pesquisa segue os cuidados éticos que se devem salvaguardar sempre que os indivíduos são expostos a alguma intervenção. Essa

pesquisa segue as diretrizes e normas éticas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos da RESOLUÇÃO Nº 466/2012 e da Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, o que assegura os direitos dos participantes da pesquisa.

Pagamento: Não haverá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa. E nada será pago por sua participação. Se você desejar, poderá ter acesso às cópias dos relatórios produzidos contendo os resultados do estudo.

Nome: Tássya Bruna Galvão Araújo. Instituição: Universidade Federal do Ceará (Campus Sobral). Endereço: Rua Coronel Estanislau Frota, 563, Sobral - CE, 62010-560. E-mail: tassyagalvao@alu.ufc.br. Telefone para contato: (88) 36954641.

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UVA - Av. Comandante Maurocéllo Rocha Pontes, 150 - Bairro Derby Clube, fone: (88) 3677- 4255.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO SUJEITO

Eu _____, _____anos,
RG: _____, declaro que é de livre e espontânea vontade que estou como participante desta pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.
São Benedito, __/__/

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora principal: _____

APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado/a para participar da pesquisa **PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM ARTE: CARTOGRAFANDO POÉTICAS DE RE-EXISTÊNCIA NO GRUPO DE CRIANÇAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA**. Seus pais / responsáveis permitiram que você participasse. Queremos estar junto das crianças para saber de suas experiências no Serviço de Convivência do CRAS. As crianças que irão participar dessa pesquisa participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, um serviço que faz parte do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu, não terá nenhum problema se desistir.

A pesquisa será feita no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS 1, do município de São Benedito-CE. As crianças farão desenhos, contarão histórias e conversarão com a pesquisadora. Para isso, serão usados papel, tinta, pincéis, canetinhas coloridas, giz de cera, lápis de cor.

Caso tenha alguma dúvida ou aconteça algo errado, você pode falar comigo pessoalmente durante os encontros no CRAS, por e-mail : tassyagalvao@alu.ufc.br ou através do telefone (88) 36954641. Eu me chamo Tássya Bruna Galvão Araújo, sou a pesquisadora, e você pode me comunicar também se alguma coisa deixar você chateado/a na pesquisa. Mas há coisas boas que podem acontecer, como você se divertir nos nossos encontros.

Não falarei a outras pessoas sobre o que for desenhado e conversado nos nossos encontros durante as atividades e brincadeiras, nem darei a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as crianças que participaram da pesquisa. Quando terminar a pesquisa, voltarei para conversar com todas as crianças sobre os resultados dela.

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UVA - Av. Comandante Maurocéllo Rocha Pontes, 150 - Bairro Derby Clube, fone: (88) 3677-4255.

Eu _____ aceito participar da pesquisa **PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO EM ARTE: CARTOGRAFANDO POÉTICAS DE RE-EXISTÊNCIA NO GRUPO DE CRIANÇAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA**. Que tem como objetivo saber o que as crianças dizem sobre suas experiências no Serviço de Convivência, bem como, fazer junto com elas novas experiências. Entendi o que pode acontecer de bom e de ruim. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que não vai ter problema. A pesquisadora Tássya Bruna Galvão Araújo tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis.

Recebi uma via deste termo de assentimento, que li/leram para mim e concordo em participar da pesquisa.

São Benedito-CE, ____ / ____ / ____

Assinatura da criança participante da pesquisa

Assinatura do/a responsável pela criança

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Termo de autorização para a utilização de imagens

Nome completo do(a) responsável:

CPF do (a) responsável: _____

Nome da criança: _____

Instituições: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS e Universidade Federal do Ceará-UFC.

Nome da Pesquisa: “Processos de subjetivação em arte: cartografando poéticas de re-existência no grupo de crianças do Serviço de Convivência”.

Objetivo primário: Cartografar processos de subjetivação em arte no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, com crianças.

Período de realização da pesquisa: de outubro de 2021 a novembro de 2023.

Termo de autorização:

Autorizo, para todos os fins em direito admitidos, a utilização da imagem de meu filho(a) constante em fotografias decorrentes de sua participação na pesquisa acima especificada, sob a responsabilidade da pesquisadora Tássya Bruna Galvão Araújo.

As imagens poderão ser exibidas nos relatórios parcial e final da referida pesquisa, em apresentações audiovisuais da mesma, em publicações e divulgações disponibilizadas em acesso aberto, bem como de outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento.

A autorização neste termo especificada é gratuita e por prazo indeterminado. Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos à imagem.

Local

_____/_____/_____

Data

Assinatura